



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ELIANARA CARVALHO DA SILVA

**A PECUÁRIA LEITEIRA DE SÃO JOÃO – PR:
UM ESTUDO DAS RELAÇÕES CAMPO - INDÚSTRIA**

Londrina
2008

ELIANARA CARVALHO DA SILVA

**A PECUÁRIA LEITEIRA DE SÃO JOÃO – PR:
UM ESTUDO DE DAS RELAÇÕES CAMPO - INDÚSTRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra Ruth Youko Tsukamoto.

Londrina
2008

ELIANARA CARVALHO DA SILVA

**A PECUÁRIA LEITEIRA DE SÃO JOÃO – PR:
UM ESTUDO DE DAS RELAÇÕES CAMPO - INDÚSTRIA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Cláudio Roberto Bragueto
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 25 de Abril de 2008.

A minha mãe, Alzira por sempre ter acreditado na importância do ato de estudar e ter propagado isso durante seus mais de 30 anos dedicados ao magistério.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir realizar este projeto.

À Prof^a Dr^a Ruth Tsukamoto, pela orientação, pelos momentos de discussão, por sua forma direta e sincera de fazer seus apontamentos para melhoria deste trabalho.

Agradeço a minha mãe, com quem compartilhei, à distância, minhas angústias e também minhas conquistas, e que sempre me apoiou para a conclusão deste trabalho.

Aos professores doutores Antônio Nivaldo Hespanhol e Cláudio Roberto Bragueto, pela paciência e cordialidade que tiveram em ler este trabalho e fazer seus apontamentos visando a sua melhora.

Ao tio Elói, pois sem seu apoio econômico e emocional nada disso seria possível.

Aos professores e funcionários do curso do mestrado e da graduação, pela cooperação, em especial à professora Alice Asari.

A Aline, Mirian, Nilson, pela amizade que construímos no decorrer do curso, estabelecendo laços que provavelmente vão além do término deste período de nossas vidas.

A todos os amigos e colegas que fizeram parte da turma de mestrado que ingressou em 2006.

Aos meus amigos Jorge, Meire, Lígia e Roseli, que mesmo ausente nunca deixou de se fazer presente me apoiando.

Ao Armando, por sua constante presença em minha vida.

À Universidade Estadual de Londrina, ao Centro de Ciências Exatas e ao Departamento de Geociências.

À Flávia, pelo auxílio prestado na Língua Portuguesa.

Ao Sérgio Nabarro, pela cooperação prestada com os mapas.

Agradeço também ao chefe da SEAB de Pato Branco e aos funcionários da EMATER e do IBGE.

Às famílias que me receberam carinhosamente e tiveram paciência de cooperar nesta pesquisa.

Aos gerentes dos bancos e aos representantes das empresas que, por meio de suas entrevistas, tornaram mais fácil o caminho a ser seguido.

A todos que direta e indiretamente contribuíram pra finalização deste trabalho.

SILVA, Elianara Carvalho da. **A pecuária leiteira de São João – PR: um estudo das relações campo - indústria.** 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

Apresenta as transformações ocorridas no setor leiteiro nas últimas décadas, por isso faz-se um levantamento das principais políticas públicas do setor, para posteriormente estudarmos a relação da produção leiteira e os agricultores familiares de São João, localizado na mesoregião Sudoeste do Paraná. O aumento da atividade leiteira no município está ligado ao aumento do número de empresas que se instalaram na região para efetuar a comercialização. Para realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo com 27 agricultores familiares. O trabalho aponta alguns resultados: o leite se tornou uma das principais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, atualmente representa um rendimento mensal para os produtores; isso tem amenizado a saída do homem do campo para a cidade. As indústrias fazem distinção de entre os produtores de acordo com a produção e a produtividade, isso acarreta desvantagens aos pequenos produtores familiares. A exploração que as indústrias realizavam na comercialização da produção, tem sido a amenizada com o surgimento da Cooperativa de Leite de Agricultores Familiares (CLAF). Embora exista insatisfação com o preço os produtores pretendem continuar na atividade em decorrência da renda mensal.

Palavras-chave: Políticas públicas. Produção de leite. Agricultura familiar. Indústria de laticínios. Geografia. Meio ambiente e desenvolvimento.

SILVA, Elianara Carvalho da. **A pecuária leiteira de São João – PR: um estudo das relações campo - indústria.** 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

Presents the transformations occurred to the dairy trade on the last decades. Therefore, the main public politics of the industry are researched, for later studies on the dairy production and the family farmers of São João, located in the south-west of the State of Paraná. The increase on the dairy activity in the county is connected to the increase of commerce by the companies installed in this region. For the achievement of this study, a field research was conducted with 27 family farmers. This survey reveals some results: the milk trade has become one of the main activities developed on the studied premises, and currently it represents a monthly income for the dairy producers; this fact has softened the peasants move towards the city. The industries make distinction between producers according to their production and productivity, and this leads to disadvantages to the small family farmers. The exploitation in which the industries used to take part on in the produce commerce has been softened with the creation of the Family Farmers Milk Cooperative. Although there is still some dissatisfaction towards the selling price, the producers intend to remain in the activity because of the monthly income.

Keywords: Publics politcs. Production of milk. Familiar agriculture. Milk-food industry. Geography. Environment and development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Descendência	71
Gráfico 2 – Grau de escolaridade.....	75
Gráfico 3 – Raças predominantes na atividade leiteira em São João	82
Gráfico 4 – Nível tecnológico dos produtores.....	91
Gráfico 5 – Principais estabelecimentos bancários	99
Gráfico 6 – Empresas e número de produtores.....	105
Gráfico 7 – Produção média dos associados do SISCLAF	107

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Vista parcial da área rural do município de São João.....	69
Foto 2 – Vista parcial do relevo do município de São João	69
Foto 3 – Residência com instalações precárias.....	88
Foto 4 – Tipo de residência mais comum entre os agricultores de São João.....	89
Foto 5 – Vista detalhada da ordenhadeira mecânica de um produtor com apenas 8 vacas.....	91
Foto 6 – Ordenha manual	92
Foto 7 – Os tarros são utilizados para o armazenamento do leite no resfriador do estabelecimento	94
Foto 8 – Tanque de expansão utilizado por produtores que estão capitalizados	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comunidades e número de famílias	72
Quadro 2 – Tempo de residência dos produtores no município	76
Quadro 3 – Das atividades realizadas por cada membro da família. (por sexo)	83
Quadro 4 – Jornada de trabalho com atividade leiteira	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os principais Estados produtores de leite em 2007 (dados em bilhões de litros).....	36
Tabela 2 – Produção de leite por Grupos de Área – 1995/1996	39
Tabela 3 – Tipo de Ordenha no Estado do Paraná-1995-1996	40
Tabela 4 – Uso da terra no Estado do Paraná – 1985/1995	41
Tabela 5 – Número de produtores de leite, tipo de derivados do Estado do Paraná por Mesorregiões 1999.....	43
Tabela 6 – Estabelecimentos rurais e área ocupada na Mesorregião Sudoeste em 1969.....	61
Tabela 7 – Estrutura fundiária no município de São João -1980/1985/1995	62
Tabela 8 – Estrutura fundiária do município de São João em 1998.....	64
Tabela 9 – Utilização das terras – Município de São João – PR	65
Tabela 10 – Culturas temporárias e permanentes no município de São João – 2005.....	66
Tabela 11 – Máquinas e equipamentos agrícolas.....	67
Tabela 12 – Número de estabelecimentos e estratos de área dos produtores de leite de São João.....	78
Tabela 13 – Tamanho do estabelecimento e quantidade de animais	80
Tabela 14 – A renda dos produtores.....	87
Tabela 15 – Classificação dos produtores pelos laticínios.....	113
Tabela 16 – Média da produção mensal dos produtores entrevistados.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição do leite no Paraná 2006/2007.....	38
Mapa 2 – Município de São João na mesoregião Sudoeste do Paranaense	55
Mapa 3 – Comunidades que participaram da pesquisa de campo.....	73
Mapa 4 – Municípios que Possuem Laticínios que Comercializam o Leite de São João	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	18
3 A PECUÁRIA E AS POLÍTICAS DO SETOR LEITEIRO	22
3.1 A PECUÁRIA LEITEIRA E O COOPERATIVISMO NO BRASIL	22
3.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS DO SETOR LEITEIRO NO BRASIL	25
3.2.1 Mudanças Estruturais no Setor Lácteo Ocasionalmente pela Implantação da Portaria 56	31
4 A PRODUÇÃO LEITEIRA DO PARANÁ	35
4.1 CARACTERIZANDO O ESTADO.....	35
4.2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE	37
4.3 LATICÍNIOS DO ESTADO DO PARANÁ: COOPERATIVAS E EMPRESAS PRIVADAS	42
4.4 O CAPITAL MONOPOLISTA E A CPI DO LEITE NO PARANÁ.....	45
5 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E O QUADRO AGRÁRIO DE SÃO JOÃO	53
5.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NO CONTEXTO DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE	53
5.2 O QUADRO AGRÁRIO DE SÃO JOÃO: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E UTILIZAÇÃO DAS TERRAS.....	60
5.2.1 A Estrutura Fundiária.....	60
5.2.2 Utilização das Terras e Produção Leiteira.....	64
6 PRODUÇÃO LEITEIRA DE SÃO JOÃO: SEU PERFIL E ORGANIZAÇÃO	68
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR	68
6.2 O USO DA TERRA E A PRODUÇÃO LEITEIRA.....	77
6.3 O TRABALHO FAMILIAR NA PECUÁRIA LEITEIRA	82
6.4 NÍVEL TECNOLÓGICO E RENDA DOS PRODUTORES.....	86
6.5 NÍVEL TECNOLÓGICO E SISTEMA DE CRÉDITO	95

7 A SUBORDINAÇÃO DO PRODUTOR DE LEITE AO CAPITAL INDUSTRIAL	102
7.1 CARACTERIZAÇÃO E ATUAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO	102
7.2 SISTEMA COOPERATIVISTA – CLAF	105
7.3 A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL INDUSTRIAL	110
7.4 PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

A pecuária leiteira tem exercido um amplo papel na sociedade brasileira, porque ela garante o sustento de um grande número de famílias voltadas a esse ramo de atividade. O leite também é um dos produtos que cotidianamente entram na casa de milhares de brasileiros como parte do hábito alimentar dessa população.

No Brasil, as mudanças na produção de leite nas últimas décadas do século XX foram fruto das alterações na estrutura da cadeia produtiva, a queda do tabelamento que durou por mais de 45 anos, fato fundamental para que o setor retomasse o crescimento. Assim, ocorreu o aumento da produção e do número de produtores voltados para atender o mercado consumidor.

O Paraná destaca-se na produção leiteira no Brasil e, em 2007, despontou em 2º lugar entre os Estados produtores com 2,7 bilhões de litros. Dentro desse contexto produtivo, aparece o Sudoeste do Paraná, uma região que tem como característica o pequeno estabelecimento rural e que tem apresentado um crescimento significativo da produção nos últimos anos.

O município de São João está inserido na região Sudoeste do Paraná, e, também tem apresentado o aumento de famílias envolvidas nessa atividade, fato que nos levou a desenvolver a temática desta dissertação: A pecuária leiteira em São João - PR: um estudo das relações campo-indústria.

O principal objetivo é analisar a relação entre o produtor de leite e as indústrias de captação e transformação, representadas por diversas unidades em forma de cooperativa ou como empresas privadas no município em estudo, uma vez que é na comercialização que ocorrem vários conflitos, principalmente em relação à classificação e o preço. No desenvolvimento desta pesquisa, procuramos analisar se está ocorrendo o processo de subordinação da produção e a conseqüente sujeição da renda da terra ao capital industrial.

Como objetivos específicos, procuramos verificar as políticas públicas adotadas desde o governo de Getúlio Vargas até a presente data; contextualizar a produção leiteira de São João em relação ao Estado do Paraná e ao Sudoeste do Estado; traçar o quadro agrário de São João e o perfil dos produtores

de leite do município; verificar a relação de subordinação do produtor ao capital industrial do leite.

Para atingirmos esses objetivos, realizamos levantamento e leituras bibliográficas para um melhor embasamento teórico e entendimento sobre o setor leiteiro, coleta de dados em órgãos como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Prefeitura Municipal de São João e Secretária da Agricultura de Estado do Paraná (DERAL E EMATER local), além de “sites” sobre a pecuária leiteira.

Além desse material citado, realizamos o trabalho de campo com a aplicação de 27 questionários junto às famílias de produtores de leite. Vale salientar que este número de questionários não foi ampliado devido às dificuldades financeiras daquele momento. Assim, realizamos uma pesquisa qualitativa, ou seja, escolhemos na amostra produtores de diferentes perfis e de diferentes comunidades do município. Também contamos com entrevistas de técnicos da Emater, representantes de laticínios que atuam no município, do chefe do NR/SEAB de Pato Branco – Núcleo Regional de Pato Branco, e de representantes das agências bancárias.

O trabalho está estruturado em 5 partes: no primeiro capítulo, A Pecuária Leiteira e as Políticas do Setor Leiteiro, procuramos situar os elementos envolvidos no processo de produção e demonstrar a evolução das políticas adotadas pelos governos federais para melhor compreender as problemáticas desse setor de atividade.

Em seguida, no capítulo 2, A produção leiteira do Paraná, caracterizamos o setor no Estado e analisamos o papel do CONSELEITE (Conselho Paritário do Leite), criado em 2003, após a realização da CPI do leite.

Em O Processo de Ocupação e o Quadro Agrário de São João, no terceiro capítulo, tratamos da formação e implantação do município e a sua estrutura agrária no sentido de contextualizar a produção leiteira, tanto no aspecto referente à estrutura fundiária quanto na utilização das terras.

O quarto capítulo trata da Produção Leiteira de São João: seu Perfil e Organização, enfatizando a cadeia produtiva do leite, da produção à comercialização, a caracterização do produtor e sua inserção nesse ramo de atividade. Procuramos frisar o perfil dos produtores, porque são estes que constroem e alteram o espaço geográfico fruto da inter-relação entre os homens e desses com o meio.

Para finalizar, o capítulo sobre A Subordinação do Produtor de Leite ao Capital Industrial procura enfatizar quais são os mecanismos utilizados pelo capital industrial para, no momento da comercialização, apropriar-se da renda da terra dos produtores sem se territorializar, assim como as relações de produção estabelecidas entre o produtor e a indústria.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O modo capitalista de produção é desigual, contraditório e combinado, ao mesmo tempo. Assim, cria condições estritamente capitalistas – como o assalariamento – e formas não-capitalistas, que vão auxiliar na manutenção do próprio capitalismo, como o trabalho familiar.

Segundo Martins para compreender a expansão do capitalismo no campo, faz-se necessário compreender duas coisas, combinadas entre si: uma massa crescente de camponeses, lavradores autônomos cuja existência está baseada no trabalho seu e de sua família, e uma massa de lavradores que estaria sendo expulsa da terra e virando proletários.

O produtor familiar desenvolve características diferentes do trabalhador assalariado, porque desenvolve vínculos com a terra, com o trabalho e com o lugar. Ele se identifica com os objetos do seu próprio trabalho, que muitas vezes são integrantes da sua trajetória de vida.

O processo de produção não-capitalista é fruto do próprio capitalismo, pois o capitalista, não querendo investir capital na contratação de funcionários, utiliza mão-de-obra familiar, conseguindo, assim, obter renda onde ela aparentemente não existe.

O tempo tem demonstrado a capacidade que os agricultores têm de se reproduzir enquanto trabalhadores autônomos, mesmo que desenvolvam vínculos com o capital.

Santos (1978, p. 69-70) diz que:

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção — terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho — e trabalha com eles. Essa combinação de elementos faz que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros. [...] Assim, a produção camponesa realiza o ciclo mercadoria x dinheiro x mercadoria.

A produção familiar nas últimas décadas está na pauta em muitas discussões acadêmicas, nos movimentos sociais, nos setores da política. A permanência dela, ou a resistência, como alguns preferem, no seio do capitalismo

tem reafirmado sua importância para a sociedade e para a economia tanto de países desenvolvidos como de subdesenvolvidos.

A modernização da agricultura tem modificado a vida do homem do campo, fazendo-o se adaptar às novas tecnologias para se manter na atividade rural. Para permanecer no campo, o produtor familiar passa a consumir produtos fabricados pela indústria, que, no caso do leite, poderia ser a aquisição e utilização do refrigerador e da ordenhadeira mecânica, por exemplo. Esse processo não se realizou de forma homogênea, ou seja, ocorreram diferenciações regionais quanto à intensidade, maior ou menor, no uso dessas tecnologias, pelas próprias condições econômicas e sociais dos indivíduos, assim como pelas suas necessidades de consumo.

No entanto, a industrialização alterou o sistema de produção desses agricultores e, no caso do produtor de leite, as tecnologias estão sendo impostas pelo capital industrial, levando-o a se inserir no modelo por ele preconizado.

Oliveira (2001) comenta que a industrialização no campo deve ser entendida como o processo de introdução do modo de produzir industrial no campo, que, por sua vez, provoca um inter-relacionamento intenso entre indústria e agricultura. Nesse contexto, assiste-se ao predomínio do capital industrial e comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura.

No caso do leite, que é produto perecível, isso quer dizer que não há como o produtor armazenar o produto por longo período, para aguardar a melhora do preço. É necessário que o comercialize rapidamente para evitar contaminação, aumento do pH ou perda do produto.

Isso torna os produtores mais vulneráveis diante do capital industrial.

O produtor precisa vender os frutos do seu trabalho, sujeitando-se a adaptar-se às exigências das indústrias que, até mesmo, monitoram as propriedades para que o produto final esteja de acordo com as exigências feitas.

Para Santos (1978, p. 50): “[...] a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende ser apropriada pelo capital industrial [...]”

Além do capital industrial se apropriar da renda da terra, o capital financeiro representado pelos bancos, também se apropria da renda por meio da cobrança dos juros do financiamento.

Dessa maneira, a renda que deveria ser do trabalhador familiar é transferida para outras esferas do capital.

Oliveira (2002, p. 72) diz que:

[...] o processo de industrialização da agricultura que, sem necessariamente expropriar a terra do camponês, sujeita a renda da terra aos interesses do capital. A renda da terra produzida pelo trabalho familiar, camponês, não fica com quem produziu, mas se realiza parte na indústria parte no sistema financeiro.

Verificamos, assim, que as empresas que atuam na captação do leite sujeitam o produtor aos mecanismos de absorção de tecnologias, muitas vezes, através de empréstimos e adiantamentos. Dessa maneira, passam a monopolizar o território sem se territorializar.

Com a integração dos produtores familiares a novas tecnologias, cria-se a possibilidade de alguns produtores conseguirem obter sucesso, aumentando a produção e passando a ganhar mais pelo produto, ampliando a renda. O Estado auxilia o capital industrial através de juros mais baixos para agricultura.

O leite é pago de acordo com a quantidade e qualidade, isto gera aos produtores capitalizados uma “renda-extra” por que recebem a mais pela produção do que os pequenos produtores aos poucos abre-se a possibilidade destes ampliarem a produção e se sobressaírem aos demais produtores.

O próprio capital cria condições para formação de grupos distintos entre os produtores de leite, um exemplo é facilitação do crédito para produtores capitalizados, isso pode ocorrer tanto pelo capital comercial como pelo capital financeiro.

A produção leiteira se sujeita à indústria ao se transformar em consumidora de bens indústrias, tais como resfriador, tanque de expansão, medicamentos, ração, etc.

Oliveira (2001, p. 475) “No atual estágio de expansão capitalista no Brasil, assistimos o predomínio quase completo, do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura”. Na medida que o capital industrial se expande-se, aprimoram-se também as táticas de exploração do trabalho familiar. Desta maneira o produtor fica a mercê das decisões

tomadas fora do seu âmbito de atuação, nos gabinetes administrativos de grandes empresas ou nas esferas das decisões políticas administrativas que privilegiam o capital industrial.

Sobre este fato Oliveira (1980, p. 11) coloca:

[...] que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos, reduzidos, barateiam a produção da força de trabalho industrial e urbana, permitindo que os salários sejam comprimidos, o que possibilita diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalista na cidade.

O Estado auxilia a regulamentação da exploração leiteira, seja através das leis ou seja através da viabilização do crédito aos produtores.

Para Olivera (1981, p. 20): “No atual estágio de expansão capitalista no Brasil, o que assistimos é o predomínio, quase completo, do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura”. As industriais vinculadas à produção leiteira, formam ações conjuntas visando a subordinação dos produtores de acordo com os critérios industriais, seja na organização produção, onde se fazem exigências apoiadas pela Normativa 51 e neste caso o Estado primordial para exigir o cumprimento da mesma. Além disso existe a captação da renda da terra através dos financiamentos que são fornecidos pelos bancos .

Martins (1980, p. 51) coloca que: “embora grandes empresas não expropriem diretamente o lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho”. Mudam-se as regras de captação, resfriamento, etc, no entanto aprimoram-se as formas de exploração do trabalho familiar deixando cada vez mais os trabalhadores nas mãos dos capitalistas. Muitas vezes a apropriação da renda do produtor nem sequer é percebida pelo mesmo, um exemplo típico é o pagamento efetuado pelos produtores para transportar o leite do estabelecimento até os laticínios. Desconhecendo o valor que pagam pelo transporte.

Desta maneira o capital cria e recria formas cada vez mais elaboradas de subtrair a renda dos produtores familiares. Que cada vez mais procuram atender a exigências impostas pelo próprio capital.

3 A PECUÁRIA E AS POLÍTICAS DO SETOR LEITEIRO

3.1 A PECUÁRIA LEITEIRA E O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O rebanho bovino chegou ao Brasil através dos portugueses, que tinham como objetivo a carne, a tração animal e a produção de leite. As raças pioneiras na produção leiteira são a Jersey, Shorthorn, Ayrshire, de acordo com Mamigoniam (1976 apud SANTOS, 2003).

Segundo Mamigoniam, no fim do período colonial, o rebanho bovino já estava disperso em todas as regiões brasileiras, e as três principais áreas de pecuária já estavam delineadas, isso é: o sertão do Nordeste, a região Sudeste, com ênfase ao estado de Minas Gerais, e o Rio Grande do Sul. Posteriormente, no século XX, chegou ao Brasil o gado holandês, que foi introduzido, a princípio, nos subúrbios de grandes centros como Salvador e Rio de Janeiro, sendo importante para o fornecimento de leite fresco para tais cidades.

Por muito tempo a pecuária brasileira foi desenvolvida de forma extensiva, que ocorre ainda hoje. Para Prado Junior (1987), isso decorria da pobreza dos pastos nativos; a pecuária necessitava de áreas muito extensas, geralmente inadequadas à agricultura.

Foi o aumento do consumo de leite e seus derivados pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, decorrente do crescimento urbano durante as primeiras décadas do século XX, que fez que o sul de Minas Gerais se transformasse na primeira região especializada de produção leiteira do Brasil. Posteriormente, destaca-se o Vale do Paraíba, que foi ocupado por fazendeiros mineiros, os quais tinham como objetivo atender à demanda das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que estavam em franco crescimento. (MAMIGONIAM apud SANTOS, 2003).

A partir de 1945, Getúlio Vargas fez o tabelamento do preço do leite, a princípio para o Estado do Rio de Janeiro, posteriormente para todo o país. Por muito tempo a produção de leite no Brasil foi baixa. Considerava-se que esse não era um motivo para aumento do preço do leite, que era um elemento importante para calcular a inflação. Ao contrário de outros países que, através dos impostos para

importação, procuravam barrar a entrada de produtos para proteger o mercado interno, no caso brasileiro os impostos iam a zero, quando faltava produto para o abastecimento. (MEIRELES, 2004).

Mas tem sido nos últimos anos que o crescimento da atividade leiteira no Brasil se tornou expressivo, o país deixou de ser um grande importador de produtos lácteos passando a ser exportador no ano de 2004 e atingindo novos mercados.

De acordo com Alvim (2008, p.1), a atividade leiteira atualmente está presente em cerca de 40% das propriedades rurais. Os rebanhos, por sua vez, são mais de 80% formados por gado mestiço e o restante é das raças holandês, zebu e pardo suíço.

Torna-se importante o significado das cooperativas em uma sociedade capitalista, como é o caso brasileiro, assim como as especificidades dessas cooperativas de acordo com o local em que estão inseridas.

Segundo Fleury (1983), existem dois tipos de cooperativas: um no sentido de apologia, fundamentada na doutrina cooperativista que faz apelo às idéias de união, solidariedade no sentido “junto venceremos”; outro no sentido economicista, igualando as cooperativas a empresas.

De acordo com Fleury (1983, p.44): “As primeiras cooperativas agrícolas de que se têm notícia surgiram em 1906; eram cooperativas de laticínios fundadas em centros de criação de gado”. Dessa maneira, podemos afirmar que o setor cooperativo, desde sua gênese, desenvolveu vínculos com a bonivicultura leiteira.

Para Mazzalli e Costa (apud SANTOS, 2003), entre os fatores que propiciaram o desenvolvimento das cooperativas de laticínios estão os descontentamentos entre os produtores, reprimidos pelas condições colocadas por usinas intermediárias e pela crescente demanda de alimentos nas cidades.

Durante os anos de 1930, havia dificuldades para implantação de cooperativas, em decorrência da falta de recursos financeiros e da concorrência com empresas que já atuavam no setor. Essa situação alterou-se nos anos de 1940, quando as cooperativas se expandiram, especialmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais. A criação de cooperativas representava um avanço para os produtores, pois permitia que controlassem o processo de beneficiamento e comercialização do leite. (SANTOS, 2003).

Diferente do que é apontado por Santos (2003), Fleury (1983, p. 42) coloca que em 1930 o Estado passou a apoiar o setor cooperativista e muitas cooperativas surgiram em colônias no Sul do Brasil, tendo como objetivo fomentar a pequena propriedade baseada em moldes europeus, voltados para o abastecimento interno.

No dia 19 de dezembro de 1932, foi promulgado um decreto-lei, versando sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas, que visava a facilitar e simplificar a sua fundação, isentando-as de uma série de impostos. O Estado passou a regulamentar a constituição das cooperativas e incentivar sua criação. Surgiram então dois tipos de cooperativas, uma criada com os recursos dos próprios produtores e a outra com incentivos do Estado, que pretendia solucionar os problemas de abastecimento urbano. (FLEURY, 1983).

Ainda segundo a mesma autora, a partir de 1935 até 1945, o Estado propiciou o aumento do número de cooperativas, como um agente facilitador da implantação dessas organizações, o que perdurou até após a Segunda Guerra Mundial.

Entre 1966 e 1971 o Estado suspendeu alguns incentivos que eram fornecidos às cooperativas. No entanto, retomou a política de incentivos em 1971, criando novamente vantagens às cooperativas, tais como a possibilidade de operarem com terceiros, isentas de impostos; foram consideradas sociedades que não produzem renda, por isso isentaram-se de Imposto de Renda e do Imposto de Circulação de Mercadorias; eliminou-se a necessidade de autorização prévia para a constituição e funcionamento das cooperativas e permitiu-se que as cooperativas fixassem, a seu próprio critério, sua área de atuação e de admissão de novos sócios. (FLEURY, 1983, p. 50).

Para Fleury (1983, p. 32), as sociedades cooperativistas procuram prover seus membros de bens e serviços. Observa-se que a cooperativa, mesmo inserida em uma sociedade capitalista, distingue-se de uma empresa privada por seu objetivo e seu modelo organizacional. “A cooperativa não tem como objetivo o lucro precípua, o lucro para si mesma, mas propiciar os meios através dos quais seus associados podem tornar suas explorações rentáveis”.

De acordo com Martins (apud FLEURY, 1983, p.25), o cooperativismo apresenta ganhos aos produtores: “O cooperativismo constitui-se na técnica econômica capaz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção de sua

parcela no preço final do produto ou, ao menos, atenuar a descapitalização ao nível do estabelecimento rural”.

Quando tratamos do funcionamento, as cooperativas regionais podem estar organizadas da seguinte maneira: filiadas a uma Cooperativa Central ou vinculadas a uma empresa privada. De acordo com Santos (2003), as cooperativas independentes sofrem limitações no que se refere à diversidade de produtos e ao raio de atuação. As cooperativas têm buscado a diversificação para permanecer no mercado, pois a competitividade de produtos no setor lácteo é grande.

O cooperativismo, além de ser um sistema de organização social, foi utilizado pelo Estado no século XX como um mecanismo para encontrar soluções alternativas para o abastecimento das cidades e para a modernização do campo. Tal como as empresas, as cooperativas seguem as regras impostas pelo capital, reproduzindo, dessa forma, o próprio capitalismo no qual está inserido. Assim, nota-se que, embora o cooperativismo tenha em muitos casos viés capitalista, ainda constitui uma forma bastante usual e importante para os produtores rurais.

No Paraná, as cooperativas ainda possuem forte influência na vida dos produtores, embora na última década as parcerias que vêm sendo formadas entre cooperativas e empresas multinacionais tenham alterado o perfil cooperativista.

3.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS DO SETOR LEITEIRO NO BRASIL

No ano 1945, Getúlio Vargas deu início à intervenção estatal na cadeia produtiva do leite, implantando o tabelamento do leite, que permaneceu até 1990.

De acordo com Souza (2007; p.19), o governo estabelecia o preço nominal do leite ao produtor e ao consumidor.

[...] e as margens de rentabilidade de cada segmento da cadeia produtiva, o que levou à sua estagnação, uma vez que o leite tabelado não significa remuneração adequada ao produtor e nem a estabilidade de preços reais, principalmente na inflação em alta vivida no período, o que propiciou grande instabilidade dos preços pagos ao produtor e, ainda, deixou o legado de que produzir leite envolve grandes riscos.

Esse período também foi marcado pela intensificação da industrialização do Brasil e ocorreu logo no pós-guerra, momento que o país passava pelo crescimento da urbanização e da industrialização embasada na política de substituição das importações. O governo se preocupava em dar condições para que fossem criados bens intermediários e duráveis, para que o Brasil se tornasse auto-suficiente nesses setores.

A industrialização atraiu um grande número de pessoas para as cidades e foi responsável pelo crescimento urbano, criando, assim, um mercado consumidor de leite e de produtos lácteos industrializados. Em 1952, Getúlio Vargas regulamentou a Lei nº 1283, referente à inspeção sanitária de produtos de origem animal, a qual foi sancionada por Eurico Gaspar Dutra dois anos antes. (MEIRELES, 2004).

Surgiu, assim, o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), que influenciou a modernização do setor lácteo e também estabeleceu novos conceitos e padrões. Funcionou por quase 50 anos sem alterações, o que dificultou mudanças no setor de laticínios.

No ano de 1962, a administração Kennedy enviou para o Brasil 40 mil toneladas de leite em pó, que faziam parte do programa Alimentos para a Paz. Essa quantidade de leite em pó foi transformada em leite líquido e representou cerca de 8% da produção nacional, tornando-a difícil, já que os produtores se sentiram desestimulados, assim como o setor industrial. Dessa forma, o leite em pó importado e com subsídios passou a pressionar os preços internos, desestimulando a produção nacional. (MEIRELES; 2004).

Sobre o período de 1960, Gomes (2001 apud SOUZA, 2007) coloca que o período entre meados dos anos de 1960 até o final da década de 1970 caracterizou-se pela dinâmica de uma urbanização crescente e conseqüente crescimento na demanda de leite fluido, pela integração dos mercados nacionais através da malha rodoviária e pelo surgimento de novos padrões de consumo de derivados (leite tipo B, iogurtes, sobremesas lácteas e queijos não-tradicionais). Nos anos 1960, a população começou a mudar seus hábitos alimentares, adquirindo novos costumes.

A esse respeito, Coradini e Fredericq (1982) dedicam um capítulo do seu livro *A "Babá" dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro* para demonstrar como empresas multinacionais, no caso a Nestlé, utilizavam meios para

atingir todas as classes sociais através da propaganda de massa. Para muitos autores desse período, a população, ao deixar a área rural, tornava-se alvo fácil da propaganda.

Mike Miller (1974 apud CORADINI; FREDERICQ, 1982) demonstra que as camadas populares mais atingidas pelas pressões das transnacionais do leite em pó eram aquelas formadas por ex-camponeses e trabalhadores rurais expulsos do campo, que vinham reforçar o exército industrial de reserva das metrópoles. De acordo com esse autor, o rompimento de seus laços sócio-culturais de origem provocava um “vazio ideológico” que os tornava uma presa fácil para qualquer tipo de mensagem publicitária.

Sobre o período de 1964, Fernandes coloca:

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-64, foram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando grandes empresas, mediante incentivos financeiros, que passaram a se ocupar da agropecuária. (FERNANDES, 1999, p. 32).

De acordo com o exposto por Fernandes (1999) e Coradini e Fredericq (1982), o que aconteceu com o setor lácteo foi exatamente isso, o governo privilegiou empresas multinacionais para se instalarem no país com a proposta desenvolvimentista, como a Nestlé, que recebeu subsídios desde sua implantação, em 1921, e até 1976 ainda obtinha subsídios do governo federal.

Vale salientar que política de Médici influenciou toda a década de 1970, pois transformou o Brasil num dos maiores importadores de leite em pó e produtor de leite re-hidratado pasteurizado do mundo. Nesse período, a Nestlé captava o leite fluido no Brasil levava para o exterior e vendia como leite em pó. Coradini e Fredericq (1982, p.22) opina a este respeito dizendo: “a Nestlé, uma das principais responsáveis pela falta de leite pasteurizado no mercado, fornece uma parte do pó que vai ser reconstituído em leite fluído, para compensar a falta existente”.

Já em 1975, o então presidente do Brasil Ernesto Geisel concedeu um aumento real do leite, que foi o maior preço de tabelamento em 30 anos. Isso serviu como estímulo à produção interna naquele momento.

De acordo com Meirelles (2004) de 1979 a 1984, com João Batista Figueiredo, o crescimento do leite foi de apenas 2% ao ano, foi um período em que houve aumento da população nos centros urbanos, mas a produção do leite ficou muito aquém da que era necessária para atender à demanda. Durante o período militar, não foram apresentadas políticas reais para desenvolver o setor leiteiro e sim adotada a política de importação com pouco incentivo para o produtor.

Segundo Meirelles (2004), no governo de José Sarney, o crescimento do leite se manteve em torno de 3,4 % ao ano, enquanto o PIB crescia a 4, 4 % ao ano. Temos que salientar que o Governo Federal tornou-se o maior comprador de leite fluído do Brasil, ao criar, em 1986, um programa para distribuição de leite para crianças carentes, "Tíquete do Leite". No início do programa, eram comprados 394 mil litros de leite por dia; em 1986 e em 1989 esse número passou para 3,1 milhões de litros/dia.

O mercado nacional não comportava tamanha demanda e muito leite foi importado. Por outro lado, o governo, tornando-se o maior comprador, passou a prestar maior atenção no tabelamento para não comprometer os orçamentos públicos.

No governo Sarney ocorreu a descentralização da fiscalização sanitária de produtos de origem animal, através de uma medida provisória que se tornou Lei nº 7.889, de 23/11/1989. A partir de então, os estados e municípios passaram a fiscalizar as indústrias de laticínios.

Com relação ao leite no período de Fernando Collor/Itamar Franco o crescimento foi irrisório, mantendo-se na taxa de 2,3% ao ano, menor que no mandato do Sarney, que foi de 3,4% ao ano. Porém, foi um período em que se iniciaram grandes transformações estruturais para o setor lácteo, devido a duas decisões: a liberação geral do preço e a abertura da economia à concorrência internacional.

O governo federal, até esse momento, manteve o monopólio sobre as importações dos produtos lácteos; buscando o equilíbrio do abastecimento do mercado interno, deixou de intervir no setor de lácteos, não tomando nenhuma medida de proteção mesmo sabendo que o leite importado era subsidiado na origem. A competição desigual com as indústrias brasileiras do setor de laticínios refletiu no setor primário. Para agravar ainda mais a produção leiteira nacional, em 1991 ocorreu o fim do programa "Tíquete do Leite", o que levou a indústria de

laticínios a mergulhar numa crise, principalmente no Nordeste, que dependia do programa, já que o maior comprador era o governo federal.

Fernando Henrique Cardoso intensificou a liberação iniciada por Collor. Nesse período, o país importou grande quantidade de leite em pó e produtos subsidiados. Os números das importações no período de Fernando Henrique ficaram distribuídos da seguinte maneira: 1995 – 17,3%, 1996 – 14,3%, 1997 – 11%, 1998 – 13,9%, 1999 – 13%, com relação à produção anual. (MEIRELES, 2004). Constatou-se que as importações foram elevadas durante os 5 primeiros anos do período FHC.

As importações elevadas prejudicaram intensamente as empresas nacionais e as cooperativas, e muitas fecharam nesse período, pois não conseguiam se manter. (MEIRELES, 2004, p. 54).

Foi na década de 90 que houve um rearranjo na estrutura produtiva do setor lácteo, em decorrência da substituição das importações por uma política de liberação econômica. O setor lácteo encontrava-se organizado por um grande número de cooperativas e empresas nacionais no início da década de 90; já no final deste período, as empresas multinacionais passaram a dominar o setor lácteo, promovendo a concentração e centralização de capitais.

Após quase dez anos, em 2001, Fernando Henrique Cardoso fixou tarifas “antidumping”, isto é, tomou medidas de proteção à indústria nacional, contra práticas desleais do comércio, para impedir a concorrência desleal dos produtos lácteos importados, carregados de altos subsídios na origem. Isso fez que houvesse diminuição das importações. Essa atitude do então presidente foi tardia, já que as 10 maiores empresas do setor controlavam 53% da captação do leite sob inspeção federal, e as empresas estrangeiras processavam cerca de 60% do leite fornecido. (MEIRELES, 2004).

Mesmo com o panorama apresentado, a estabilidade monetária permitiu que a produção crescesse cerca de 4% ao ano entre 1995 e 2002, sendo que o PIB cresceu apenas 2,3% ao ano. Como o governo federal não investia no setor de lácteos, os estados começaram a conceder benefícios fiscais aos produtores de leite e às empresas de laticínios. Isso fez que muitas empresas locais permanecessem na atividade.

A Normativa nº 51 passou a ser implantada, em 18 de dezembro de 2002 ainda com Fernando Henrique Cardoso, determinando as novas normas da

produção do setor leiteiro, assim como, as novas variáveis do preço do leite cru. (BRASIL, 2002).

Nos anos subseqüentes Luiz Inácio Lula da Silva dará continuidade a implantação da Normativa 51 em todo o território nacional. Sendo que os princípios que vão reger a Normativa nº 51 são a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite. Ela visa a estabelecer e interferir em todos os elos da cadeia produtiva do leite, isto é, na produção, no transporte, na coleta, no beneficiamento até a chegada do produto no mercado consumidor.

Em termos gerais, a Normativa nº 51 tem como função: aprovar Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, tipo B, tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite a Granel.

Santos (2004, p. 14) coloca: “O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos, atuais”. A implantação das políticas no setor leiteiro tem se tornado real, mas o resultado é a soma do passado e do presente, ou seja, das forças políticas que vêm agindo e interagindo para cristalizar sua marca no espaço da produção. Os produtores de leite foram forçados a se tecnificarem para permanecerem na atividade leiteira, e, dessa forma, foram se cercando de um novo aparato tecnológico, que não era necessário na produção “antiga”, a qual hoje não condiz com a realidade produtiva do setor leiteiro, que exige equipamentos, ordenha mecânica, etc. A pecuária leiteira passa a configurar uma atividade especializada ou, como dizia Santos (2004, p.14), “um novo momento da produção antiga, um modo de produção novo, ou de transição entre os dois”. Ou seja, a produção leiteira não deixa de existir, mas aparece de uma nova forma, com uma outra roupagem e com novas necessidades com as quais o produtor terá que se adaptar.

3.2.1 Mudanças Estruturais no Setor Lácteo Ocasionadas Pela Implantação da Portaria 56

As mudanças tecnológicas que começaram a acontecer na década de 1990 no setor leiteiro são fruto do próprio capitalismo, que desencadeia no interior da sociedade contradições e articulações que vão constituir o quadro atual da produção leiteira no Brasil.

As propostas de melhoria da qualidade do leite no Brasil foram baseadas no modelo estadunidense e teve como princípios básicos mudar toda a estrutura da pecuária do leite no país, desde a coleta até o resfriamento do leite, coletado a granel, por medidas sanitárias. (INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS, 2006, p.43).

O Jornal Gazeta Mercantil (10/05/2000) publicou que o segmento elevou em 36 vezes o valor de desembolso do BNDES, em 1999, com financiamentos para as grandes empresas do setor. Os recursos destinaram-se à granelização de coleta de leite. A Nestlé obteve do BNDES R\$ 98,6 milhões para completar seu programa até o final de 2000. É difícil de aceitar e mais ainda de compreender tão grande generosidade do governo brasileiro com a Nestlé, que, afinal, recebe subsídios governamentais há mais de 80 anos.(DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS, 2000).

Como podemos constatar, a política do governo federal não pretendia auxiliar as empresas brasileiras mas, sim, o capital internacional, com isso muitas cooperativas e pequenos laticínios foram extintos, pois não encontravam linhas de financiamentos compatíveis e não havia recursos que pudessem vir dos cooperados. Esse descompasso de interesses entre o governo federal e as empresas nacionais fez que multinacionais ampliassem sua área de atuação no mercado nacional.

O atual programa de qualidade do leite nasceu impregnado de interesses das corporações internacionais. A Portaria 56 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vai implantar alterações, de acordo com outros países, em relação a classificação, identidade e padrão de qualidade do leite e de seus derivados, através da Normativa nº 51. Ela determina a obrigatoriedade do resfriamento e a realização de testes de aliserol, crioscopia, microorganismos e

células somáticas. A contagem de células somáticas, de acordo com essa portaria, passou a ser feita quinzenalmente, paga pelo agricultor, propiciando mudanças no padrão tecnológico ainda na década de 1990. Para a Portaria 56, “o leite tipo ‘A’ deve dar as bases ao modelo de estruturação implementado pelo capital multinacional e tal padrão deve ser perseguido por todos os agricultores do leite do país” (FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2003, p. 11).

O setor leiteiro no Brasil se caracterizava por baixa produtividade, havendo pouca especialização no setor, e poucas exigências eram feitas pelas indústrias. Os instrumentos utilizados para o resfriamento do leite eram freezer e tanque de imersão. A produção caracterizava-se por uma baixa produtividade e o plantel não era especializado.

Com as mudanças estruturais, passou-se a exigir um novo tipo de produtor e de produto, imposto após a Portaria 56 e implantado com a Normativa nº 51. Pretendia-se, com isso, um novo perfil de produtor e de estabelecimentos produtivos, tendo em vista que “todos” os produtores atingissem o padrão de produção tipo A. O leite tipo A deve ser produzido em granja leiteira, localizada fora da área urbana, que disponha de investimentos (tenha currais de espera e manejo, terrenos para pastagens e dependências e anexos, com disponibilidade para futura expansão das edificações e do plantel), de tanque de expansão, qualidade e produtividade; a temperatura do leite deve ser de 4 ° C no prazo máximo de 3 horas; e deve ser garantida a sanidade do rebanho.

Esses são os principais elementos da Normativa, é o padrão que se espera que todos os produtores alcancem. As normas para o leite tipos B e C, embora menores, estão baseadas nas do leite tipo A.

Mesmo não exigindo a obrigatoriedade do uso do tanque de expansão, não é possível chegar a essas temperaturas com geladeiras, freezers e tanque de imersão no tempo determinado. É importante salientarmos que o tanque de expansão, para ser viável, precisa ter no mínimo capacidade para 150 litros/dia. De acordo com o Censo Agropecuário 1995/1996, estima-se que 92,9% das propriedades da região Sul entregavam menos de 50 litros/ dia. Outro agravante da Portaria é que ela só permitiria o uso de tanques comunitários por um tempo determinado. Por maior que seja o esforço do produtor que trabalha em pequenas áreas e com poucos animais, ele não vai dispor de recursos para efetuar a compra

de um tanque individual, sendo, portanto, excluído do processo por não se adaptar às normas impostas.

A legislação afetou os produtores e as empresas de laticínios ao exigir tanques isotérmicos que, para a aquisição, requerem altos investimentos. Só no Paraná, foram cerca de 95 empresas, que coletam até 5.000 litros/dia. De acordo com a classificação da Normativa nº 51, o leite tipo A deve ser produzido em Granja Leiteira, que é o estabelecimento destinado à produção leiteira, pasteurização e envase de leite pasteurizado tipo A para o consumo humano, podendo ainda elaborar derivados lácteos a partir do leite de sua própria produção.

Todas as exigências que traz a Normativa nº 51 prevêm um tipo de produtor que não é o familiar tradicional, que trabalha em pequeno estabelecimento rural, mas é um produtor que dispõe de terras e recursos financeiros para expandir a produção.

De acordo com a Normativa, o objetivo é que todos os produtores cheguem a produzir o leite tipo A. A questão é esperar isso de um país heterogêneo como o Brasil, em que os produtores não contam com subsídios, não dispõem de recursos suficientes para investir na produção, e que, em sua grande maioria, possuem pequenas áreas de terra e contam geralmente com a mão-de-obra familiar.

As exigências para o leite tipo B são menores, pede-se que seja resfriado na propriedade rural produtora de leite, mantido pelo período máximo de 48 horas em temperatura igual ou inferior a 4º C, que deve ser atingida em no máximo 3 horas após o término da ordenha; ao ser transportado para a indústria, para ser processado, deve apresentar, no momento do seu recebimento, temperatura igual ou inferior a 7ºC; o teor de gordura deve ser integral; a ordenha deve ser feita em estábulo localizado em área distante de fontes produtoras de mau cheiro, que possam comprometer a qualidade do leite, nos currais deve ter manjedouras ou cochos de fácil sanitização, entre outros. (BRASIL, 2002).

O leite tipo C é considerado o Leite Cru Refrigerado tipo C, não submetido a qualquer tipo de tratamento térmico na fazenda leiteira onde foi produzido e integral quanto ao teor de gordura, transportado em vasilhame adequado e individual de capacidade até 50 litros, e entregue em estabelecimento industrial adequado em até 10 horas do dia de sua obtenção. O leite tipo C é o que possui menor número de exigências, mas o período de 10 horas para entrega do leite prejudica grande parte da produção, já que a coleta do leite ocorre a cada 48

horas, se o produtor seguir essa regra pré-estabelecida, certamente porá em risco a sua própria subsistência e da sua prole. (BRASIL, 2002).

A grande maioria dos produtores de leite não estava preparada para cumprir as exigências da Normativa nº 51, tanto que vários produtores ainda não atingiram a meta, apesar do prazo já ter extrapolado.

No Sul e Sudeste do país, a Normativa nº 51 deveria estar em vigor desde junho de 2005. As grandes empresas de laticínios têm adotado uma estratégia de pagamento pela qualidade do leite e bonificação aos produtores que se sobressaírem aos demais. As regiões Norte e Nordeste tiveram até julho de 2007 para se adaptarem (INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS, 2007). Observa-se que a Normativa nº 51 não obteve o resultado esperado até o presente momento.

Este conjunto de normas impôs uma série de alterações visando a tecnificação dos produtores e melhoria na qualidade do leite. Na formulação da Normativa nº 51, não foram levadas em conta as disparidades regionais e econômicas dos produtores. Esse fato é lamentável, já que vivemos num país de dimensões continentais, com produtores de todos os tipos, desde os mais rústicos, que são a maioria, até grandes empresários rurais.

Existem, no Brasil, produtores que não têm condições de produzir leite tipo A, por não possuírem o montante necessário de capital para investir na pecuária leiteira.

A Normativa 51 é clara, cheia de exigências, impregnada de valores econômicos excludentes que certamente vão afetar um número significativo de pequenos produtores.

4 A PRODUÇÃO LEITEIRA DO PARANÁ

4.1 CARACTERIZANDO O ESTADO

O Brasil, em 2006, produziu 25,4 bilhões de litros de leite, que corresponderam a um aumento de 3,4% sobre a produção do ano anterior. O Paraná possui uma participação na produção de 2,7 bilhões de litros, ocupando a segunda colocação depois do estado de Minas Gerais, que produziu 7,09 bilhões de litros de leite. Sendo assim, é responsável por 12% da produção nacional. O rebanho paranaense é formado por 2,5 milhões de cabeças, aproximadamente. A produção leiteira no Brasil em 2007 era de 25.356 mil toneladas.(FAEP)

Em 2005, o Paraná havia produzido 2,51 bilhões de litros de leite. A porcentagem de crescimento da produção leiteira no Estado equivale a mais do dobro da média nacional. A média nacional equivale a um crescimento de 3,4% ao ano enquanto a produção paranaense cresceu 7,3%. A elevação de 2005-2006 foi de 190 milhões de litros de leite, isso tem sido em decorrência do melhoramento genético do rebanho, da substituição de animais rústicos por mais especializados e das políticas públicas voltadas para o setor de lácteos.

Em números, o rebanho leiteiro do Brasil é formado por 20,1 milhões de cabeça, sendo o segundo maior do mundo. No entanto, a produtividade é baixa, 1.343 litros/vaca/ano, quando comparada a outros países, como os Estados Unidos, que ocupam a primeira posição, com 7.953 litros/vaca/ano.

Para Santana e Amin (2002, apud SOUZA, 2007, p. 18)

A produção de leite no Brasil se situa em torno de 34 litros/dia/produtor, tendo uma média de 2 a 3 litros/dia/vaca. Nesse universo, encontram-se 60% dos produtores, os quais representam somente 10% da produção total. No entanto, o restante da produção é atribuída aos produtores especializados, os quais possuem uma excelente produtividade, o que eleva a média brasileira desse segmento para 600 a 700 litros/dia/produtor, que chega a se igualar à média européia.

A produção de leite no Brasil é extensa, podendo ser encontrada em todas as regiões geográficas do país, porém concentra-se nas regiões Sudeste e Sul. Na região Sul, tem como sua principal característica o pequeno estabelecimento rural, o maior produtor é o Estado do Paraná, seguido pelo Rio Grande do Sul.

Na seqüência, na tabela 1, estão representados os 4 estados que dominavam a produção de leite brasileira até o ano de 2007.

Tabela 1 – Os principais Estados produtores de leite em 2007 (dados em bilhões de litros)

Estados	2007/bilhões de litros de leite
Minas Gerais	7,09
Paraná	2,7
Rio Grande do Sul	2,62
Goiás	2,61

Fonte: Seab/Deral- PR e IBGE;2007.

Entre os Estados brasileiros, o Paraná tem se destacado na produção de leite, ocupando atualmente o segundo lugar. O leite, no Paraná, assim como no Brasil, tem crescido em decorrência de diferentes fatores, entre eles: a) decréscimo da produção da Nova Zelândia; b) exportação para países da África e para a China; c) diminuição da produção leiteira de São Paulo; d) aumento do preço do leite; e) maior renda da população brasileira.

Como é possível constatar, o crescimento da produção leiteira no Estado do Paraná é fruto desses diferentes elementos interligados.

4.2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE

De acordo com KOEHLER (2000), na década de 1980, o Paraná apresentou um elevado índice de crescimento da produção de 43%; durante a década de 1990 cresceu 64%, com uma média anual de 6, 4% ao ano.

Para o IBGE, durante o período que abrange de 2000 a 2006, o rebanho de vacas ordenadas no Paraná cresceu 19,8%, isso representou um salto no número de animais de 1.115 para 1.383 mil cabeças. Enquanto isso, a produtividade passou de 1.557 para 1.383 litros/vaca/ano. Tais números revelam que o Paraná que cresce, tanto no que diz respeito ao rebanho leiteiro, como na produção.

O fator decisivo para aumento da produtividade tem sido a genética do rebanho. O Paraná representa 10,6% da produção nacional e tem produtividade 61% acima da média brasileira.

O leite no Paraná tem relevância porque viabiliza pequenos produtores a permanecerem no campo e porque demanda mão-de-obra para atividade.

É preciso salientar que, nessas regiões, há predomínio da agricultura do tipo familiar, e que a venda do produto representa uma renda fixa mensal, um dos fatores que fazem que a atividade cresça.

Embora exista diferença entre a produtividade da região Oeste, com 2.701 litros/vaca/ano, enquanto na região Sudoeste a média fica em 2.152 litros/vaca/ano. Para melhor visualizar a distribuição leiteira do Estado do Paraná, observe-se o mapa 01.

Segundo os dados preliminares do censo agropecuário 2007, realizado pelo IBGE (2007), no Paraná existem 118.884 estabelecimentos com pecuária leiteira. As regiões Oeste e Sudoeste agregam o maior número de estabelecimentos leiteiros: 27.355 estabelecimentos no Sudoeste e 21.207 na região Oeste. Juntas às regiões Sudoeste e Oeste são responsáveis por 49% do leite produzido no estado do Paraná.

O crescimento da atividade leiteira em pequenos estabelecimentos nas regiões citadas é decorrente da substituição da produção de grãos, pela

atividade leiteira. Sendo que atividade leiteira se tornou uma fonte de renda importante para os produtores familiares da região Sudoeste.



Mapa 1 – Distribuição do leite no Paraná 2006/2007.

Os dados do mapa tornam visíveis os números da produção leiteira em todo o estado do Paraná, somente na região Sudoeste do Paraná, o crescimento da produção leiteira no período de 2005/2006 foi de 51,9 bilhões de litros de leite. Os dados apontam para uma evolução rápida do setor leiteiro na região.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos de produção leiteira do Estado, pudemos constatar que, até 1995/1996, a produção se concentrava em propriedades de 10 a menos de 100 hectares, representando 61,4% das vacas ordenhadas, e responsáveis por 62,5 % da produção de leite. (Tabela 2)

Tabela 2 – Produção de leite por Grupos de Área – 1995/1996

Grupo de Áreas (ha)	Nº de Vacas Ordenhadas	%	Produção (mil litros)	%	Produção Comercializ. %	Produtividade (litros/vacas/ano)
Menos de 10	143.978	16,4	197.941	14,6	63%	1.375
10 a menos de 100	540.387	61,4	847.433	62,5	78%	1.568
100 a menos de 1.000	183.273	20,8	292.486	21,6	87%	1.596
1.000 a menos de 10.000	12.295	1,4	17.530	1,3	83%	1.426
10.000 a mais	60	----	48	----	46%	800
Sem declaração	78	----	50	----	82%	641
Total	880.071	100	1.355.488	100	78%	1.234

Fonte: SEAB/DERAL dados estruturados com base no Censo Agropecuário de 1995/1996. IBGE.

A tabela 2 demonstra que o percentual de leite destinado à comercialização tem maior representatividade quando aumenta o tamanho dos estabelecimentos, a exceção está no grupo de 10.000 hectares a mais, com o índice de comercialização de 46% da produção.

Analisando outro aspecto dessa mesma tabela, podemos afirmar que os produtores com menos de 10 hectares têm uma produção significativa, porém a comercialização é menor, pois reservam parte da produção para o consumo da família. Outro elemento que chama atenção é que as diferenças entre o número de animais nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, e dos estabelecimentos de 100 a 1000 hectares é baixa, assim como a diferença produtiva desses estabelecimentos.

Outro elemento que é válido para analisarmos a produção leiteira é o grau de modernização empregado na atividade, sendo assim levantamos os dados de ordenha no Estado do Paraná.

Tabela 3 – Tipo de Ordenha no Estado do Paraná-1995-1996

Tipo de Ordenha	Vacas Ordenhadas	%	Quantidade (l)	%
Manual	712.871	81,0	916.41	67,6
Mecânica	167.200	19,0	439.068	32,4
Total Geral	880.071	100,0	1.355.487	100,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE- 1995 /1996.

Dessa maneira, constatou-se, segundo os dados do Censo Agropecuário 1995/1996, que a ordenha manual era utilizada em 81% dos estabelecimentos rurais, sendo responsável por 67,6% da produção total. Isso demonstra que a maioria dos produtores continua efetuando a ordenha de forma mais artesanal com pouca tecnologia e baixo investimento.

O Paraná sofreu uma diminuição de aproximadamente 100.000 estabelecimentos entre 1995-1996. Essa diminuição pode ser explicada pelo aumento da área dos estabelecimentos em função da substituição de culturas. Outro aspecto a salientar é a diminuição da área de lavoura e o aumento da área de pastagens plantadas, conforme pode ser verificado na tabela 4.

Pode-se relacionar o aumento das pastagens com o aumento da produção leiteira no Estado do Paraná.

Tabela 4 – Uso da terra no Estado do Paraná – 1985/1995

Categorias	1985	1995
Número de estabelecimentos	466.397	369.875
Área dos estabelecimentos	16.698.867	15.946.632
Área aberta	12.476.926	11.762.607
Área de lavoura	6.062.559	5.100.509
Pastagens plantadas	4.576.720	5.299.828
Matas plantadas	819.556	713.126
Área em descanso	602.672	390.272
Área produtiva, mas não usada	415.419	258.872
Pastagens naturais	1.422.884	1.377.484
Matas naturais	2.013.930	2.081.587
Terras inaproveitáveis	785.127	724.954

Fonte: Censo Agropecuário de 1985 e 1995

Todos os dados expostos até o presente momento se referem a produção, técnicas de manejo e uso da terra. Porém, para chegarmos ao estágio em que se encontra a produção leiteira tivemos muitas políticas que interferiram no Brasil e, conseqüentemente, no Estado do Paraná.

4.3 LATICÍNIOS DO ESTADO DO PARANÁ: COOPERATIVAS E EMPRESAS PRIVADAS

No Brasil, o setor de laticínios é composto por empresas privadas e cooperativas; para isso existem diferentes tipos de organização, tanto referente à compra de matéria-prima, como à maneira de processar e de vender seus produtos.

De acordo com Vilela (apud ROSANI; PARRÉ, 2006), a produção industrial no Paraná está composta pelas seguintes empresas: indústria multinacional, Parmalat; indústria nacional, como a Líder; cooperativas de produtores de leite, como a SUDCOOP – Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste LTDA (Frimesa), a CONFEPAR – Cooperativa Central Agroindustrial LTDA (Cativa e Polly), entre outras; comerciais importadoras e os agentes que comercializam o leite spot. Compreende-se por leite spot a sobra de leite comercializada entre as empresas.

Segundo os dados da SEAB/DERAL (ROSANI; PARRÉ, 2006), em 1999 havia 279 estabelecimentos lácteos instalados no Paraná, formados por usinas de beneficiamento, assim classificado o tipo de estabelecimento onde há pasteurização e empacotamento do leite, podendo haver outro tipo de fabricação, como queijos, manteiga e iogurte, a exemplo da CONFEPAR. Entende-se por Indústrias de laticínios a atividade envolvida na industrialização de leite e derivados. Entrepasto de Recebimento é o local de recebimento do leite para posteriormente ser enviado para a Indústria. No Paraná, existiam 70 Usinas de Beneficiamento, 153 Indústrias de Laticínios e 56 Entrepastos de Resfriamento.

Os pequenos laticínios têm dificuldade para sobreviver no mercado competitivo das grandes corporações, pois não possuem condições de lançar novos produtos e nem de investir em campanhas publicitárias.

A coleta a granel diretamente nas propriedades acarreta a redução dos entrepastos. De acordo com as instituições já citadas, o Paraná possui um parque industrial com capacidade para 7.921.500 litros/leite/dia.

Em 1999, de 1,9 bilhões de litros de leite produzido no Paraná, estimava-se que 40% ficavam na propriedade, dos quais 15% eram consumidos pela família e no aleitamento de bezerros e restante 25%, foi comercializado na forma de leite cru, a granel, ou transformado em queijo colonial, vendido diretamente do produtor para o consumidor. Os outros 60% da produção foram destinados ao setor industrial.

No início de 1990, as cooperativas eram responsáveis pela industrialização de 70% do leite do Estado do Paraná, mas segundo o SEAB/DERAL, de 1994 a 1999, o setor privado cresceu mais que as cooperativas. Segundo Pfau 2002 apud. (2002, apud RONSANI; PARRI, 2006), isso ocorre porque produtores que produzem acima de 6.000 litros/dia têm optado por negociar diretamente com as empresas, abandonando o setor cooperativista, porque conseguem obter um preço melhor.

Tabela 5 – Número de produtores de leite, tipo de derivados do Estado do Paraná por Mesorregiões 1999

Região	Produtores	Leite Recebido (mil/l)	Leite Pasteurizado (mil/l)	Leite Longa Vida (mil/l)	Queijo (mil/Kg)	Manteiga (Kg)
Norte	4.738	229.674	73.591	142.024	5.011	670.993
Oeste	8.176	182.688	51.939	30.371	5.574	37.426
C. Oeste	3.306	50.144	9.267	----	2.366	6.524
Sudoeste	9.285	70.103	6.598	921	3.856	108.971
Nordeste	4.971	101.907	2.963	25.791	4.586	59.683
Sul	1.945	275.060	71.020	39.944	4.590	130.190
Total	32.421	909.577	215.378	239.051	25.983	1.014.000

Fonte: Seab/Deral,1999.

Verifica-se, através da tabela 5, que o maior número de produtores está localizado no sudoeste do Estado do Paraná, porém a maior produção ficava concentrada nas regiões Sul e Norte. Outro elemento importante refere-se à utilização da matéria prima. O sudoeste se destaca na produção de queijo. Atualmente o quadro da produção de leite, por regiões foi alterado, sendo que o sudoeste do Paraná ocupa o segundo lugar na produção leiteira do Estado, fator de decisivo tanto para economia da região. Já que grande parte da renda gerada na região sudoeste advém de atividades ligadas ao setor primário, ou seja, agricultura e pecuária.

As mudanças que ocorreram do período de 1999 a 2005/2006 e a que ainda estão sendo impulsionadas, são consequência de um conjunto de fatores entre eles, estímulos de órgãos governamentais à atividade, alteração do comportamento dos agricultores com relação a produção de leite, passando a ver a atividade como uma opção de aumentar a renda e a infra-estrutura que esta se estabelecendo na região (laticínios, fábricas de produção de leite em pó).

De acordo com Garcias (2002), existem três grandes fases para o processo de evolução das cooperativas no Paraná. A primeira fase, da década de 1950 até meados 1970, foi marcada pelo valor agregado e comercialização. Era na cooperativa que os agricultores buscavam melhoria na venda de seus produtos e a compra de insumos. A segunda fase abrange da segunda metade da década de 70 até o início dos anos 90, ocasionada pelo aumento do valor agregado da comercialização juntamente com a industrialização. A terceira fase, que teve início na década de 90, com a abertura e desregulamentação da economia brasileira, foi o período em que as cooperativas centrais se consolidaram, o mercado, por sua vez, seguiu a tendência da concentração associada a um consumidor cada vez mais exigente, ocasionando o aumento da concorrência e da competitividade. As cooperativas singulares deixaram de atuar na comercialização do leite, ficando as cooperativas centrais com filiadas comercializando o leite.

O POOL LEITE/ABC (pool de comercialização de leite) foi a forma encontrada pelas cooperativas para vender o leite em forma de leilão para várias indústrias, através de contrato fornecido por prazo determinado.

De acordo com Ronsani e Parré (2006), a empresa privada que ocupava o 1º lugar no Paraná era a Batavia, surgida em 1998, quando a PARMALAT adquiriu 51% da Cooperativa de Laticínios BATAVO.

Em 1999, houve a instalação da SCREIBER DO BRASIL LTDA e KRAFT LACTA, que é a segunda maior indústria de chocolates e biscoitos do país. Nesse mesmo ano instalaram-se três usinas de beneficiamento, a LACTO- Laticínios Cruzeiro do Oeste Ltda. e, por último, a Usina de Beneficiamento de Leite Líder, que é uma das maiores empresas privadas de recebimento de leite.

O setor de laticínios, até o ano de 2002, contava com cerca de 26 cooperativas, seis unidades industriais, e era responsável por 52% da produção inspecionada no Estado.

As grandes indústrias do Estado já estavam com a produção voltada ao leite fluído e ao UHT. Havia apenas uma indústria produzindo leite em pó no Estado do Paraná, a CONFEPAR. Atualmente outras estão sendo implantadas no Paraná apoiadas pelo Estado.

As pequenas indústrias de laticínios são deficitárias em infraestrutura, mas não existem recursos suficientes para sua modernização. A dificuldade de capital de giro também prejudica o crescimento dessas empresas.

A Agência Estadual de Fomento repassa recursos para pequenas empresas e deveria criar linhas de créditos para beneficiá-las, pois são elas que absorvem a produção de pequenos estabelecimentos.

Em 2001, a crise do setor leiteiro foi oriunda do aumento do volume produzido. Foi o excesso da oferta que provocou a derrubada de preços.

As cooperativas do setor agropecuário no Paraná vão investir mais de R\$ 1 bilhão nos próximos 12 meses, na safra (julho 2007/2008), com o objetivo dos cooperados agregarem valor à produção. As cooperativas do setor de lácteo vão investir R\$ 358.665,00 em 2007/2008. (PARANÁ COOPERATIVO, 2007).

Com um aumento de 26,5% em relação ao ano anterior, os investimentos no setor estão voltados para ampliação da capacidade produtiva, agroindustrial, logística e de armazenagem, com a finalidade de criar novas alternativas aos cooperados e agregar valor à produção, já que nos últimos dois anos o Estado passou pela estiagem e por perdas decorrentes da febre aftosa. O acréscimo de investimentos no setor prevê 15 mil novos empregos.

4.4 O CAPITAL MONOPOLISTA E A CPI DO LEITE NO PARANÁ

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Alimentos, iniciada em 2001, foi criada com o objetivo de averiguar os fatos relacionados às seguintes questões:

1. Os componentes de formação dos preços do leite e de seus derivados, desde a produção até a comercialização no varejo;

2. Os componentes de formação dos preços das carnes bovina, suína e de frangos, assim como de seus subprodutos, abrangendo todas as etapas, desde a produção até a comercialização no varejo;
3. Os componentes de formação dos preços dos hortifrutigranjeiros e do café, desde a produção até a comercialização;
4. Índícios de cartelização na formação dos preços nos setores indicados nos itens anteriores.

Além dos deputados que fizeram parte da CPI, houve a integração de diferentes entidades do Paraná que representavam os interesses dos produtores rurais, como: Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Associação Paranaense dos Supermercados (APRAS), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Paraná (SINDILEITE). Ao todo foram 30 entidades de apoio aos trabalhos da CPI.

De acordo com a CPI do leite, instalada no dia 28 de Novembro de 2001 no Estado do Paraná, com objetivo de averiguar o que estava ocorrendo naquele momento na cadeia produtiva do leite, a justificativa levantada era que o Paraná se encontrava entre os maiores produtores de leite do país, possuindo uma média superior ao restante do país. No Paraná, estavam localizadas as melhores bacias leiteiras do país referentes a genética e a produtividade. O leite já estava desempenhando um papel importante no agro-negócio paranaense, além de sustentar 100 mil famílias dependentes da atividade leiteira.

O crescimento da produção e a liberação dos preços e das importações impulsionaram a cadeia produtiva a passar por mudanças significativas, tais como tecnologia de ponta nas indústrias, além de modernas redes de supermercados, no setor varejista, que passaram a atuar nas diversas regiões do Paraná. Essas empresas haviam constatado o grande potencial do leite e de seus derivados, e a possibilidade de aumentar a clientela e o faturamento, impondo condições aos fornecedores ou produtores, o grupo mais vulnerável.

Para analisar como ocorria formação de preços do leite, observando desde o produtor até o consumidor final, criou-se a CPI.

O Paraná apresentava características similares a outros Estados brasileiros, principalmente no que se referia a pequenos produtores rurais, e o emprego de tecnologia variava entre os estabelecimentos.

Foram levantadas as questões: sistema de produção; organização dos produtores; o cartel das redes varejistas; o monopólio Tetra Pak - Embalagens cartonadas para leite UHT, etc.

O sistema produtivo do Estado do Paraná mostrou-se bastante fragilizado, não havia órgãos de representação dos produtores atuantes significativamente para defender os interesses da categoria. A formação de cooperativas e sindicatos não possuía meios eficazes de lutar por estabilidade do preço do produto.

A junção dos agricultores veio a neutralizar essa fragilidade nas negociações, buscando preços mais condizentes com o custo da produção. Os grupos de agricultores que formam cooperativas ou associações conseguiram obter preços melhores do que aqueles que permanecem comercializando individualmente. Durante o período em que estava ocorrendo a CPI, os agricultores não estavam recebendo o valor necessário para cobrir o custo da produção, o valor da produção era de R\$ 0,37 o litro, recebia-se de R\$ 0,16 a R\$ 0,30 o litro de leite. Produtores que haviam investido na produtividade visando à melhoria do rebanho e da qualidade estavam se desfazendo do plantel através da venda dos animais até mesmo para o abate, ocasionando desemprego e diminuição da renda.

Isso fez que pequenos municípios começassem a sofrer as conseqüências com a redução de tributos, principalmente porque em alguns municípios a renda que vem da produção leiteira serve para movimentar o comércio.

As indústrias de laticínios, por sua vez, afirmavam que isso acontecia por não saberem o valor que venderiam aos supermercados.

A CPI entendeu que isso era um procedimento ilegal, caracterizado como infração à ordem econômica nos termos da Lei 8.884 de 11 de junho de 1994.

“[...] cada uma das partes sabe o que dá e o que recebe, sendo um negócio eficaz, e sabe, em princípio, quanto dá e quanto recebe em troca”. Segundo a doutrina do direito civil adotada pelo Código Civil (VARELA, 1977, p.51), o preço do produto deve ser um acordo comum entre ambas as partes.

A CPI obriga a adoção de um preço mínimo, a ser negociado periodicamente e antecipadamente por ambas as partes. Isso ocorre para que o produtor tenha certeza de quanto vai receber das indústrias.

A falta de um preço mínimo dificultava a vida dos produtores por não poderem fazer nem mesmo um planejamento. As indústrias também procuravam barrar os produtores, criando dificuldades na comercialização do produto, pois se o produtor fizesse negócios com uma determinada indústria, não poderia vender a outra que esta não aceitava, pois afirmava que ele já era cliente ou fornecedor de outra indústria. Nesse momento, pagavam-se adicionais pela qualidade do leite.

A assistência técnica era escassa para a maior parte dos produtores, assim como os recursos para financiamentos.

No decorrer dos anos, o capital, ao expandir as relações capitalistas de produção, tinha desenvolvido formas de subjugar o trabalho dos agricultores e a renda da terra, desenvolvendo o monopólio da terra e da riqueza produzida durante a produção.

Segundo a CPI do Leite, são quatro maiores redes que compunham o cartel varejistas: CARREFOUR, WAL-MART, SONAE (Mercadorama e Big) e EXTRA, que detêm 40% do mercado estadual e cerca de 50% do mercado curitibano. (PARANA, 2002b, p.12)

Cartel significa um entendimento comercial entre empresas que se organizam entre si, dividem o mercado e fixam preços (CARTEL, 2001, p. 151). Esse tipo de ação, desencadeada no Estado do Paraná, é um dos itens relevantes para entender o processo de exploração que sofreram os agricultores.

Quanto mais concentradas as redes varejistas, mais difícil fica a negociação com os fornecedores, pois essas empresas conseguem fixar regras rigorosas que incluem descontos, benefícios, bonificações e doações de produtos e mercadorias, formas e condições de pagamentos, além disso, conseguem a redução de até 23% do valor no preço do leite, fatores que trazem prejuízo para indústria e para o produtor. Com a CPI, do leite este quadro se alterou.

A situação do preço do leite UHT no varejo era determinada pela concorrência entre as redes varejistas.

No Paraná, existia uma guerra voraz entre a rede varejista e o fornecedor, e a indústria. Essa “guerra” era tão forte que se traduzia em cartilhas que deviam ser seguidas pelos compradores e que tinham argumentos tais como:

Considere o vendedor como nosso inimigo número 1: nunca aceite a primeira oferta, deixe o vendedor implorar, isso dá margem a maior barganha; não tenha dó do vendedor, jogue o jogo dos maus; não hesite em usar argumentos, mesmo falsos. Por exemplo, o concorrente do vendedor sempre tem melhor oferta e maior giro e prazo. (PARANA, 2002b, p.13)

Em relação as embalagens, a Tetra Pak tem o monopólio das embalagens UHT no Paraná, já que essa é única empresa que produz esse tipo de embalagem, assim pode impor o valor da embalagem, muitas vezes superior ao valor do leite.

A Tetra Pak detém 97% do mercado, segundo os depoimentos na CPI, isso encarece o preço para a indústria. Tal fato influencia negativamente no preço do produto, os preços da embalagem aumentam cerca de 30% do produto. Grandes responsáveis por isso são os próprios consumidores que optaram por esse tipo de embalagem.

A CPI do leite reconhece “um monopólio da própria Tetra Pak no fornecimento desse tipo de embalagem para o leite UHT no Paraná, pois ela atua com exclusividade nesse segmento, conforme depoimentos de representantes da indústria de laticínios, não existindo, na prática, qualquer concorrência.” (PARANA, 2002b, p. 17)

Diante dos fatos apresentados, podemos perceber que a rede de mercado varejista dita as regras dos preços do leite e derivados para os demais elementos que compõem a cadeia produtiva.

Em seu último parágrafo a CPI do leite (PARANÁ, 2002b) deixa claro “que os produtores é que suportam, efetivamente, esses valores e podem ser considerados os verdadeiros patrocinadores das promoções”.

Outro item importante, quando se fala dos supermercados, é o fato de apresentarem um valor na nota fiscal superior ao que pagam ao produtor. Diversos itens apontados pela CPI do Leite demonstram que muitos dos procedimentos tomados pelos supermercados fazem que ocorram redução do cálculo de impostos, diminuição do imposto de renda, entre outros. Isso acarreta na evasão de recursos tributários, em prejuízo da União, dos Estados e dos Municípios.

Sobre as formas de exploração que o capital desenvolve para se apropriar da renda da terra e do trabalho dos produtores Oliveira (1980, p.11) expõe:

[...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores no campo em que a renda da terra é alta, como no caso da soja, da cana, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso de alimentos de consumo interno generalizado, o capital não se torna dona da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe.

Após a CPI do leite o Estado do Paraná passou a tomar medidas mais sérias para organização da cadeia produtiva, entre elas a criação do Conselho Paritário do Leite, e a fiscalização mais rígida tanto na indústria como no nos supermercados, para diminuir a evasão de ICMS, pois as indústrias pagavam um valor menor do que o apresentado na nota fiscal.

O Paraná foi o primeiro Estado a ter um Conselho Paritário do Leite (CONSELEITE), que reúne produtores e indústrias de leite do Estado. Em janeiro de 2003, foi aprovado o preço de referência do leite e de 14 derivados lácteos. A partir desse momento, o CONSELEITE passou a divulgar mensalmente a referência para a comercialização dos produtos lácteos no mercado.

No início, o CONSELEITE optou por divulgar o sistema através de seminários que ocorreram nas principais bacias leiteiras do Estado: Ponta Grossa, Guarapuava, Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão.

No ano de 2002, o então presidente do CONSELEITE Ronei Volpi declarou que estava ocorrendo um “fato inédito que colocava produtores e indústria, enfim todos os segmentos da cadeia produtiva do leite em condições de igualdade na hora de negociar”.

O trabalho com o CONSELEITE iniciou-se em outubro de 2002, fruto de uma parceria entre Universidade Federal do Paraná, FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná, SINDILEITE – Sindicato das Indústrias e Laticínios e Produtos Derivados do Paraná, FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná. A criação do Conselho Paritário do Leite levou cerca de cinco anos para aproximar produtores e indústrias, pois havia grandes divergências no setor desde a desregulamentação do mercado, no início de 1990.

O CONSELEITE reúne representantes do setor industrial e da produção, 11 membros de cada lado, e a responsável pelos dados divulgados é a Universidade Federal do Paraná.

O objetivo central do CONSELEITE é trazer informações e transparência ao setor leiteiro e determinar os preços de referência para a matéria-prima. Através de contrato 14 indústrias participantes do CONSELEITE, as quais são responsáveis por cerca de 80% do leite produzido no Estado, enviam seus dados de comercialização (volume e valores). A partir desses dados, faz-se avaliação estatística, que resulta na média do preço dos 14 produtos de 40 produtos atacados, tais como o leite cru, pasteurizado, UHT e em pó; entre outros.

Os preços de referência são utilizados como parâmetro para remunerar a matéria-prima. A metodologia usada leva em consideração os preços médios e o mix de comercialização do mês, ou seja, o valor comercializado dos 14 produtos lácteos derivados, assim como o maior e o menor valor de referência, de acordo com aquilo que chamam de ágio e deságio em relação ao leite padrão.

O CONSELEITE permanece no mercado, pois desde o início envolve cerca de 80% do setor e é composta pelas maiores indústrias do Paraná. É importante salientarmos que o produtor passou a receber um preço mais justo pela matéria-prima.

Por outro lado, passou a ser parceiro na lucratividade e no risco de sua atividade com a indústria. De acordo com a professora Vânia Di Addario Guimarães (GUIMARÃES, 2003) da UFPR, em entrevista ao Jornal Folha de Londrina em (22/02/2003): “o setor de produção sai de um mercado de difícil negociação, passa a ter mais transparência e repasse de informações, que não existiam antes da criação do Conselho [...]”.

A metodologia usada pelo CONSELEITE foi uma adaptação do CONSECANA, que está em atuação em São Paulo para atenuar os conflitos entre os produtores e as indústrias na comercialização da cana-de-açúcar. No Paraná, foi usado para minimizar as questões referentes ao leite. Os pesquisadores responsáveis pela aplicação da metodologia no Paraná observaram que o setor leiteiro é mais complexo que o sucroalcooleiro, em decorrência do maior número de produtores, indústrias e produtos envolvidos, o que resultou em adaptações e modificações no setor. No entanto, a metodologia vem sendo utilizada no leite com aval de produtores e industriais.

Através da metodologia usada pelo CONSELEITE, é possível verificar quais os custos para produção do leite no campo, os custos dos industriais, os de comercialização e a importância dos principais produtos derivados do leite

para o consumidor. Assim, define-se a capacidade que cada um dos 14 produtos acompanhados tem de remunerar o produtor. Mensalmente, as empresas divulgam o mix da matéria-prima em função dos valores da comercialização no mês. A capacidade de remuneração é o preço de referência para o leite padrão.

Desde a desregulamentação do preço que ocorreu na década de 1990, a divulgação dos preços médios pagos aos produtores através da CONSELEITE, tem representado no avanço para o setor lácteos no mercado. Esse fato pôde ser observado quando o Estado do Paraná, ao efetuar a compra do “Leite das Crianças”, um programa estadual, em 2004, teve o processo de licitação dispensado, uma decisão tomada pelo Tribunal de Contas do Estado, que concordou em que os fornecedores deveriam receber o valor médio, segundo a divulgação do CONSELEITE. Esse fato possibilitou o favorecimento de pequenos laticínios, que, com a licitação, certamente perderiam o poder de barganha para grandes empresas. Isto demonstra a credibilidade que a CONSELEITE adquiriu nos últimos anos.

A CPI visava à proteção do mercado nacional contra o crescimento intensivo de grupos estrangeiros, assim a Tetra Pak passou a ser investigada quanto ao abuso do poder econômico. A CPI propôs ainda a inclusão do leite na política de garantia de preços mínimos e em programas nacionais, sugeriu a criação do Programa Nacional de Exportações de Lácteos, do controle da importação, de linhas de crédito destinadas à adequação da infra-estrutura, etc.

Como podemos constatar no Estado do Paraná, a CPI do leite gerou bons frutos, pois melhorou as condições de comercialização do leite, através do CONSELEITE. O governo passou a intervir mais na cadeia produtiva do leite, financiando a construção de novas indústrias e estimulando a produção em pequenos estabelecimentos rurais. O Paraná aumentou a produção nos últimos anos.

5 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E O QUADRO AGRÁRIO DE SÃO JOÃO

5.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NO CONTEXTO DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE

O Brasil, nos últimos anos, vem passando por um aumento significativo da produção leiteira, a qual tem se apresentado como uma alternativa para os pequenos estabelecimentos, onde geralmente há o predomínio da agricultura familiar — já que a comercialização do leite tornou-se um fator importante para manutenção da família, permitindo, assim, a permanência desses produtores no campo.

No Brasil, encontramos em todas as regiões o trabalho familiar, o qual tem funções importantes no setor social, econômico. Segundo Martins (2006), em 2005 tínhamos 84% dos estabelecimentos agropecuários, dois terços dos postos de trabalho rural, 38% do valor bruto agropecuário nacional, 50% dos principais alimentos básicos.

O Paraná é um Estado que se destaca pelo grande número de pequenos estabelecimentos rurais, sendo predominante a agricultura familiar. Com essas características apresenta-se também o Sudoeste paranaense.

De acordo com Santos (1978), a “terra nova” do Sudoeste Paranaense configurou-se como uma frente de expansão marcada por posseiros, os quais, posteriormente, tornaram-se donos de pequenos estabelecimentos rurais, e o predomínio da agricultura familiar permanece até hoje na região.

Procuramos desvendar o que torna a região Sudoeste diferente das demais áreas do Estado do Paraná.

Para o chefe do NR/SEAB Pato Branco da microrregião de Pato Branco:

[...] a região Sudoeste é peculiar a demais regiões do Estado do Paraná, primeiramente em função da colonização por gaúchos e catarinenses. O formato fundiário inclui um maior número de propriedades pequenas. Atualmente constata-se que os agricultores passaram a aceitar bem a orientação técnica, isso é um avanço, e ainda existe um número de sindicatos e cooperativas bem organizadas, existe uma consciência política. Um exemplo é a CRESOL.

Sobre essa mesma questão, um dos técnicos da Emater acrescenta:

Existem as características do solo, relevo, a ascendência européia da população que veio do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a pequena propriedade. Aliada a questão cultural, que fez que esses produtores optassem pela tração animal por um longo período.

O município de São João está situado na mesorregião geográfica do Sudoeste paranaense, conta com 37 municípios que totalizam mais de 300 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico 2000. A microrregião região de Pato Branco possui 15 municípios.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007), os municípios de maior destaque econômico e populacional na mesoregião são: Francisco Beltrão, com 72.201 habitantes, e Pato Branco, que possui 66.655 habitantes.

A ocupação da região Sudoeste do Paraná foi simultânea na maioria dos municípios, inclusive no município de São João.

De acordo com Dambros (1997 apud. PIRIN, 2006), no início do século XX, havia habitantes isolados, os caboclos remanescentes do Contestado. Ainda conforme os autores citados, o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina ainda não haviam sido demarcados em decorrência de conflitos judiciais. Assim, possuíam em torno de 9.601 habitantes, dos quais 4.173 eram índios e mestiços. Na década de 1920, as terras já estavam integradas ao Estado do Paraná, e a região contava com cerca de 6.000 pessoas. As atividades extrativas, como a coleta da erva-mate e o corte da madeira, foram importantes para o desenvolvimento da região.

Para Spósito (2004), nos anos 1930, a exploração da erva-mate e a criação de porcos eram as atividades econômicas mais importantes na região. De acordo com autor, a suinocultura se alternava com a extração da erva-mate nesse período.

No entanto, o grande impulso e a efetiva ocupação da região Sudoeste paranaense ocorreram a partir da década de 1940, com a chegada dos migrantes, agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, assim como de outras regiões do Estado do Paraná.

Sobre a ocupação da região, Carniel (2003) afirma que foi caracterizada pela exploração das áreas, através da derrubada de matas, da extração da erva-mate, da criação de suínos, da prática da monocultura, fatos estes que, conjugados, deram origem à estrutura atual.



Mapa 2 – Município de São João na mesorregião Sudoeste do Paranaense.

A colonização da microrregião de Pato Branco está relacionada à ocupação da região Sudoeste e esteve ligada a colonização dirigida efetuada pelo governo federal. Para Gomes (1986), teve duas fases, a primeira antes de 1940, caracterizada pela ocupação extensiva da terra, com a extração da erva-mate, da madeira e a criação de suínos, e a segunda fase, a ocupação intensiva da região após 1940, com a expansão da fronteira agrícola, e a partir do deslocamento de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Ainda segundo Gomes (1986), a estrutura econômica que se formou na região contou, de um lado, com o incentivo oficial, através do assentamento de colonos, realizado pela Colônia Agrícola General Osório – CANGO, mas por outro lado passou por um período longo de luta pela terra, cujos personagens principais foram

os colonos e as companhias de terra da década de 1950 que passaram a atuar na região.

“Colonos”, como algumas pessoas se denominam, é resquício da cultura dos descendentes de migrantes gaúchos, cujos pais viviam em colônias de migrantes, mas temos que salientar que no município de São João não existem colônias, apenas comunidades.

Para Vainer (2000, p.21), a ocupação do território nacional e a exploração das riquezas, de um lado, e a valorização e educação do trabalhador nacional, de outro lado, constituíram os dois eixos sobre os quais se desenvolveram o discurso e o projeto da Marcha para o Oeste.

De acordo com Carneiro (1981 apud GOMES, 1986), o objetivo da Marcha para o Oeste era mobilizar e deslocar força de trabalho para novas regiões férteis, com o objetivo de possibilitar o aumento da produção de alimentos e o possível abastecimento dos centros urbanos do país.

Vainer (2000, p.22) expõem, através do fragmento de um discurso proferido por Getúlio Vargas, a importância que o governo brasileiro deu à Marcha para o Oeste.

[...] o programa “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso; mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras. (VARGAS apud VAINER, 2000, p. 22).

Para o governo, a ocupação dos espaços vazios representava a legitimação do território nacional, assim como o controle das linhas fronteiriças. Já para a população que migrava do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para região Sudoeste, representava a possibilidade de continuarem se reproduzindo enquanto agricultores familiares em terras “livres”.

Segundo Vainer (2000), foram criadas as colônias agrícolas nacionais, a CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a do Amazonas; em 1941, criou-se a Colônia Monte Alegre, no Pará, e a da Barra da Corda, no

Maranhão. Posteriormente, em 1943, criaram a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, no Paraná; Dourados, no Território Federal de Ponta Porã (MS); e, em 1944, de Oeiras, no Piauí.

De acordo com Gomes (1986), a princípio essa colônia foi instalada na Colônia de Bom Retiro, hoje Pato Branco, e mais tarde foi transferida para Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão. A CANGO tinha, entre suas funções primordiais, assentar os colonos e fazer a distribuição dos lotes.

Para Paula (1983 apud GOMES, 1986), a CANGO teve uma importância decisiva na colonização do Sudoeste do Paraná, pois sua criação respondeu em parte à reivindicação por lotes de terra de reservistas ex-agricultores, mas prioritariamente atendia “aos propósitos da política de assentar os pequenos produtores sem terra e atingia os objetivos estratégicos de povoamento da fronteira, já que os limites entre Brasil, Paraguai e Argentina não existiam de fato, principalmente no período de extração da erva-mate, quando os produtores daqueles países chegavam a se instalar na região por algum tempo, retornando posteriormente”.

Para Abramovay (1981, p.35), no período de 1945 a 1950, chegavam em torno de 30 a 40 famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina à região Sudoeste do Paraná. Segundo o mesmo autor, o grande êxodo rural do período citado era em decorrência da subdivisão dos lotes familiares e do crescimento demográfico nas pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, que acabava forçando os “colonos” e filhos de migrantes a procurarem novas áreas.

A difusão da propaganda através das rádios contribuiu para incentivar o processo migratório. Outro elemento importante no processo de ocupação foram os reservistas que, ao saírem do quartel, recebiam um boletim com o seguinte anúncio: “Procure a CANGO, no Estado do Paraná, onde o governo lhe dá terra, lhe dá assistência médica, lhe dá sementes, etc”. (GOMES, 1986)

Para Pecóits (1977 apud GOMES, 1986, p. 19): “Nesta colônia agrícola, o agricultor [...] chegava, recebia terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça [...] uma média de 10-20 alqueires por agricultor”.

A distribuição dos lotes de forma gratuita na região contribuiu muito para ocupação rápida da região Sudoeste, pois o agricultor não precisava dispor de recursos para obter uma parcela de terra. Isso foi relevante para o crescimento

demográfico expressivo na região.

Segundo Lazier (1978, p.41), o aumento da população levou a CANGO a realizar obras para atender às necessidades dos novos habitantes, tais como construção de estradas e pontes para locomoção de pessoas e da produção.

Todos os elementos citados contribuíram de forma direta para o desenvolvimento do Sudoeste paranaense. No entanto, na década de 1950, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) e a Comercial receberam a titulação das terras.

De acordo com Lazier (1978), a CITLA tinha como um dos seus proprietários o então governador do Estado, Moisés Lupion, do PSD, partido do governo federal.

Para Spósito, o Grupo Lupion apropriou-se de quase todo o Paraná; utilizando-se do poder político, apoderou-se das terras para explorar a renda absoluta da terra, para ter a propriedade da terra, mesmo ilicitamente.

A terra é importante, neste estágio de ocupação do Sudoeste do Paraná, como valor de uso e não valor de troca. Ela adquire valor de troca quando se transforma em propriedade privada a partir do momento que a CANGO legaliza as posses e legitima a presença dos posseiros em suas parcelas. Assim, se no início a terra era importante como valor de uso, a institucionalização da propriedade privada inverte a equação, transformando-a em valor de troca, porque o preço da terra tende a aumentar com o tempo. (SPÓSITO, 2004, p.31-32)

No momento em que as companhias começaram a agir na região, os agricultores já haviam recebido da CANGO o protocolo das propriedades de terras. No entanto, as companhias, CITLA e Comercial, passaram a exigir dos agricultores o pagamento dessas terras. Segundo Gomes (1986) e Lazier (1978), essas companhias utilizavam meios ilícitos para coagir os agricultores, como jagunços armados, para exigir o pagamento da terra.

De acordo com Spósito (2004), a década de 50 foi um período conturbado em grande parte da região Sudoeste. A violência foi intensa na região contra os pequenos proprietários rurais. Dessa forma, procurava-se a apropriação da renda fundiária, que, por direito, devia ser dos pequenos proprietários, agricultores.

Após os agricultores terem sofrido muitos tipos de violência,

passaram a se organizar contra injustiças, irregularidades, ameaças, e todos os tipos de arbitrariedades que eram cometidos pelas companhias. Dessa forma, os agricultores se organizaram e reagiram, culminando na Revolta dos Colonos de 1957.

[...] ocupando a cidade de Francisco Beltrão, fechando as saídas, encurralando e expulsando jagunços da área. O poder de coação da empresa é superado pelo poder gerado pela organização dos agricultores que consolidam sua relação como o território que eles mesmos definem. (SPÓSITO, 2004, p.32).

Vale ressaltar, de acordo com diversas literaturas sobre o Sudoeste do Paraná, a importância que os posseiros davam ao título de posse da terra, ao promoverem a Revolta dos Colonos, como popularmente ficou conhecida a Revolta de 1957. Eles não queriam derramamento de sangue, e não o fizeram, mas buscavam o direito de se reproduzir enquanto produtores rurais, colocando em jogo a própria vida, se necessário fosse, para garantir seu pedaço de terra.

Após a Revolta de 1957, o Governo Federal passou a intervir novamente na região. Em 1962, criou-se o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para efetivação e desapropriação das terras. (LAZIER, 1978)

O GETSOP atuou na região até 1974. Durante esse período, “[...] foram regularizados e expedidos 43.386 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 56.963 lotes, sendo 12.413 títulos urbanos e 30.970 títulos rurais”. (LAZIER, 1978, p. 75)

Dentro desse contexto, muitos municípios se emanciparam, entre eles o município de São João, que, em 25 de Julho de 1960, pela lei nº 4.245, alcançou a emancipação político-administrativa.

5.2 O QUADRO AGRÁRIO DE SÃO JOÃO: ESTRUTURA FUNDIÁRIA E UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, a população de São João era de 11.208 habitantes, sendo 5.790 urbanos e 5.418 rurais. Portanto, trata-se de um município cuja parte rural tem grande representatividade.

O município está localizado no Sudoeste do Paraná, com uma área de 390,1 km², e está a 680 metros acima do nível do mar. Localiza-se à latitude 25° 49' 50" sul e à 52° 43' 31" longitude Oeste. (Prefeitura Municipal de São João).

O solo predominante no município citado é o Latossolo Roxo, de textura argilosa e relevo suavemente ondulado.

5.2.1 A Estrutura Fundiária

Ao todo a região Sudoeste é composta por 37 municípios, que compõem a Messorregião, subdivida entre as microrregiões de Pato Branco e de Francisco Beltrão.

Sobre a configuração inicial dos estabelecimentos rurais da região Sudoeste, Lazier (1978) aponta que os 32.256 lotes rurais ocupavam uma área inferior a 5 (ha), o que corresponde a mais de 22% dos lotes. Fato este que passa a caracterizar a região como uma região de pequenos estabelecimentos rurais.

De acordo com Feres (1990 apud PIRIN, 2006), a base da estrutura fundiária que se implantou na região Sudoeste era da pequena propriedade familiar, que reproduzia a mesma estrutura dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

De acordo com Pirin (2006), é possível observar a organização fundiária na mesoregião Sudoeste do Paraná, pois em 1969, cerca de 30,4% dos estabelecimentos rurais possuíam área de até 10 ha. Os estabelecimentos que tinham maior significado eram os que possuíam de 11 a 25 ha, com 44,4%, número expressivo de propriedades, ocupando áreas com média de 17,1 % ha. Isso

demonstra predomínio dos pequenos estabelecimentos rurais, decorrentes da própria colonização.

Tabela 6 – Estabelecimentos rurais e área ocupada na Mesorregião Sudoeste em 1969.

Estrato (ha)	Número	Porcentagem (%)	Área (há)	Porcentagem (%)	Média (ha)
0-10	13.207	30,4	77.010	6,8	5,8
11-25	19.375	44,4	330.807	29,1	17,1
26-50	7.871	18,0	279.997	24,6	35,6
51-100	2.358	5,4	161.932	14,3	68,7
101-1000	806	1,8	166.217	14,6	206,2
1.001-10.000	29	--	87.277	7,7	3.009,5
10.001-100.000	1	--	32.860	2,9	--
Total	43.648	100,0	1.136.100	100,0	

Fonte: Feres (1990 apud PIRIN, 2006, p. 90). Dados do INDA/GETSOP, 1969.

Para Feres (1990 apud PIRIN, 2006, p. 90), a região Sudoeste “[...] pode ser caracterizada como uma região de minifundistas, dedicados à produção mercantil, voltada para o mercado interno, baseada na exploração extensiva da terra e do trabalho familiar”.

Baseando-se em Feres (1990 apud PIRIN, 2006), ao expor a opinião sobre a região Sudoeste ser uma região de minifundistas, é possível inserir o município de São João dentro dessa realidade, pois cerca de 46% dos estabelecimentos estão no estrato de até 10 hectares (tabela 02).

Tendo como referência o Censo Agropecuário 1995/1996, Carniel (2003) analisa a região Sudoeste e aponta que os estabelecimentos que detêm área de menos de 1 hectare a menos de 50 hectares chegam 14.295 (86,0% dos estabelecimentos totais); estabelecimentos com área de 50 hectares a menos de 100 hectares somam 1.130 (6,8% dos estabelecimentos totais); e estabelecimentos de 100 hectares acima somam um total de 1.205 (7,2 % dos estabelecimentos totais).

Embora os autores citados usem fontes diferentes de análise para a

compreensão da região Sudoeste em momentos distintos, em ambos os casos apontam para o predomínio do pequeno estabelecimento rural.

Inserido na realidade regional, o município de São João apresenta estrutura similar à da região Sudoeste, que pode ser constada na tabela 7:

Tabela 7 – Estrutura fundiária no município de São João -1980/1985/1995.

Grupo de área (Ha)	Nº de estabelecimentos 1980	%	Nº de estabelecimentos 1985	%	Nº de estabelecimentos 1995	%
0 a 10	1119	53,6	1383	65,73	739	45,9
11 a 100	959	45,9	716	34,03	825	51,3
101 a 200	9	0,4	5	0,24	34	2,1
201 a 500	2	0,1	XXX	XXX	9	0,6
501 a 1000	XXX		XXX	XXX	2	0,1
mais de 1000	XXX		XXX	XXX	XXX	
Total	2.089	100%	2104	100%	1609	100%

Fonte: Censo Agropecuário: 1980, 1985, 1995.

Segundo os dados coletados junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de São João manteve, de 1980 a 1985, a predominância de estabelecimentos rurais na faixa de 0-100 hectares, e nesse conjunto, os estabelecimentos que têm maior representatividade são os de 0-10 hectares.

De acordo com os dados do IBGE, no ano de 1995 mais de 97% dos estabelecimentos rurais do município de São João possuíam área inferior a 100 ha, e destes, 45% possuíam áreas com menos de 10 ha. Constata-se que o pequeno estabelecimento rural é predominante, sendo que o maior número de produtores está na faixa de 0-100 hectares de terra.

O módulo fiscal do município de São João é 20 hectares, assim, podemos afirmar que cerca de 45% dos estabelecimentos estão aquém desse módulo, fato que caracteriza a predominância de minifúndios.

Buscamos encontrar respostas para a diminuição da população no meio rural sanjoanense. Para um extensionista da Emater que atua na região há

mais de 20 anos, a mudança na estrutura agrária é fruto de condições sociais e econômicas específicas do município. Segundo ele, as alterações no quadro agrário de São João são decorrentes de vários fatos, como, por exemplo:

O fato de o agricultor não sobreviver em estabelecimentos de até 10 hectares, pois não era suficiente ao sustento da família;

Médios produtores passaram a incorporar essas áreas, pagando um valor até maior pela propriedade;

A monocultura depende de máquinas, os filhos não estavam mais na propriedade;

Falta de diversificação de atividades nos estabelecimentos, pois não era possível. Por exemplo, o agricultor não conseguia se tornar um hortifrutigranjeiro por falta do mercado consumidor;

Falta de crédito rural para o pequeno estabelecimento;

Preço baixo do produto;

Não havia programas para o pequeno agricultor;

Êxodo rural em massa de jovens em busca de um ganho mensal;

Migração campo-cidade de idosos.

Já para o secretário da microrregião de Pato Branco, residente em São João, as alterações do quadro agrário são decorrentes da própria configuração da região Sudoeste, que só se estabeleceu em 2000. No período de 1980 a 1995, a juventude saiu do interior, os estabelecimentos rurais foram extintos e os idosos migraram para a cidade. O agricultor não conseguia mais viver da monocultura em pequeno estabelecimento, e os jovens começaram a ver a cidade como um atrativo importante para garantir o ganho mensal.

Na tabela 08, sobre estrutura fundiária, o enfoque está em dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de São João, por serem mais atualizados, e pelo fato dos estratos estarem mais detalhados. Assim, podemos constatar que a predominância de pequenos estabelecimentos em São João continuou na década de 1990, já que mais de 98,53 % dos estabelecimentos encontravam-se na faixa até 100 hectares, destacando-se o estrato de até 10 ha com 49,35% de representatividade. Nota –se que pelo Censo Agropecuário do IBGE o número de estabelecimentos entre 1985/1995 diminuiu, mas os dados da Prefeitura Municipal de São João indicam um aumento no total de estabelecimentos atribuindo-se ao

estrato de até 10 hectares.

Tabela 8 – Estrutura fundiária do município de São João em 1998.

Estratificação (Ha)	Nº estabelecimentos	%
0 a 10	918	49,35
11 a 20	492	26,45
21 a 50	324	17,41
51 a 100	98	5,3
101 a 200	20	1,04
201 a 500	5	0,3
501 a 1000	2	0,1
mais de 1000	1	0,05
Total	1.860	100

Fonte: Relatório da Prefeitura do Município de São João - 1998.

5.2.2 Utilização das Terras e Produção Leiteira

Com a derrubada das matas no município de São João, foram sendo introduzidas novas culturas, como o milho e o feijão, assim como a criação de suínos e culturas voltadas para subsistência da família.

Da década de 1980 a 1995, constata-se que houve um aumento na lavoura permanente e uma redução significativa na lavoura temporária. Observando por outro ângulo, houve um aumento das pastagens plantadas, que saltaram de 5.534 hectares, correspondentes a 15,34 %, para 8. 518 hectares, ocupando, assim, o 2º lugar na utilização das terras, com 25,93% da área, perdendo apenas para a lavoura temporária que, embora tenha sofrido um declínio, ocupa o 1º lugar com 55, 48% das terras.

Tabela 9 – Utilização das terras – Município de São João - PR.

Discriminação	1980			1985			1995/1996		
	Número Informantes	Área (há)	%	Número Informantes	Área (há)	%	Número Informantes	Área (há)	%
Lavouras Permanentes	656	184	0,52	1.104	239	0,7	482	599	1,49
Lavouras Temporárias	1.935	25.072	69,40	2.098	22.655	66,36	1553	18.225	55,48
Lavouras Temporárias em Descanso	210	891	2,48	267	839	2,46	41	306	0,95
Pastagens Naturais	577	2.054	5,69	602	1904	5,58	443	1.981	6,28
Pastagens Plantadas	743	5.534	15,34	737	6.456	18,90	945	8.518	25,93
Matas e Florestas Naturais	413	1.589	3,86	375	1.314	3,85	811	2.556	7,75
Matas e Florestas Plantadas	60	111	0,32	116	188	0,55	299	424	1,30
Terras Produtivas Não Utilizadas	198	846	2,35	309	548	1,60	59	267	0,82
Total	4.792	36.281	100	5.608	34.143	100	4.633	32.876	100

Fonte: Censo Agropecuário 1980, 1985, 1995 – Paraná – IBGE.

O aumento da área para pastagem ocorreu no período em que as empresas de comercialização do leite passaram atuar no município de São João.

Mesmo o município de São João possuindo como característica o pequeno estabelecimento rural, a produção leiteira despertou o interesse de um grande número de produtores. As razões pelas quais os produtores se inseriram nessa atividade consistem no tamanho da propriedade, que não era suficiente para produzir culturas extensivas como a soja; por outro lado, o leite passou a representar um ganho mensal, pois mesmo em áreas com declive é possível desenvolver atividade leiteira. Outro fator determinante é que não exige muita mão-de-obra e as atividades produtivas são distribuídas no núcleo familiar.

Ainda complementando as razões da inserção dos agricultores familiares no contexto produtivo do leite, existia o fato de o leite, em um primeiro momento, exigir pouco investimento, já que o produtor podia utilizar animais rústicos e vendia para o mercado o excedente da produção, isso entre 1980 até 1990. Esse quadro passou a ser alterado com a implantação da Normativa 51, como vimos anteriormente.

O município de São João possui culturas diversificadas, porém muitas são apenas para a subsistência da família, tendo pouca relevância econômica, como é o caso do feijão e do arroz. Assim, as que tiveram maior relevância no ano de 2005 podem ser vistas na tabela 10:

Tabela 10 – Culturas temporárias e permanentes no município de São João - 2005

Culturas Temporárias	Quantidade	Culturas Permanentes	Quantidade
Milho	36.395 toneladas	Erva-Mate	450 toneladas
Soja	21.190 toneladas	Laranja	375 toneladas
Trigo	9.100 toneladas	Uva	35 toneladas

Fonte: IBGE.

Um elemento importante para analisarmos a produção no campo é a técnica empregada, porque assim é possível analisar o grau de capital investido.

Através do levantamento de dados nos Censos Agropecuários 1995-1996, constatou-se que, no município de São João, o que predomina é a tração animal, em 1259 estabelecimentos, sendo que a tração mecânica está presente em 353 estabelecimentos, número de 1995. Várias são as causas para que isso ocorra, entre elas: a) a baixa capitalização dos produtores rurais; b) pequenos estabelecimentos não indicariam a necessidade de uma máquina que, na maior parte do tempo, ficaria ociosa; c) a opção pelo trabalho animal; d) contrato temporário de máquinas no período de plantio e colheita.

No município de São João, é possível encontrar produtores tecnificados convivendo, lado a lado, com produtores que utilizam formas rústicas de trabalho, baseados na tração animal e no uso de instrumentos como a enxada e o trabalho manual.

Percebe-se que há um grande número de produtores trabalhando nos estabelecimentos, agindo na contramão do capital, não se submetendo às regras impostas pela tecnificação ou pela modernização da agricultura. Essa relação peculiar é uma forma de resistência direta ao capital industrial (tratores, colheitadeiras, etc). São produtores tradicionais que procuram desenvolver atividades com os recursos disponíveis no estabelecimento, evitando contrair dívidas ou comprometer a produção junto às empresas. Em um outro grupo, encontramos os produtores se modernizando por acreditarem que essa é a melhor opção para permanecer tendo seus produtos aceitos no mercado, pelas empresas, e por afirmarem que é do leite que vem o sustento mensal das famílias.

São esses mesmos trabalhadores que colocam na força do trabalho sua expectativa de vida.

Tabela 11 – Máquinas e equipamentos agrícolas

Municípios	Máquinas		Arados	
	Plantio	Colheita	Tração Animal	Tração Mecânica
1975	-----	358	2360	190
1980	2170	270	368	360
1985	376	134	2617	322
1995	336	110	1259	353

Fonte: IBGE.

É necessário salientar que a tração animal é acompanhada pelo uso intenso do trabalho manual na agricultura. O trabalho braçal é decorrente da escassez de recursos que alguns agricultores possuem para investir na atividade leiteira; em outros casos, é uma questão de escolha do produtor para não contrair dívidas.

6 PRODUÇÃO LEITEIRA DE SÃO JOÃO: SEU PERFIL E ORGANIZAÇÃO

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

A pecuária leiteira no município de São João tem passado por mudanças, principalmente a partir da década 1990, dentre as quais podemos citar melhoramento do rebanho, substituição de pastagens naturais por pastagens plantadas, investimento em ordenhadeira e resfriador por parte dos produtores, em alguns casos inseminação artificial, preocupação dos agricultores em manter os animais saudáveis.

O leite é um dos alimentos produzidos e consumidos mundialmente em diferentes tipos de estabelecimentos. No município de São João, o leite sempre esteve presente nos estabelecimentos, num primeiro momento apenas para o consumo familiar e para produção de queijo, coalhada, requeijão, e apenas posteriormente passou a ser visto como mercadoria.

Mas foi na década de 1980, com a inserção da primeira indústria, que o leite passou a ser visto como perspectiva de renda diante da comercialização.

O município de São João possui cerca de 22 comunidades rurais, 4 distritos. Com uma extensão total de 338,060 Km², o solo predominante é o latossolo, considerado um solo que possui boa fertilidade. O relevo apresenta declividades acentuadas, como pode ser observado nas fotos 1 e 2.



Foto 1 – Vista parcial da área rural do município de São João. Observa-se a presença de mata ciliar junto aos pequenos estabelecimentos que compõem o município.

Fonte: Do autor (2007).



Foto 2 – Vista parcial do relevo do município de São João. Em meio à declividade acentuada, há áreas viáveis à mecanização, como, por exemplo, a cultura da soja.

Fonte: Do autor (2007).

O espaço sanjoanense apresenta uma estrutura fundiária baseada em estabelecimentos rurais de até 100 hectares, com agricultura diversificada, produtos destinados à subsistência, como arroz, feijão, mandioca, etc., assim como a criação de animais: galinhas, suínos, patos, etc., e outros para serem comercializados, no caso o leite, para diversos laticínios do município e da região.

Atualmente, o município de São João tem sua economia baseada no setor agrícola e pecuário, sendo que na maioria dos casos os produtores praticam ambas as atividades nos estabelecimentos, uma servindo de complemento à outra.

Os produtores de São João são descendentes de imigrantes de origem italiana e alemã, que vieram para a região durante as décadas de 1950 e 1960 com a corrente migratória que estava ocupando a região Sudoeste do Paraná.

A política de migração teve sua importância porque redistribuiu em novas áreas produtores de origem familiar, propiciando, assim, o aumento da policultura, e ocasionando a diversificação econômica importante para o abastecimento dos centros urbanos.

Constatou-se, durante o trabalho de campo, que as famílias utilizam a produção agrícola para autoconsumo e o excedente vai para o mercado como, por exemplo, o milho.

Através da terra, o produtor obtém as condições necessárias para sua manutenção.

Santos (1978, p. 23) afirma que:

[...] o processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista: o camponês do Brasil meridional é um personagem não especificamente capitalista que se constitui na história pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente.

O autor, em sua obra *Colonos do Vinho*, expõe que o trabalhador camponês e o trabalhador familiar seriam a mesma pessoa, sem distinção. No entanto, tomando com base o trecho apresentado, o trabalhador camponês com quem o autor trabalha não é capitalista, por ser uma negação do capitalismo à medida que não é assalariado e não está desvinculado dos meios de produção.

Concordando com Tavares do Santos, tomamos por definição de 'produtores familiares' aqueles que trabalham em seu próprio estabelecimento, utilizando a mão-de-obra familiar, donos dos meios de produção, da terra e da força de trabalho. Somente em casos extremos recorrerem à mão-de-obra fora do estabelecimento, que pode ocorrer através da troca de dias de serviço ou da contratação temporária de diaristas.

A população rural de São João é constituída por agricultores, que utilizam a força de trabalho familiar, geralmente aliam a produção para o autoconsumo com a produção mercantil, como é o caso do leite.

Conforme dados levantados "in loco", os agricultores familiares do município de São João são oriundos, em sua grande maioria, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de municípios do Paraná. São descendentes 50% de italianos, 29 % de brasileiros e 21% alemães.

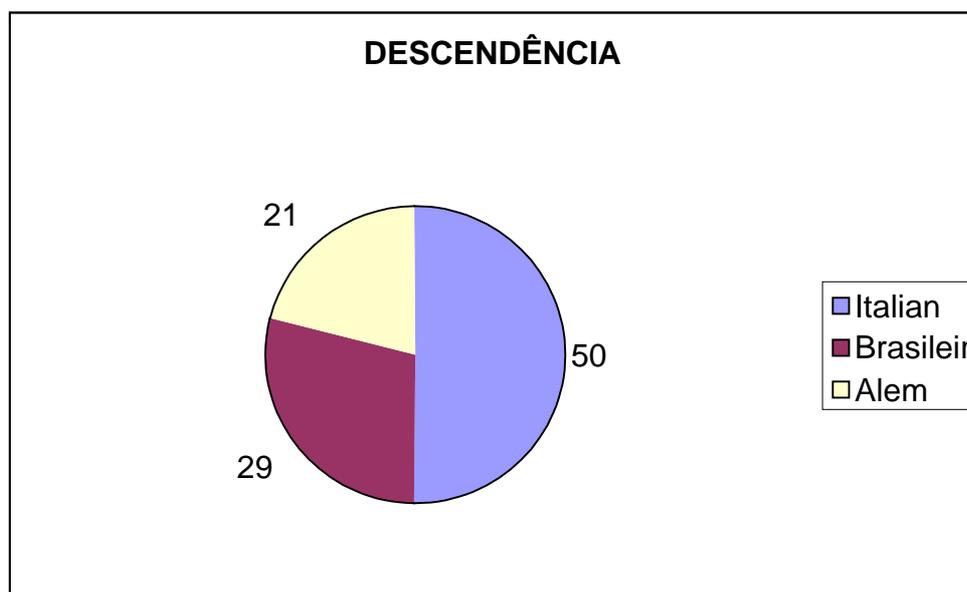


Gráfico 1 – Descendência.

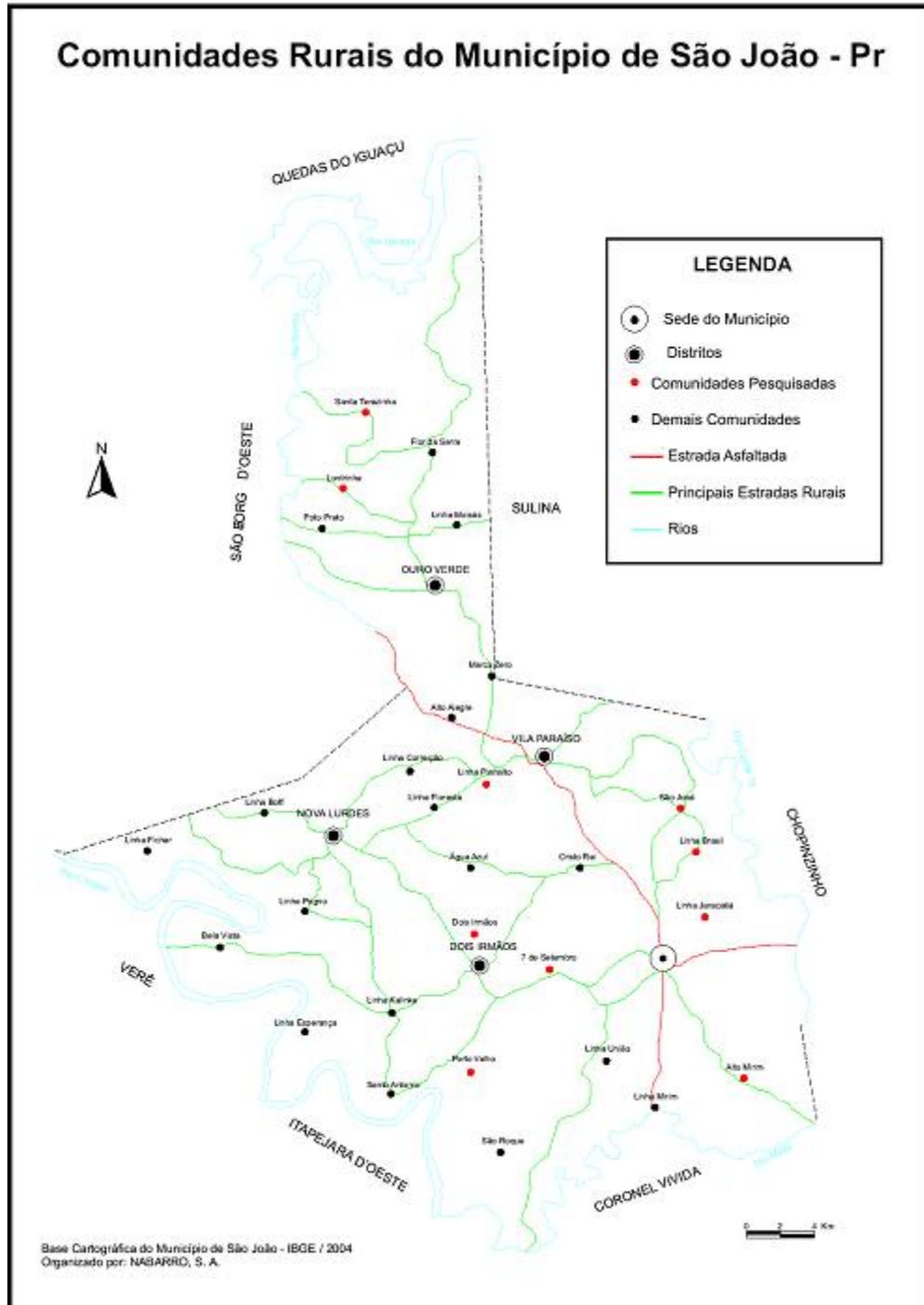
Fonte: Pesquisa de campo na área rural de São João, janeiro de 2007.

Para alcançar os objetivos traçados, em janeiro de 2007, realizamos uma pesquisa com 27 famílias produtoras de leite, de 10 comunidades distintas, como mostram o quadro 1 e mapa 3.

Comunidades	Nº de famílias entrevistadas
1. Alto Mirim	7
2. Linha Brasil	1
3. Linha Planalto	2
4. Linha Sete de Setembro	3
5. Porto Velho	2
6. Dois Irmãos	1
7. Lontrinha	2
8. Linha São José	2
9. Linha Jaracátia	4
10. Santa Terezinha	3
Total= 10	27

Quadro 1 – Comunidades e número de famílias.

Fonte: Pesquisa de campo - Janeiro 2007.



As comunidades possuem, no centro, uma igreja, um pavilhão, geralmente utilizado para realização de festas e reuniões, e as antigas escolas rurais, que hoje são utilizadas como Clube de Mães e, em alguns casos, como residências ou igrejas. Também próximo ao centro da comunidade há o cemitério.

Essa organização espacial é que define uma comunidade, pois é aí que as pessoas se reúnem para participar da vida da comunidade.

Uma base territorial constituída por casas esparsas, mas com um centro de referência social, “a sociedade da capela”; a população tem uma situação social semelhante; as pessoas estabelecem relações de vizinhança, muitas vezes justapostas às relações de parentesco, as pessoas se auto-identificam como membros do bairro, havendo um sentimento de localidade; ocorrem práticas de ajuda mútua no processo de trabalho, e, finalmente, participam em comum de atividades lúdicas, na “sociedade da capela”, e de atividades religiosas, a festa do padroeiro. (SANTOS, 1978, p. 5).

É na comunidade que as pessoas se encontram, reconhecem-se como iguais, como partes integrantes da mesma comunidade, e se identificam, conversam sobre suas dificuldades individuais e coletivas. Entre os assuntos aparecem o preço do leite, o custo com alimentação, o valor das novilhas, a saúde das pessoas, o tempo, pois quando há estiagem os agricultores afirmam que uma das principais preocupações é água para os animais.

Os produtores de leite do município de São João, embora façam parte de diferentes comunidades, procuram participar das atividades comunitárias como culto, festas, matinê, cancha de bocha, esta última é atividade praticamente exclusiva dos homens. No caso das mulheres, unem-se para participar do Clube de Mães, onde realizam cursos de pintura, bordado, gastronomia. Também é o lugar onde costumam trocar experiências de vida sobre o trabalho, assim como sobre a educação dos filhos. As relações de vizinhança estão presentes entres os membros da comunidade.

Os aspectos da vida em comunidade são ressaltados pelos entrevistados, isso pode ser constado nos depoimentos a seguir:

Nós participamos, sim, de tudo: quando tem uma festa, a gente ajuda, trabalha, vai lá também, né, se divertir um pouco. Porque o que é da comunidade é de todo mundo. Por exemplo, a igreja, todo mundo vai à igreja, não tem como parar de ir, ajudar, depois a gente tem os filhos para ensinar, precisa ir à catequese também, e sem Deus ninguém vive. A gente precisa dos outros para tudo, ninguém vive sozinho. Precisa da comunidade; quando um fica doente, você vai no vizinho mais perto, pedir ajuda ou uma corrida’.

O convívio em comunidade desperta nas pessoas interesses de coletividade e responsabilidade com o grupo de que participam; seja na igreja, na escola ou nos grupos de novena, existe a preocupação com o bem-estar do outro, isso desenvolve relações de reciprocidade, como a troca de visitas entre os membros quando alguém está doente.

A religiosidade é forte principalmente entre as mulheres, a presença de Deus ajudando nos momentos difíceis é comum nos diálogos.

Ainda hoje, ocorre entre as famílias a troca, por exemplo, de carne, ou seja, quando um vizinho mata um animal, distribui aos outros uma quantidade de quilos de carne e, posteriormente, aqueles que receberam se encarregam de retribuição. Dessa maneira, eles afirmam que é um jeito de ter carne fresca com mais freqüência.

Em média, as famílias são pequenas, geralmente formadas por pai, mãe e dois filhos, e quando ocorre de haver mais de cinco pessoas na família é porque existem pessoas idosas.

A escolaridade dos chefes das famílias entrevistadas pode ser subdividida em quatro grupos: sem escolaridade, 2 pessoas; da 1ª à 4ª série, 8 pessoas; com o Ensino Fundamental ou antigo Ginásio teríamos 14 pessoas; e com o 2º Grau completo o número fica reduzido a 3 apenas. (Gráfico 2)

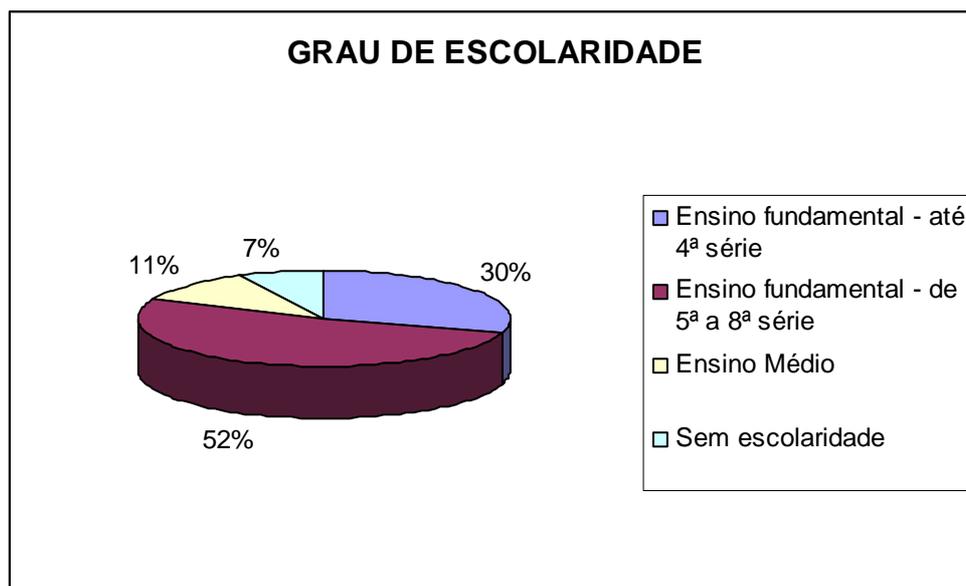


Gráfico 2 – Grau de escolaridade

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2007.

O tempo de residência dos produtores no município, também bastante significativo, revela que a grande maioria dos produtores está presente no município de São João há mais de uma década.

Período de tempo	Nº de Produtores
0-5 anos	3
5-10 anos	5
10-20 anos	6
20-30 anos	5
+ de 30 anos	8

Quadro 2 – Tempo de residência dos produtores no município.

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2007.

O tempo de residência dos agricultores revela o grau de adesão ao lugar e, em muitos casos, a satisfação de ter conseguido comprar seu pedaço de terra, isto é, de não depender de terceiros, “ser dono do que é seu”.

A faixa etária dos entrevistados varia de 26 a 67 anos, no entanto, a grande maioria ficou na faixa entre 40 e 50 anos. Quando questionados sobre o tempo de residência no estabelecimento, a resposta variou bastante de proprietário para proprietário. Contudo, a maioria absoluta está no estabelecimento há mais de 10 anos, e em 8 estabelecimentos as pessoas estão há mais de 30 anos, e desses, em 4 os moradores estão há mais 50 anos. Analisando do ponto de vista do tempo, pode-se afirmar que existe toda uma história de vida que se desencadeou naquele local.

A proprietária de um estabelecimento relatou parte da sua trajetória de vida:

Meus avós vieram da Rússia para o Rio Grande do Sul, aí meus pais se casaram no Rio Grande e eu, quando casei, vim pra São João, ainda era tudo mato aqui, não tinha nem estrada. Aqui em São João a gente se mudou muitas vezes, mais de 12 vezes. Meu marido não tinha cabeça, comprava o sítio e vendia e depois não conseguia comprar a mesma quantidade de terra e, aí, ia pra frente e acabava comprando menos. Então, quando chegamos aqui não tinha estrada, nada, puro mato, eu disse 'daqui eu não saio mais, chega', e foi a sorte porque a gente tinha um monte de filho, se não tivesse a terra ia vive do quê? Agora já faz mais de 50 anos que estamos aqui, daqui não saio.

Essa relação que as pessoas desenvolvem com o lugar em que vivem torna-se importante porque é passada de geração para geração, de pai para filho. Geralmente, as famílias fazem acordos, e quem cuida do pai fica com a terra ou com a maior parte dela, quando o pai vier a falecer. Nesse caso, a proprietária já decidiu com quem vai ficar com o estabelecimento quando ela vier a falecer. A terra será distribuída entre um filho e uma filha que ainda moram com ela, acordo este que já foi efetivado entre os irmãos.

Foi possível constatar que a terra, uma vez conquistada ou adquirida por esses trabalhadores, é motivo de orgulho, porque é o instrumento usado para sua manutenção e da família.

6.2 O USO DA TERRA E A PRODUÇÃO LEITEIRA

As razões que levaram os produtores de leite a investirem nesse ramo de atividades foram bem diversificadas: a) porque o leite apresenta-se como uma alternativa de renda; b) para ajudar nos gastos mensais; c) é mais lucrativo que o porco; d) por incentivo dos técnicos; e) complementa a renda obtida na lavoura; e) é mais fácil vender o leite do que produzir o queijo; f) por ser mais fácil produzir leite que trabalhar na lavoura; g) para obter lucro; h) é mais lucrativo que a lavoura, i) é mais barato produzir leite que cultivar a terra; por causa do valor dos insumos; j) para garantir os estudos para os filhos; l) por causa do declínio da produção do bicho-da-seda. Observamos as razões que levaram os produtores de leite a investir

na pecuária leiteira, são bem diversificadas. No entanto, estão sempre relacionadas à renda ou à perspectiva de melhoria de vida.

Das 27 famílias entrevistadas, 9 são herdeiras, 13 adquiriram a terra através da compra, 5 são rendeiros. Rendeiro é a pessoa que não possui a terra, por isso empresta uma área e paga ao dono a renda.

Tabela 12 – Número de estabelecimentos e estratos de área dos produtores de leite de São João.

Estratos de Área (ha)	Número de produtores	%
0 ha a 5 ha	4	15
5 ha a 10	7	26
10 ha a 15 ha	8	30
15 ha a 20 ha	6	22
25 ha a 30 ha	2	7

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2007.

No entanto, a propriedade da terra é uma condição fundamental para o agricultor continuar sendo autônomo. Porém, existem proprietários que recorrem ao arrendamento para aumentar a renda da família, porque a terra que possuem é insuficiente.

De acordo com os técnicos e agrônomos do município de São João, mais de 95% dos estabelecimentos que produzem leite atualmente são de produtores familiares. No nosso estudo de caso, a realidade foi condizente com os números apontados.

A topografia do município São João é bastante acentuada, em alguns casos dificulta a cultura de grãos, porém isso não impede que os agricultores produzam o leite nestas áreas.

Nos estabelecimentos pesquisados, os principais produtos comercializados são: em 1º lugar, o leite, que foi encontrado em todos os estabelecimentos; em 2º, o milho, que está em 26 estabelecimentos; e a soja

aparece em 3º lugar, estando presente em 16 estabelecimentos. Ainda possui importância a produção de suíno e gado de corte para o consumo da família.

O produtor familiar combina dois tipos de produção, a de subsistência e a produção para o mercado. A integração entre a lavoura e a pecuária faz parte da diversificação da produção e permite que o produtor aumente a renda do estabelecimento, atingindo, assim, maior estabilidade.

As sobras da produção de milho, de suíno e de leite que são utilizadas para a subsistência, entram na circulação e representam uma renda a mais para família.

Constatou-se que o leite tem a maior representação comercial, juntamente com o milho, sendo este vinculado ao alimento do rebanho, barateando o custo da produção.

As razões para se investir na produção de leite se devem ao alto grau de investimento em insumos e maquinarias exigido para a produção de grãos, atividade que inviabiliza economicamente estabelecimentos de pequeno porte.

A área influencia no número de animais que os produtores têm nos estabelecimentos, já que a grande maioria é mantida a pasto; para isso, os agricultores têm cultivado os capins Napier, Azevém, Brachiaria e Colonião.

O número de animais influencia na quantidade de produção e o total produzido interfere no preço do produto, já que um dos critérios das indústrias é pagar pelo volume. Dessa forma, elaboramos uma tabela relacionando área ao número total do rebanho e ao número de animais destinados à produção leiteira.

Verificou-se que, das 27 famílias do total dos estabelecimentos, 75% possuem mais de 50% do rebanho destinado à produção leiteira, destes apenas 30% destinam a totalidade do rebanho para essa finalidade, e os 25% restantes possuem menos de 50% para a produção leiteira.

Tabela 13 – Tamanho do estabelecimento e quantidade de animais

Número do estabelecimento	Área em hectares	Nº de cabeças		Porcentagem
		TOTAL	P/ LEITE	%
1	13,31	17	12	70
2	7,26	13	9	69
3	19,36	33	33	100
4	7,26	11	11	100
5	7,26	14	8	57
6	7,26	14	14	100
7	12	23	16	70
8	12,1	10	10	100
9	21,78	15	15	100
10	9,68	45	12	26
11	4,84	9	6	67
12	16,94	10	10	100
13	14,52	17	9	53
14	13,31	15	12	80
15	14,52	20	9	45
16	18,15	24	10	42
17	4,84	9	7	78
18	6,05	20	19	95
19	16,94	9	9	100
20	16,94	25	13	52
21	14,52	35	35	100
22	0,3025	9	6	67
23	6,01	10	2	20
24	19,36	43	15	35
25	26	36	28	78
26	13,31	23	10	43
27	4,84	10	2	20

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2007.

A área varia nos estabelecimentos, não existindo um padrão para exploração leiteira. De acordo com os dados expostos, 96% dos estabelecimentos têm área inferior a um módulo rural, que equivale a 20 hectares. No entanto, o que varia é o grau de tecnificação do estabelecimento.

A maioria dos rebanhos se destina à produção leiteira, aproveitando ao máximo a área disponível para tal; outros, no entanto, procuram se desfazer dos

animais que poderiam ser aproveitados como gado de corte porque afirmam que leva muito tempo para o animal atingir um peso satisfatório para o abate.

A área representa um fator importante para a reprodução dos animais e o aumento do rebanho.

De acordo com os técnicos, nós já chegamos no limite, o tamanho da área não permite que tenha mais animais; agora, então, estamos melhorando o restante do rebanho, trocando as vacas por de raça.

Neste caso específico, o produtor tem 35 animais numa área de 14 hectares; como boa parte dos animais é mantida a pasto, para crescimento do rebanho é necessário aumentar área, no entanto, o produtor optou por melhorar o rebanho, com a pretensão de obter uma maior produtividade. Dessa forma, num primeiro momento descartou os animais mais rústicos por animais de raça, como o gado holandês, e atualmente substitui estes pelo pardo-suíço, que, de acordo com ele, é um animal mais adaptado ao clima brasileiro e tem menos doenças, como a mastite.

Um dos elementos relevantes para se analisar a produtividade de uma região é o tipo do rebanho. Considerando este aspecto, constatou-se que o rebanho sanjoanense é um rebanho voltado para o mercado, já que na maioria dos estabelecimentos as raças são puras, com destaque para a Holandesa e a Jersey, que têm como sua principal característica a produção leiteira. A raça Holandesa é encontrada em 93% dos estabelecimentos; a Jersey, em 44%; os animais mistos aparecem em 22%; os rústicos estão presentes em 7% e a raça Pardo-Suíça está em 3% dos estabelecimentos.

Levou-se em consideração, para esta análise, que as 27 famílias possuem diferentes raças num mesmo estabelecimento. (Gráfico 3)

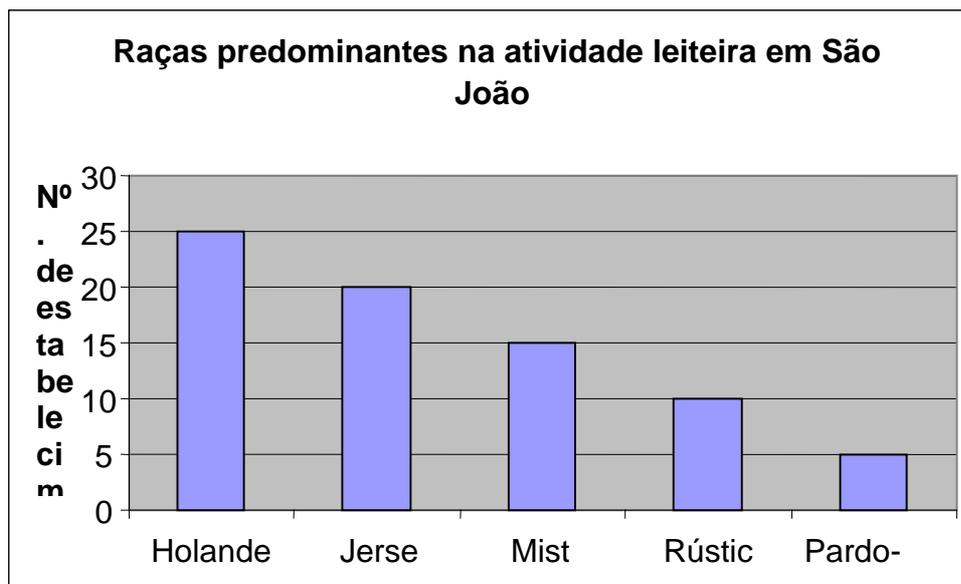


Gráfico 3 – Raças predominantes na atividade leiteira em São João

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2007.

A opção por raças mais especializadas na produção leiteira é decorrente do aumento da produtividade dos estabelecimentos e está relacionada à extensão das áreas, pois com animais especializados é possível ter um rendimento satisfatório mesmo em pequenos estabelecimentos.

De acordo com um dos responsáveis pela implantação da CLAF, que é também extensionista, o agricultor deve transformar milho em leite, pois em um estabelecimento de 10 hectares é possível ganhar até dois salários mensais com a produção leiteira. Isso tem representado uma boa renda para a pequena propriedade, já que o produtor consegue obter até 50% de lucro.

6.3 O TRABALHO FAMILIAR NA PECUÁRIA LEITEIRA

As famílias que trabalham com a produção de leite em São João são formadas pelo casal, que geralmente possui em torno de um a três filhos. A presença de idosos é constante, pois em 27 famílias havia 17 pessoas com idade acima de 60 anos.

Diante dos dados apresentados, é importante detalhar a divisão do trabalho no interior da família voltada à atividade leiteira. (Quadro 3)

Atividades	Lavoura	Pecuária	Serviços domésticos
HOMEM	plantar, esparramar adubo, passar veneno, quebrar milho	tirar leite, fazer silagem, ordenhar as vacas,	
MULHER	carpir, cuidar do pomar, quebrar milho.	tirar leite, limpar os equipamentos, ordenhar as vacas,	cuidar da casa, da roupa, da comida, dos filhos.
CRIANÇAS(F)			cuidar da casa, dos irmãos
CRIANÇAS(M)	colher vassoura (1 único caso)	manter limpa a sala de ordenha, ajudar a cortar a pastagem	
IDOSOS (F)			cozinhar, ficar com os netos
IDOSOS (M)	cuidar do quintal		

Quadro 3 – Das atividades realizadas por cada membro da família. (por sexo).

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2007.

A divisão de trabalho dos estabelecimentos que participaram da pesquisa está relacionada à força física. Dessa maneira, os homens são responsáveis por trabalhos mais pesados; em contrapartida, as mulheres realizam dupla jornada de trabalho, como expôs uma produtora.

Eu ajudo em tudo ou que precisa na roça, e em casa tem que fazer tudo, limpa casa, cozinhar, lavar roupa porque, não tem quem faça, é só eu.

Assim, é possível constatar que as mulheres realizam longas jornadas de trabalho. Os jovens acima de 14 anos foram incluídos na divisão por sexo, embora se dediquem apenas meio período ao trabalho no estabelecimento, já

que estudam. De acordo com os pais, as crianças vão fazendo as atividades de acordo com aquilo que a idade permite.

Quanto ao papel exercido pelas mulheres na tomada de decisões, a maioria afirma positivamente, exceto em dois casos que as próprias mulheres não se acham aptas para auxiliar na tomada de decisões, uma delas afirmou que “negócio é coisa de homem, mulher não leva jeito pra isso”, no outro estabelecimento foi homem que afirmou que “a mulher quase não sabe das coisas, então ela não se mete”, e houve concordância da esposa.

Nos outros casos, foi perceptível, tanto no depoimento dos homens como no das mulheres, a divisão de responsabilidades. Num desses depoimentos, a esposa falou: “aqui a gente acredita que duas cabeças pensam melhor que uma”, e o esposo complementou: “nós trabalhamos igual, então é certo que ela dê a opinião dela, porque depois não pode dizer que não sabia”.

Quanto ao trabalho realizado pelos filhos, em alguns estabelecimentos é de suma importância para manutenção da família, principalmente nos estabelecimentos pequenos, que são caracterizados pela falta de recursos, onde há predomínio do trabalho manual, tanto na lavoura como na atividade leiteira.

Nos pequenos estabelecimentos, os filhos são importantes como força de trabalho.

As crianças, quando são pequenas, dão trabalho, mas quando crescem, como ajudam! Fizemos tudo a muque, um alqueire de limpa de milho, mais uma quarta e tem mais um alqueire, e se não fossem os guris ia ser difícil.

Neste depoimento, o pai se referia aos filhos de 15 e 16 anos, que trabalham no estabelecimento. Lá todas as atividades são feitas manualmente, tanto na agricultura como a atividade leiteira.

Elaboramos um quadro efetuando a média de trabalho, por sexo e idade, levando em consideração os números totais de horas, dividindo pelo número de pessoas que trabalham nos estabelecimentos na produção leiteira.

Jornada de trabalho (horas/dia)			
Homem	Mulher	Crianças	Jovens
3 h	2, 30 h	2 h	3 h

Quadro 4 – Jornada de trabalho com atividade leiteira

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2007.

Quando o produtor é proprietário, ele possui estabilidade, que o proletariado não possui, por ser dono dos meios de produção e da força de trabalho. Não existe, para o produtor familiar, a separação entre a força de trabalho e os meios de produção, para ele são partes de um mesmo universo, no qual está inserido.

Santos (1978) diz que é a própria família que vai ocasionar trabalho acessório e o trabalho assalariado, na unidade produtiva camponesa. Mas, para o autor, isso só vai ocorrer após a família já ter recorrido à ajuda mútua entre os vizinhos da comunidade rural. Nas comunidades rurais do município de São João, os agricultores costumam trocar dias de serviços, na fase da silagem e da colheita do milho; cerca de 65% das pessoas recorrem a esta prática. A troca de dias de serviço é fundamental para o produtor familiar, já que a troca é equivalência de tempo e trabalho, não precisando de dinheiro para retribuir. Por outro lado, o agricultor familiar, ao pagar a um outro trabalhador para auxiliar nas atividades, faz com que ocorra uma redução do rendimento familiar.

Apenas 0,54 % das famílias possuem trabalho complementar, isto é, fora da propriedade rural. Isso ocorre quando não vai comprometer a renda do estabelecimento, ou quando vai complementar a renda familiar. Na agricultura familiar, o trabalho conjunto é essencial para o benefício dos integrantes, pois compartilham o trabalho, as responsabilidades e as angústias quando o setor leiteiro sofre perdas.

Santos (1978, p. 74) aponta ainda que:

Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família.

As funções da atividade leiteira no interior das famílias muitas vezes são alternadas de acordo com as “necessidades” dos membros.

O trabalho de tirar o leite é ininterrupto e dura praticamente todos os dias do ano, um agricultor usou a seguinte apologia para explicar essa situação.

A vaca não quer saber se é feriado, ou não, se é domingo, se está chovendo ou se tem sol. Chegou a hora, tem que tirar o leite se não o animal começa a berrar. E vamos fazer o que? É disso que a gente vive.

Como se pode ver, o trabalho de ordenhar os animais exige tempo e responsabilidade; por outro lado, percebe-se que os produtores não têm folga, é necessário que o trabalho seja feito todos os dias.

6.4 NÍVEL TECNOLÓGICO E RENDA DOS PRODUTORES

Como já citamos anteriormente, o Paraná, desponta entre os maiores estados produtores de leite do país, perdendo apenas para Minas Gerais.

Atualmente, as regiões Oeste e Sudoeste têm ganhado destaque na produção leiteira, porque, juntas são responsáveis por cerca de 49% da produção.

O aumento da produtividade do rebanho e do número de animais tem também repercutido na vida dos produtores sanjoanenses.

O nível tecnológico dos produtores tem melhorado nas últimas décadas, principalmente em decorrência dos investimentos efetuados através do PRONAF Investimento.

Mas sabe-se que não foi o bastante para homogeneizar ou nivelar as populações locais. No entanto, as famílias têm procurado atender às exigências

impostas pelas indústrias que têm cobrado dos agricultores resfriador, ordenhadeira mecânica, tanque de expansão. Porém, isso tem gerado um empobrecimento da população, que, para atender ao capital, deixa de viver dignamente, vivendo em condições de moradia precárias, deixando muitas vezes de comprar medicamentos, pagar financiamentos, para não perder animais ou equipamentos ou até mesmo a terra. O capital não somente subordina a renda da terra do trabalhador, como lhe suga também a sua vitalidade.

Existem produtores que não investem no setor por não terem condições econômicas, pois têm uma renda muito baixa, em torno de R\$ 120,00, que torna inviável investir. No entanto, a grande maioria dos produtores tem conseguido obter uma renda capaz de manter a família no campo e suprir as necessidades, principalmente porque a aposentadoria dos idosos tem sido uma contribuição significativa para os produtores. A tabela 14 é um demonstrativo da renda dos produtores.

Tabela 14 – A renda dos produtores

Renda (R\$)	Nº de Produtores	Porcentagem
100,00-500,00	8	30%
500-1.000,00	8	30%
1.000,00-2.000,00	7	26%
+ 3.000,00	4	14%

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2007.

Os resultados apontam que a renda dos produtores entrevistados concentra-se entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00 e entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00; estes dois grupos representam 60% dos entrevistados. A participação dos produtores que têm renda de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 fica em torno de 26%. Os entrevistados com maior volume de produção são também os que têm renda superior a R\$ 3.000,00 e representam 14% dos entrevistados.

No ano de 2007, o leite sofreu reajuste em decorrência da escassez

do produto no mercado mundial, ocasionada pela quebra da produção, em decorrência de fatores ambientais, que reduziram a produção em termos mundiais. Somado a isso, o aumento do consumo em países em desenvolvimento (crescimento da economia mundial) permitiu que os produtores brasileiros desfrutassem de um cenário favorável de preços em 2007, tornando possível um reajuste real aos produtores.

Observa-se que o crescimento da produção de leite no Estado do Paraná, no entanto, não homogeneizou as condições de vida dos produtores, pois existem disparidades quanto às condições de produção, tanto quanto às condições de vida dos produtores, em decorrência das diferenças sociais e econômicas.

Segundo um funcionário aposentado da Emater que atuou na região da Sudoeste por mais 24 anos, “o agricultor que trabalha com leite atualmente obtém o dobro da renda daquele que trabalha com grãos”, e diz ainda que “para a pequena propriedade, é uma boa renda, a atividade leiteira dá mais de 50% de lucro”. Acerca da produtividade ele afirma: “em 10 hectares de terra o produtor pode obter uma renda de até 2 salários mínimos mensais”. Com grãos o produtor não atinge isso.

Normalmente as condições de vida dos agricultores refletem no consumo de bens duráveis, voltados para a produção, como tanque de expansão, ordenhadeira, carros, animais, etc.

No estabelecimento, é possível detectar o padrão de vida dos produtores através das residências. (Foto 3 e 4)



Foto 3 – Residência com instalações precárias. Esta foto revela a dificuldade dos produtores que possuem poucas vacas com baixa produtividade.

Fonte: Do autor (2007).



Foto 4 – Tipo de residência mais comum entre os agricultores de São João. Residências antigas que foram ampliadas com ficando uma parte em madeira e a outra em alvenaria.

Fonte: Do autor (2007).

As diferentes formas de moradia apresentadas apontam, geralmente, para as condições de vida dos produtores e sua renda.

Para os agrônomos, os produtores que transformam milho em leite, têm conseguido bons ganhos com a produção leiteira, pois o preço do produto atualmente está satisfatório.

A produção de leite tem gerado uma renda superior à da produção de grãos, de acordo com os agrônomos que atuam na área rural. Também é uma atividade que permite ao agricultor planejar melhor os investimentos, assim como as dívidas que pode adquirir, pois diferente da produção de grãos, que deixa os produtores muito dependentes das variáveis climáticas, com a atividade leiteira é possível manter o estoques de silagem e grãos para períodos de estiagem ou frio intenso.

Outros preferem não depender dos bancos, mas as indicações sobre estes casos nos levam a crer que serão fadados à exclusão do processo produtivo, tendo que buscar outras possibilidades de se auto-reproduzir enquanto agricultores familiares em outras atividades, resta-lhes ainda, como alternativa, a reprodução enquanto trabalhadores urbanos.

Os agricultores que têm conseguido se modernizar estão mais capitalizados, mais aptos ao processo de modernização na atividade leiteira, assim

como na questão dos investimentos em rebanho, inseminação, etc.

De acordo com o chefe do NR/SEAB de Pato Branco, os estabelecimentos que vêm se destacando na atividade leiteira têm em média de 18 a 24 hectares. Ainda segundo ele, a bonivicultura se expandiu porque o poder público auxiliou. O governo do Estado do Paraná criou programas como o Fundo do Aval, que está baseado no PRONAF A, B, C, que avaliza produtores sem condições de terem documento da terra.

Sobre este aspecto, o mesmo acrescenta que a Criação do Sistema Claf foi incentivado pelo poder público estadual, e atualmente cada município possuiu uma CLAF, ou seja, uma Cooperativa de Leite de Produtores Familiares.

Mas mesmo existindo atualmente incentivo à produção leiteira, e até mesmo algumas facilidades, o crédito rural não atinge todos os produtores.

Outro elemento importante na política de incentivo à produção leiteira tem sido o PIN (Programa de Irrigação Noturna), que vem ocasionado uma redução de até 60% do valor da energia elétrica gasta das 21 horas até as 6 horas da manhã do dia seguinte. Quem banca este programa é o governo do Estado. As políticas de atuação do governo do Estado do Paraná na região Sudoeste têm influído no município de São João, ocasionando um aumento na produção leiteira, principalmente em pequenos estabelecimentos rurais.

Isso tem reduzido o fluxo de migração campo-cidade e, em alguns casos, tem ocasionado a migração de retorno de jovens que haviam saído do campo em busca da renda mensal, e que atualmente retornam para auxiliar os pais na produção.

Conforme Silva e Tsukamoto (2001, p.148), uma pequena parte dos produtores, beneficiados por programas do governo e incentivos, conseguiu capitalizar-se, diversificando a produção. Porém, um grande número de produtores utilizam técnicas atrasadas, e são forçados a modernizar-se mesmo sem capital.

A utilização da ordenha mecânica pelos produtores sanjoanenses de leite é crescente, na busca por se adaptar às exigências para melhoria da qualidade do leite. Dos 27 entrevistados, cerca de 16 fazem a ordenha mecânica, 11 ainda contam com a manual. Foto 05. 06 Com a ordenha mecânica, o produtor elimina a manual, diminuindo o tempo gasto para executar a atividade. O resfriamento do leite cobrado pelas indústrias leva 8 produtores à utilização do tanque de expansão; 10, do resfriador; 5 usam o congelador e 4 produtores usam o congelador e a geladeira

para resfriar o leite.

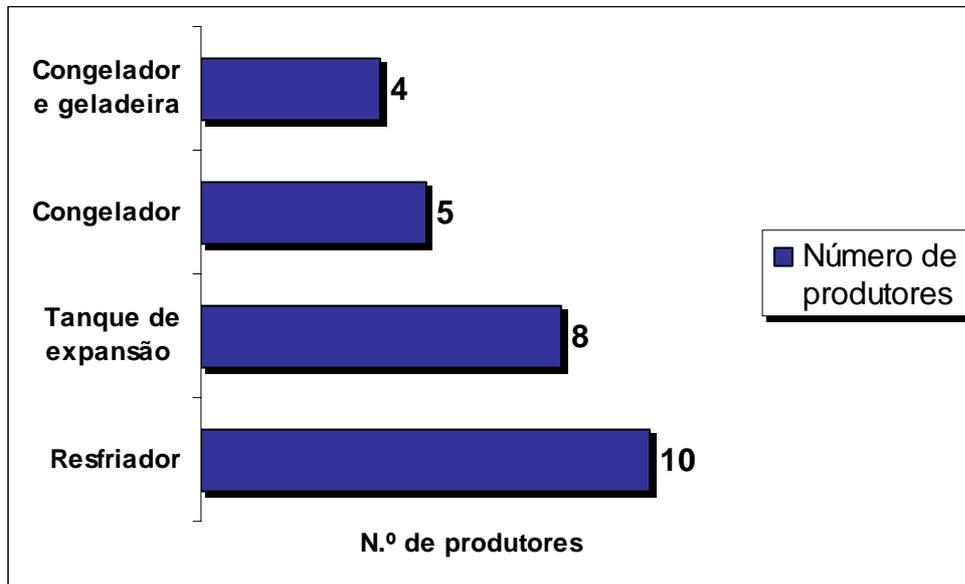


Gráfico 4 – Nível tecnológico dos produtores.



Foto 5 – Vista detalhada da ordenhadeira mecânica de um produtor com apenas 8 vacas.

Fonte: Do autor (2008).



Foto 6 – Ordenha manual.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A necessidade de se investir na pecuária leiteira torna freqüente a utilização do crédito bancário pelos produtores do município de São João, para que possam investir na atividade leiteira, melhorando os equipamentos, rebanhos e instalações.

De acordo com os entrevistados, o valor do tanque de expansão é alto, e os preços variam de R\$ 7.100,00 até R\$ 20.000,00. O resfriador tem um preço mais acessível, que varia de R\$ 700,00 a R\$ 1.700,00. Dividindo esses valores pelo preço médio do leite, que no período estava em torno de R\$ 0,56 o litro, verifica-se que o produtor vai precisar de um grande volume de produção. Atualmente, em decorrência do aumento do valor do leite pago ao produtor, tem-se uma média R\$ 0,70 o litro de leite pago ao produtor. (Foto:7 e 8).

Assim, muitos ainda não adquiriram tais equipamentos por não terem condições financeiras. Aqueles que recorrem a empréstimos como alternativa para tecnificação ficam vinculados ao banco por prazos geralmente longos.

Uma das medidas consideráveis que o governo do Estado passou a desenvolver para o setor leiteiro é a distribuição matrizes através das prefeituras, que as transferem aos produtores. O que se questiona no município de São João é se no momento da distribuição desses animais a prefeitura também não utilizará como critério a opção política do eleitor.

Os agricultores têm procurado produzir cada vez mais pastagens para o aumento da produção e para diminuir sua queda nos períodos de frio intenso.

A opção pela atividade leiteira promove o uso intensivo da terra com pastagens, restando poucas áreas para o cultivo de grãos ou produtos de subsistência. A terra que é utilizada para a prática da pecuária deixa o solo com menor produtividade devido ao desgaste, à erosão e à diminuição da produtividade. Se a atividade com a pecuária leiteira não for planejada, o uso do solo para esse fim a longo prazo pode fazer dela vilã, embora neste momento os produtores a tenham como algo positivo.

Outro fator importante ao abordarmos a modernização da pecuária leiteira refere-se à técnica da inseminação artificial, utilizada por cerca de 40% dos produtores em seus rebanhos. Entre as razões apontadas pelos produtores estão o melhoramento do rebanho e a diminuição dos custos com touro.

Para melhorar os filhotes e produzir mais no futuro. Para melhoramento genético. Hoje, manter um touro na propriedade tem um custo, enquanto uma vaca, com sua produção, pode pagar a inseminação de todas as outras. Touros podem indicar riscos.

A maioria dos produtores, isto é, 60%, não tem condições para fazer inseminação artificial devido ao alto custo:

É mais longe e sai mais caro que ter um touro; eles cobram e tem que ter a hora certa. Não, porque é muito caro emprestar o touro dos vizinhos. Às vezes sim, às vezes não, porque não dá muito retorno, gasta demais; chega ao final do mês, só da pra pagar o inseminador.

Como se pode observar o que define se o produtor vai investir ou não na inseminação artificial é o dinheiro. Para o agricultor capitalizado, é um investimento a longo prazo e trará resultados positivos para a produção. Já no caso dos pequenos produtores, a inseminação artificial torna-se um gasto, pois não possuem recursos para investir. O agricultor admite que seria bom melhorar o rebanho, mas não o faz devido aos escassos recursos.

No processo de inseminação artificial existe a probabilidade de não dar certo na primeira tentativa, isso acarretaria novos gastos para o produtor. Este

motivo leva muitos produtores a optarem por ter um touro no estabelecimento. Por outro lado, existem produtores sem condições de manter um animal, e menos ainda de fazer inseminação artificial, por isso recorrem ao empréstimo de animais no período em que vacas estão férteis.

Dos 27 produtores de leite entrevistados, apenas 11 fazem inseminação artificial. De modo geral, todos os produtores admitem que a inseminação artificial é positiva para o rebanho, mas o preço elevado é o principal obstáculo.

Todos os produtores apresentam preocupação em vacinar os animais, e 100% deles vacinam contra aftosa; 63% contra brucelose; 48%, carbúnculo.



Foto 7 – Os tarros são utilizados para o armazenamento do leite no resfriador do estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2008.



Foto 8 – Tanque de expansão utilizado por produtores que estão capitalizados

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2008.

6.5 NÍVEL TECNOLÓGICO E SISTEMA DE CRÉDITO

A modernização na agricultura aconteceu durante as décadas de 1960 e 1970. No entanto, essa modernização não atingiu todas as atividades econômicas que se desenvolviam no campo nesse período. O setor leiteiro modernizou-se tardiamente, a partir da década de 1990, e ainda hoje não atingiu todos os produtores, porque requer altos investimentos no setor.

Um dos elementos que dificultaram a modernização do setor leiteiro foi o tabelamento do leite, que se iniciou em 1945 e durou mais de 45 anos. O tabelamento do leite foi um contra-senso porque, se por um lado garantia às classes menos favorecidas a possibilidade de comprar o produto, desestimulava a produção por manter os preços baixos. Isso fez que, por um longo período, permanecessem na agropecuária leiteira técnicas rudimentares e baixa produtividade. Nesse período, no Brasil, eram freqüentes as crises de abastecimento.

A década de 1990 foi marcante para o setor de lácteos no Brasil,

pois ocorreu uma reestruturação da cadeia produtiva, mudando a base estrutural. Esta mudança foi fruto da liberação do preço do leite, da abertura da economia brasileira ao mercado internacional, da estabilidade da economia com a implantação do Plano Real e do crescimento do mercado do leite tipo longa vida.

De acordo com Clemente (2004; p.50), "a desregulamentação do mercado de lácteos, em 1991, após meio século de tabelamento, fez vir à tona o atraso em que o setor encontrava-se devido a esta política estatal". A cadeia leiteira não se encontrava somente em atraso, ela estava em descompasso com o restante do setor rural, não possuía autonomia, não havia recursos aos produtores nem perspectiva de investimento no setor, isso deixava o setor produtivo bastante frágil para competir com produtos subsidiados na sua origem.

Ainda segundo Clemente (2004, p.50-51), a estabilidade propiciada pelo Plano Real, fez com que as camadas populares tivessem maior poder aquisitivo, isso acarretou um aumento da demanda por produtos lácteos. No entanto, como houve abertura comercial, principalmente para os produtos vindos do Mercosul, o Brasil acabou importando leite da Argentina e do Uruguai, fazendo que preço do leite permanecesse baixo no mercado interno.

De acordo com Martine (1991 apud MARTINS, 2006), mesmo com um processo de tecnológico precário, a pequena produção fez uso mais intensivo de todos os fatores disponíveis, aproveitando melhor a terra, empregando mais mão-de-obra e produzindo um maior volume por hectare em relação aos grandes produtores, justificando, assim, seu valor social. Quando a terra é utilizada por agricultores familiares, ela é utilizada com o objetivo de se obter o máximo da produção.

O crédito rural tem influência sobre o trabalho familiar nos estabelecimentos rurais, pois muitas vezes constitui a alternativa necessária para que o produtor permaneça no campo.

O processo de modernização no setor leiteiro expandiu-se na década de 1990, alterou o tipo de produção que era efetuada nos estabelecimentos rurais, criou novas necessidades de investimentos. Nesse contexto, o crédito rural passou a desempenhar um papel fundamental para inserção desses produtores no novo modelo implantado.

De acordo com Martins (1981), o crédito rural no Brasil sempre esteve presente na agricultura; durante o período escravocrata, o cativo representava a mercadoria usada como garantia nas operações financeiras. Com o

final do período escravocrata, a terra e a produção passaram a constituir as garantias hipotecárias do capital adiantado no mercado agrícola e de terras.

O desenvolvimento do setor leiteiro no Brasil, na década de 1990, tornou este ramo de atividade mais complexo, requerendo mais capital para investimento, diante de um mercado mais competitivo, determinado pela acumulação de capital pela indústria. Por outro lado, o setor vem passando pelo processo de reorganização interna para atender às exigências impostas pela Normativa 51, a qual passa a intervir tanto na matéria-prima quanto no processo de comercialização.

O crédito, nesse contexto, torna-se fundamental para uma reestruturação da cadeia produtiva do leite, integrando os setores.

Para que ocorram as alternativas de modernização do setor leiteiro, é necessário que se encontrem recursos financeiros, tanto para custeio das atividades produtivas, como para viabilizar projetos de investimento, sem comprometer as necessidades das famílias dos produtores de leite.

As atividades agropecuárias têm especificidades em decorrência de fatores climáticos, a sazonalidade da produção, e os recursos financeiros são de suma importância para o seu desenvolvimento das atividades produtivas. O setor leiteiro, nos últimos anos, vem convivendo com o aumento dos gastos necessários para a produção e a defasagem do preço do produto, isso deixou os agricultores sem recursos para investirem no setor, o que os obrigou a captarem recursos externamente, através das linhas de crédito. A principal linha de crédito disponível para os agricultores familiares é o PRONAF.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF considera que, para ser considerada agricultura familiar, a atividade agrícola deve apresentar três características fundamentais:

- A gestão da unidade produtiva e os investimentos se desenvolvem por indivíduos que mantêm laços de parentesco;
- O trabalho desenvolvido é predominantemente da família;
- Os meios de produção pertencem à família e é no seu interior que se realiza a transmissão do patrimônio.

Quando o produtor familiar recorre a uma determinada linha de crédito, depara-se com algumas exigências e garantias, no caso do pagamento da dívida. Outro quesito que dificulta o acesso ao crédito por parte dos produtores de

leite é o fato de que geralmente os bancos procuram emprestar maiores valores de recursos a grupos restritos, do que fracionar o capital a um número elevado de produtores.

Quando se trata de programas especiais para a agricultura familiar, não pode haver alteração nas taxas de juros; é o caso do PRONAF. No entanto, as instituições financeiras tomam medidas preventivas, para garantir que o produtor pague a dívida, obtendo garantias como a propriedade da terra. Dessa maneira, o não cumprimento do acordo pode acarretar na perda das garantias fornecidas.

O não cumprimento das exigências impostas ao produtor familiar pelas instituições financeiras exclui do acesso ao crédito rural.

O PRONAF tem sido uma das principais estratégias políticas para modernizar a agricultura do país. Segundo Souza Filho e Batalha (2005), antes da criação dos programas de crédito destinados especificamente à agricultura familiar, apenas uma pequena parcela dos agricultores familiares utilizava o crédito rural.

As linhas de crédito apresentam características como, por exemplo, um público alvo específico, finalidade, beneficiários, teto do financiamento, prazo para pagamento, incentivos para o pagamento e garantias que são exigidas daqueles que pedem crédito.

O PRONAF é uma linha de crédito que apresenta menores encargos financeiros, justamente por ser um programa voltado à agricultura familiar. Nesse programa, os agricultores são classificados segundo a renda, o que possibilita oferecer encargos e subsídios diferenciados entre os agricultores.

Os produtores rurais de São João estão sendo beneficiados pelo PRONAF – Grupo B: a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural, em que os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda anual bruta de até R\$ 2.000,00, para financiar qualquer atividade geradora de renda. E pelo PRONAF – Grupo C, que beneficia, com crédito de custeio e de investimento, os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2.000,00 e inferior a R\$ 14.000,00.

O PRONAF atua tanto oferecendo crédito para custeio, como para investimento. Já as condições de modalidades de crédito são determinadas de acordo com o perfil de cada produtor.

Das linhas de crédito fornecidas pelo PRONAF, a que nos interessa é a PRONAF Pecuária Familiar e PRONAF Micro-Crédito, pois são as mais

utilizadas pelos pecuaristas de leite do município de São João. Cerca de 89% dos produtores recorreram ao crédito rural nos últimos anos, apenas 11% não efetuaram nenhum tipo de empréstimo.

A opção dos produtores pelo crédito rural foi com o objetivo de conseguir capital para efetuar o plantio, ou para fazer correção do solo, ou ainda para investimento no setor leiteiro, a aquisição de equipamentos como resfriador, ordenhadeira, tanque de expansão e a compra de animais

Sob o ponto de vista dos agricultores, hoje está fácil de se obter o financiamento e os juros estão baixos, embora muitos deles afirmem que, se não fosse necessário, não recorreriam ao banco.

A agência mais recorrida pelos agricultores no momento de efetuar o PRONAF tem sido o Banco do Brasil. Alguns agricultores afirmam que sempre trabalharam com o banco, por isso, não tem a pretensão de mudar.

Esta também é agência mais antiga do município fato que certamente contribui para obter credibilidade junto aos produtores. Gráfico 05.

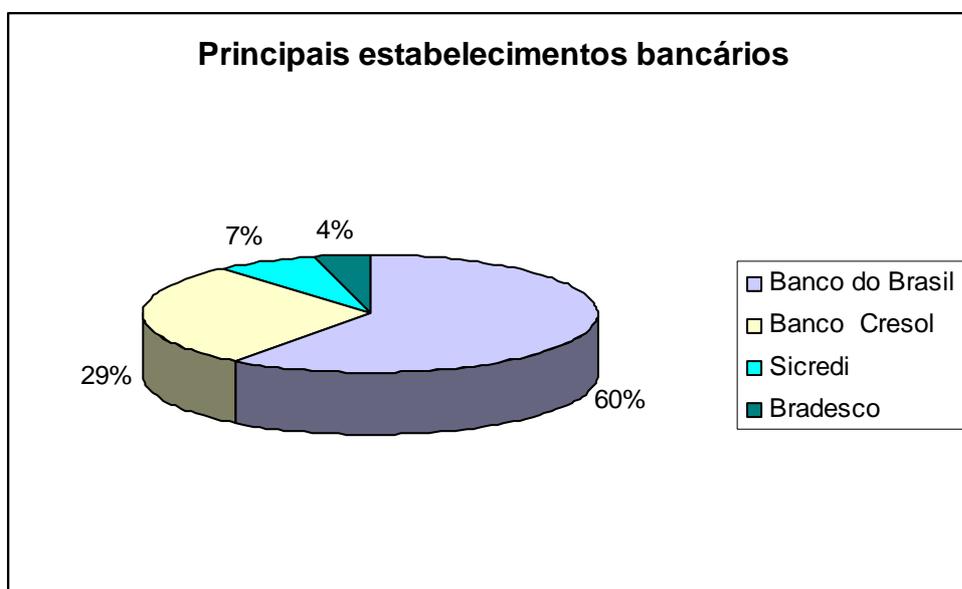


Gráfico 5 – Principais estabelecimentos bancários

Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2007.

O gerente nos revelou que o Banco do Brasil possui linhas de crédito desde as décadas de 1970/1980, destacando o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira. De acordo com ele, atualmente o Banco do Brasil atua com duas

linhas de crédito direcionadas à atividade leiteira em São João, o Paraná Pecuária e o PRONAF. Informou-nos também que a aplicabilidade do crédito pelos agricultores tem sido para compra de animais e equipamentos, e que o valor do crédito varia de acordo com a classificação do produtor.

De acordo com as questões levantadas sobre a liberação do crédito, o gerente informou: “analisa-se a proposta/projeto técnico apresentado pelo produtor. Apresentando viabilidade financeira, é feita a contratação do crédito, o qual é liberado diretamente aos vendedores dos bens”. Dessa maneira, o produtor de leite fica impedido de desviar os recursos para outra finalidade que não seja a produção do setor leiteiro.

Segundo o gerente do Banco do Brasil: “no início da década de 1990, os recursos eram escassos. A partir da segunda metade da década de 1990, passaram a ser direcionados mais recursos à pecuária leiteira, principalmente no âmbito do PRONAF, o que fez aumentar sensivelmente tanto a produção de leite como o número de produtores diretamente ligados a esta atividade”. Ele acrescenta ainda que “o aumento da produtividade leiteira veio da necessidade de diversificação das atividades produtivas por parte do produtor rural, o que possibilita a manutenção do homem no campo”.

A própria inserção de recursos no campo que tem possibilitado aos agricultores aumentar a produtividade e a diversificação da produção, passando da produção de grãos à produção leiteira. Nesse contexto, a atividade leiteira aparece englobando um maior número de produtores à atividade do leite no município de São João.

O objetivo da CRESOL é trabalhar com pequenos produtores, e estes geralmente recorrem a linhas de crédito como o PRONAF e o Micro-Crédito.

Entre as instituições Banco do Brasil, CRESOL, SICREDI e BRADESCO existem pequenas variações sobre as exigências para efetuar o empréstimo, mas todas se baseiam em hipoteca do imóvel, penhor dos bens, avalista.

Por essas exigências, alguns produtores evitam recorrer aos bancos para investirem na atividade leiteira.

Porque a gente não gosta de mexer com banco, porque nunca sabe se a safra vai dar ou não, e daí se você compromete o dinheirinho que entra do leite e tem dívida, aí fica difícil, e banco não tem dó da gente e a única coisa que para trabalhar que você tem a terra, vai que tira, aí vai fazer o quê?. (Sic) Enquanto a gente pode ficar longe de banco é melhor, pelo menos não tem dor de cabeça, tem gente que trabalha todo o ano para pagar o banco. Assim, enquanto vou lutando conforme as minhas forças, conforme eu vejo que dá pra fazer, se dá para comprar uma máquina hoje, eu compro, se não espero mais um pouco.

Nos dois depoimentos acima, pode-se constatar que as pessoas têm receio de se envolver em transações bancárias, sobretudo para evitar a hipoteca da terra. Há casos de o produtor ter sido avalista de um vizinho que não pagou o financiamento, conseqüentemente o produtor, não tendo condições de pagar, ficou privado de efetuar empréstimos bancários. No caso do PRONAF, os agricultores têm prazo para efetuar o pagamento da dívida, que varia de um a cinco anos, de acordo com a instituição.

Cerca de 96% dos produtores conseguem pagar os empréstimos efetuados, e 4% não conseguiram saldar a dívida devido à estiagem que afetou a região nos últimos 3 anos; apenas um agricultor afirmou não ter pago porque houve queda na produção em decorrência da morte de 4 vacas, e está renegociando a dívida para o próximo ano.

Quando se trata dos financiamentos do setor leiteiro, os produtores afirmam que pagam porque a própria produção do leite permite que o façam. Quanto aos bancos: “para manter a ordem, se não eles tiram as vacas”, “porque a gente planta e já paga, porque banco é banco e não dá brincar”; “graças a Deus. Porque sempre sobra pouco, mas dá para pagar”. Quando o produtor consegue pagar a dívida, percebe-se que ele se sente aliviado, pois está livre de qualquer tipo de pressão por parte dos bancos.

7 A SUBORDINAÇÃO DO PRODUTOR DE LEITE AO CAPITAL INDUSTRIAL

7.1 CARACTERIZAÇÃO E ATUAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO

Anterior à década de 1980, havia a comercialização do leite informal, como ocorre até hoje, em pequena escala, no município de São João, em que o produtor vendia o produto diretamente ao consumidor.

Mas na década de 1990 surgiu a comercialização efetiva do leite no município, com a empresa Letícia (1992), que captava o produto em tarros, isto é, galões de 50 litros, e levava até a filial situada no município de Coronel Vivida. No começo eram poucas as famílias que desenvolviam a atividade comercialmente, mas aos poucos outros produtores passaram a vender a produção excedente para obter uma renda mensal.

A instalação de indústrias de recolhimento do leite no município estimulou o incremento da produção leiteira por muitos agricultores. Aos poucos este número de produtores foi crescendo e muitos deles passaram a se especializar, de acordo com suas condições econômicas. Hoje existem aproximadamente 800 produtores envolvidos na atividade leiteira para comercialização.

Atualmente, o município de São João conta com duas unidades de recebimento que efetuam a comercialização do leite: uma é do Laticínio Letícia, que tem sede na cidade de Braganey; a outra é do Laticínio Frimesa, com sede em Medianeira. Vale salientar que o principal diferencial da Frimesa é o fato de ela ser uma cooperativa formada por cooperativas. Ainda existe a Cooperativa de Agricultores Familiares (CLAF) de São João, que tem como uma das suas principais atribuições comercializar o leite do pequeno produtor a um preço mais justo. Atualmente, a CLAF comercializa cerca de 350 mil litros de leite. Posteriormente, a empresa envia a produção para a plataforma de recebimento, em Itapejara do Oeste, e ainda vende parte da produção à empresa Letícia.

Outras empresas que comercializam a produção do município, mas não possuem entrepostos, são: Laticínio Líder, localizado em Sulina, Laticínio Mongoni (São Jorge d' Oeste), Laticínio Tirol (Dois Vizinhos) e Laticínio Silvestre-Minuano (Três Barras).



Mapa 4 – Municípios que Possuem Laticínios que Comercializam o Leite de São João

Os laticínios Letícia, Frimesa e Mongoni recebem, juntos, leite de mais de 500 estabelecimentos rurais do município de São João, dos quais a grande maioria tem como principal atividade a produção leiteira. A estas informações não foi acrescentado o número de produtores que entregam leite para a empresa Líder, porque os dados não foram informados por seu representante. Ainda durante a nossa análise, foram excluídos dados do Laticínio Silvestre-Minuano, por não conseguirmos contato direto com seus respectivos representantes.

No entanto, todas as empresas citadas buscam matéria-prima em São João para efetuar posteriormente o processo industrial. As empresas, embora possuam entrepostos, captam leite em diferentes municípios: Letícia (4), Frimesa (16), Mongoni (3), Líder (6), Tirol (10).

Para tanto, essas empresas estabelecem um percurso que envolve várias comunidades ou diferentes municípios.

Os laticínios que atuam em São João têm influência em áreas desiguais no município, tanto sobre os produtores como sobre a produção. A área

de abrangência dos laticínios é heterogênea, e não há uma delimitação territorial, cada empresa age de acordo com sua capacidade de captação do leite.

O lucro das indústrias depende diretamente de alguns critérios, como número de funcionários, gasto com manutenção de equipamentos e instalações, entre outros. No entanto, o valor pago ao produtor é fator importante para obtenção do lucro.

Pela lógica do capital, o lucro das indústrias vai depender do valor pago ao produtor, pois quanto menor o valor pago pela matéria-prima, maior é o lucro da indústria.

Os principais vínculos que os produtores desenvolvem com a indústria é a venda da matéria-prima e os financiamentos, ou adiantamentos, em casos específicos.

Atualmente, a relação entre os produtores e a indústria tem sido alterada; não basta ter apenas a mercadoria leite, é necessário que este leite tenha qualidade. Tal exigência vem revestida de todo um cunho político e mercadológico imposto por grandes corporações, com apoio explícito do governo.

A partir do ano 2000, houve modificações no setor leiteiro municipal, ocasionadas pela entrada de novas empresas no mercado, como a Frimesa (2002), a qual utiliza as instalações que pertencem à Coasul – Cooperativa Agropecuária Sudoeste do Paraná, a Líder (2006), a Silvestre Minuano (2006), a Tirol (2006) e a CLAF – Cooperativa de Leite de Pequenos Produtores Familiares (2006). Com a inserção desses novos atores no cenário comercial do leite, houve aumento da concorrência entre as empresas para garantir a matéria-prima produzida pelos agricultores familiares. Esse fator permite ao produtor negociar com diferentes empresas, embora o que determina a opção por uma ou outra empresa, na maioria dos casos, seja o preço, que, ainda que as empresas afirmem que seguem o CONSELEITE, há variação.

O gráfico 6 representa o conjunto de produtores que fizeram parte da pesquisa de campo e o grau de adesão às empresas que comercializam o leite em São João.

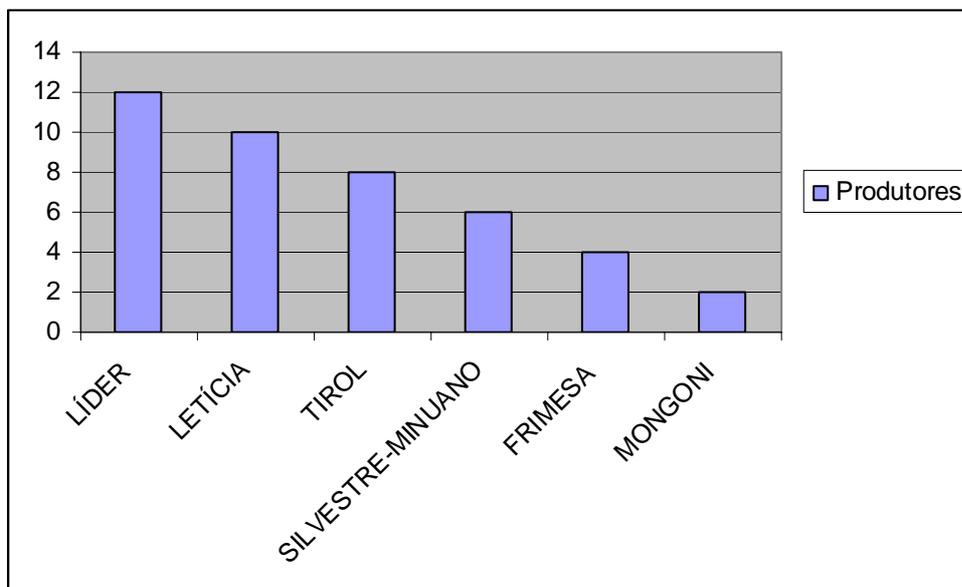


Gráfico 6 – Empresas e número de produtores

Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2007

Entre os produtores entrevistados em 2007, os laticínios que se destacam são: Letícia e Líder. Atualmente a empresa Letícia perdeu um número significativo de produtores, pois a CLAF passou a entregar a produção de seus associados em Itapajera do Oeste.

Até 2004, a empresa Mongoni mantinha um número significativo de produtores. Entretanto, com a chegada das novas indústrias, como CLAF, Tirol, Silvestre Minuano, Líder, sofreu uma redução de fornecedores.

7.2 SISTEMA COOPERATIVISTA – CLAF

De acordo com a Emater, existem, no município de São João, cerca de 850 produtores que vivem da produção leiteira, num rebanho total de 7.500 cabeças. Cerca de 300 produtores são associados da Cooperativa de Leite de Agricultores Familiares – CLAF, a qual está integrada ao Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Integração Solidária – SISCLAF, de Francisco Beltrão. (Figura 01)

O SISCLAF foi fundado em janeiro de 2003 e atualmente conta com 24 cooperativas, 4.868 associados, que são responsáveis por uma produção de 4.500.000 litros de leite por mês.

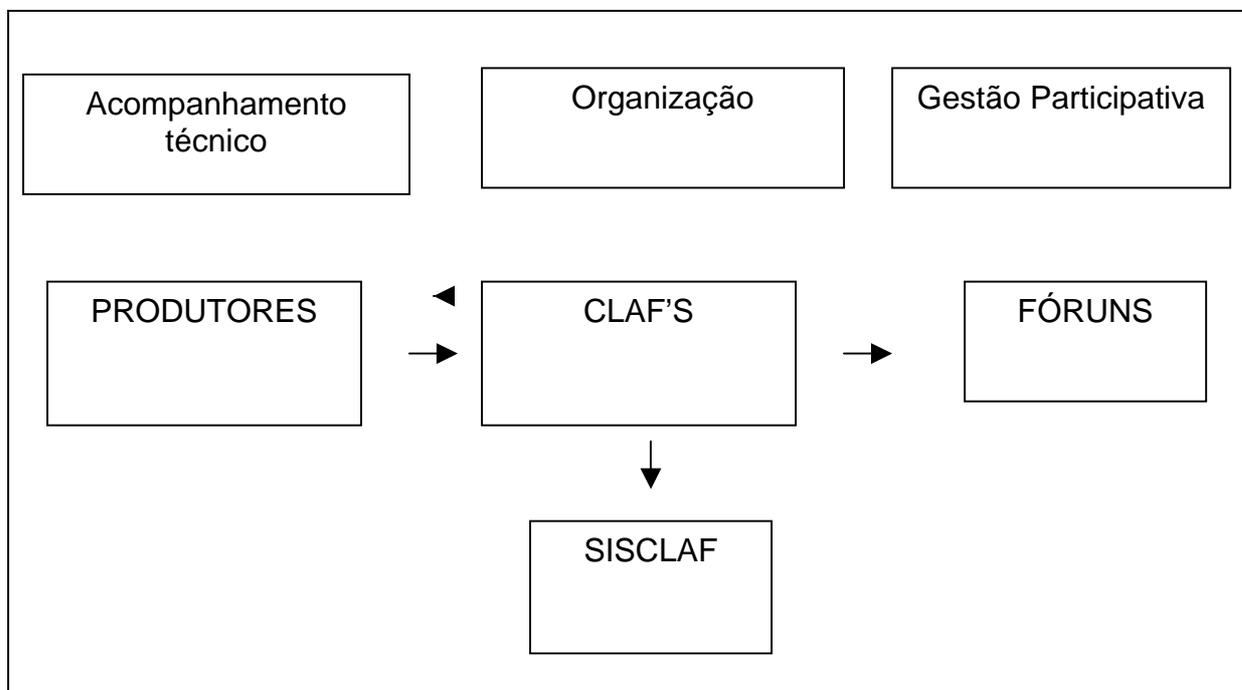


Figura 1 – Organograma da SISCLAF

Fonte: SISCLAF-2007

As cooperativas singulares filiadas são atualmente 25, com cerca de 5.000 associados. São responsáveis pela produção de 4 milhões de litros por mês, pelo controle de qualidade e pelas rotas de coleta, e devem prestar acompanhamento aos produtores e buscar desenvolver a atividade leiteira.

Cerca de 21 municípios são filiados ao SISCLAF. Os produtores que compõem rede de cooperativas que fazem parte do SISCLAF são, em sua grande maioria, pequenos produtores, que têm uma produção inferior a 1.000 litros de leite mensais.

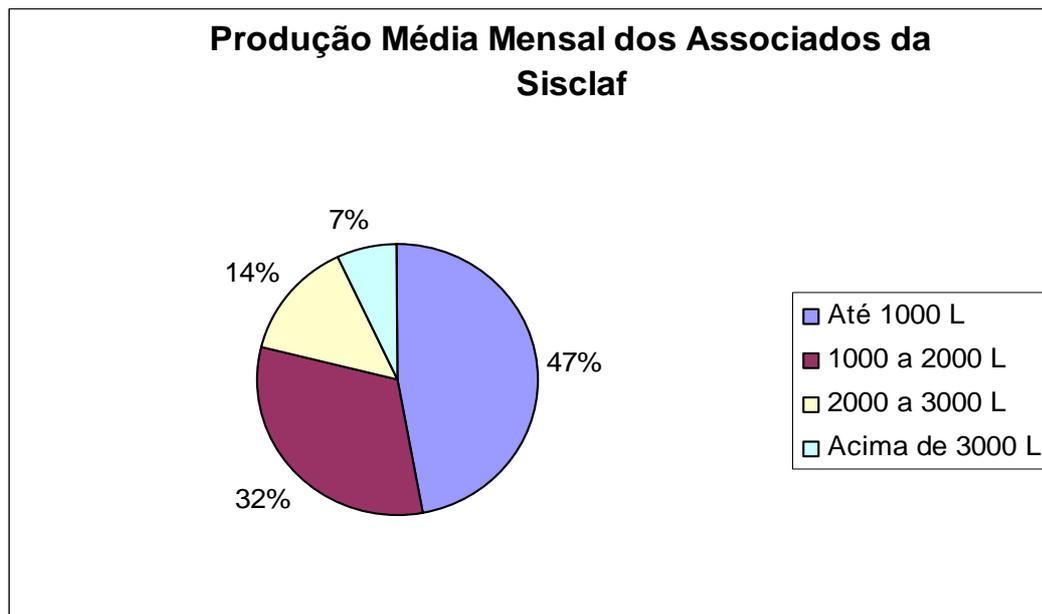


Gráfico 7 – Produção média dos associados do SISCLAF.

Fonte: Dados da SISCLAF (2006).

Mais de 55% dos produtores de São João encontram-se na faixa de 1.000 a 2.000 litros por mês.

A CLAF foi fundada em agosto de 2005, com o objetivo de diminuir as disparidades do preço do produto entre os pequenos e grandes produtores. A cooperativa possui um perfil diferente das outras empresas, já que o foco é atender pequenos produtores de leite de origem familiar. Desde que surgiu, a CLAF tem desenvolvido um trabalho de conscientização dos agricultores da importância do cooperativismo.

O número de cooperados da CLAF aumentou 100% no ano de 2006, passando de 100 associados para 200, em 2007; no presente momento, já conta com 300 associados, isso revela que os produtores de leite estão se organizando para obter melhoria de condições de vida e trabalho. A tendência, de acordo com o presidente da cooperativa, é que ela continue a crescer neste ano. Dos entrevistados na pesquisa de campo, 8 são associados à CLAF.

Porque hoje a gente está melhor do que quando trabalhava sozinha com a indústria; eles pagavam muito pouco, pagavam o que queriam, sozinha a gente não tem força, quando reúne mais gente é melhor, mas tem gente que ainda não acredita na cooperativa.

Os sócios da CLAF mostram que estão satisfeitos com a cooperativa, por estar amenizando as diferenças existentes entre produtores.

De acordo com o presidente da CLAF de São João, a SISCLAF pretende criar cooperativas em todo o Sudoeste do Paraná, para organizar os produtores de leite de origem familiar. Para ele, a CLAF é importante porque torna possível a organização dos produtores, permitindo que eles lutem por um preço mais justo. O presidente da cooperativa também relatou que, quando foi iniciada a CLAF de São João, havia uma disparidade do preço de até R\$ 0,12 por litro pago ao produtor.

No município de São João, os agricultores que estão associados à cooperativa têm em média 17 hectares; no entanto, para a cooperativa, considera-se agricultor familiar é aquele que possuir até 80 hectares, o equivalente a quatro módulos rurais.

Segundo Fleury (1983, p.330) "o conjunto de associados a uma cooperativa não forma um todo homogêneo e sim um conjunto diferenciado internamente". Este é um dos desafios das cooperativas: trabalhar com as diversidades sociais dos produtores, promovendo o bem comum do grupo.

O desafio de uma cooperativa é exatamente trabalhar com a diversidade, tanto cultural como financeira e informacional, dessa população, procurando encontrar pontos comuns e possibilitando o diálogo entre as partes, ou seja, tanto entre produtores, como entre produtores e indústria.

Cabe à cooperativa trabalhar com grupos de produtores de leite, que são simples produtores de mercadoria. Por outro lado, cabe à mesma instituição trabalhar com questões que envolvem o lucro e a manutenção desses produtores no mercado.

A cooperativa, quando possui recursos em caixa, faz "adiantamento" para os produtores, geralmente para pagamento de dívidas ou por doença na família. Disponibiliza também um técnico para fazer trabalho no campo, com inseminação artificial, e 4 responsáveis para fazer inseminação no rebanho dos cooperados e para passar informações. Na cooperativa, o leiteiro também trabalha na atividade produtiva do leite, por isso conhece bem realidade e as dificuldades dos associados.

Para fazer parte da cooperativa, basta ser produtor de leite. Isso possibilita que todos aqueles que tiverem interesse em fazer parte da cooperativa possam se associar.

A CLAF ainda não desenvolveu um programa específico de captação do leite no município de São João, que envolva desde captação do leite no estabelecimento rural até a venda do produto ao consumidor. Até o momento, concentra o recebimento do leite e faz a transferência da produção para o laticínio Letícia. Assim, os agricultores passaram a ganhar mais pelo preço do leite, já que vendem o produto em conjunto através da cooperativa, diminuindo a disparidade de preço pago ao pequeno produtor. Outra questão é que os agricultores passaram a ter atendimento técnico, ainda que modesto se considerarmos a relação entre o número de produtores e número de funcionários para fazer acompanhamento nos estabelecimentos. São melhoras que não podem ser menosprezadas.

A CLAF conseguiu atingir o objetivo: entregar o leite na plataforma de recolhimento, que funciona junto com um laticínio na cidade de Itapejara d'Oeste, no Sudoeste do Paraná.

De acordo com o que observamos, o principal elemento que leva o produtor a se associar à cooperativa é a possibilidade de obter melhor preço pelo produto, na hora da venda. Nos sistemas cooperativistas há divisão das perdas e dos ganhos entre os sócios.

De acordo com Fleury (1983, p.18), “as cooperativas constituem um importante instrumento para o avanço da industrialização da agricultura abrindo caminho para a dominação do capital”. Concordamos com Fleury, pois a cooperativa, embora se proponha a lutar por preços melhores para os produtores, por outro lado também insere esses produtores no modelo técnico exigido pelo capital industrial, alterando, assim, o modo de vida dos produtores.

Os agricultores sócios da CLAF se associam por três motivos: melhores preços na venda do produto, nivelamento do preço do produto entre os associados e garantia de compra pela cooperativa.

Os produtores familiares ainda não se vêem como parte integrante do sistema cooperativista, e embora reconheçam esta como sendo de todos, responsabilizam a diretoria pela tomada de decisões, por acreditarem que estão mais informados. Por essa razão, muitos acabam estabelecendo a mesma relação que tinham com a indústria.

7.3 A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL INDUSTRIAL

A empresa Letícia, que comercializava o leite, não sofria concorrência de outras empresas, já que era uma no mercado, e o agricultor familiar não tinha opção, ou aceitava as condições ou ficava sem vender o produto. Esta empresa acabava estipulando o preço e comercializando o produto sem grandes questionamentos por parte dos produtores. Atualmente, o panorama que se apresenta é diferente, porque houve aumento do número de empresas, o que estimulou a concorrência pelo produto.

Os critérios que as empresas utilizam para estímulo para a compra do leite no município de São João podem ser entendidos pelos subitens a seguir:

- A localização geográfica das unidades de captação instaladas;
- Proximidade entre os municípios;
- Capacidade do produtor;
- A substituição da produção de leite no Estado de São Paulo e no Norte do Paraná por cana-de-açúcar;
- A qualidade do leite;
- Bons fornecedores de leite.

As empresas procuram segurança para efetuar investimento, na certeza de que terão matéria-prima, viabilidade para sua implantação, acesso aos estabelecimentos rurais. Nesse sentido, é importante o perfil do produtor.

O capital não se insere aleatoriamente no espaço, insere-se com uma função determinada: atingir o lucro. Por isso, faz-se necessário conhecer o espaço e a formação social que se desenvolve na região, para obter melhores resultados na cadeia produtiva.

Na produção leiteira, a relação entre formas capitalistas e não capitalistas (produtor familiar) é clara. As empresas criam relações de subordinação do trabalhador, o produtor vende matéria-prima para indústria e se sujeita a atender às exigências impostas pelo capital para aumentar a produção (ordenha mecânica, resfriador, tanque de expansão), como se fosse um “funcionário” da indústria, mas não o é.

O agricultor familiar que produz o leite já não é um autônomo, pois o capital industrial passa a intervir na produção, fiscalizando a higiene do estabelecimento, as exigências impostas para que se atinja a qualidade do leite, impõem mudanças de antigos hábitos — muitas vezes passados de geração para geração — para atender o mercado. Um exemplo típico dessa ação é a ordenha manual que está sendo substituída pela ordenha mecânica.

Martins (1979, p.152) diz:

[...] o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria.

No caso em análise, o capital age nos estabelecimentos rurais, interfere na vida dos produtores de leite, por meio da Normativa 51 — que, quando impõe o uso da ordenha mecânica, está dizendo indiretamente que o agricultor vai ter que consumir produtos industriais dos quais, até então, ele não precisava; quando muda a normas de produção, afirma que o conhecimento que o produtor tinha até o momento não é mais válido, ignora o conhecimento acumulado por gerações.

Na produção do leite, o capitalista não precisa se apropriar da terra para obter a renda da terra, basta desenvolver estratégias de manter os fornecedores produzindo e entregando a mercadoria para a empresa dele.

O capital não tem interesse em comprar terras para investir em setores alimentícios, porque a renda é baixa, aparentemente, mas segundo Martins (1979, p.27), “o capital cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente a renda de onde ela aparentemente não existe”.

Outro fator que leva o produtor de leite a se manter vinculado à indústria é quando a empresa faz o adiantamento de parte do pagamento, que, na verdade, não é exatamente um adiantamento. Esse adiantamento significa o pagamento do produto já entregue.

Além do adiantamento, que é uma pratica comum nas empresas, existe uma outra forma de atrair o produtor através da comercialização de insumos agrícolas e veterinários, a exemplo da empresa Tirol, de Dois Vizinhos. O produtor

faz o pedido, via telefone e, dois dias depois, o próprio caminhão de coleta faz a entrega do produto no estabelecimento; o valor da compra é descontado na contra entrega do leite.

Como é possível constatar, as empresas vão criando condições de sujeitar o produtor às exigências da indústria.

A relação de sujeição do produtor familiar à indústria se inicia antes mesmo da comercialização do produto, quando o agricultor acata as exigências da indústria para melhorar a produção, como:

1. Quanto ao produto:

- O leite deve ser resfriado;
- Apresentar bom teor de gordura;
- Contagem bacteriana e contagem das células somáticas abaixo 100.000.

2. Quanto à manutenção da qualidade;

- O produtor deve possuir tanque de expansão ou resfriador;
- Controle sanitário do rebanho;
- Higiene.

No caso do produtor de leite, o capital industrial se apropria de seu sobretrabalho, ao pagar menos por sua produção e ganhar mais na comercialização do leite. A subordinação e a transferência da renda do produtor ao sistema industrial só vai ocorrer no momento da comercialização.

O agricultor familiar está estritamente ligado ao capital industrial, através da sujeição do trabalho e da incorporação das regras impostas pelo sistema industrial. Embora os produtores de leite sejam os donos dos meios de produção, a terra, os animais e as pastagens, e produzam grande parte dos produtos para sua subsistência, o capital vai, através da comercialização, apropriar-se da renda da terra familiar.

Não existe ainda um contrato formal de compra e venda do leite, o produtor é “livre” para escolher a empresa com quem quer negociar, porém, a indústria privilegia os fornecedores de médio e grande porte. No entanto, existem

empresas, como o laticínio Mongoni, que optam por trabalhar com os pequenos para não entrarem na concorrência com as demais empresas, que possuem maior porte. Mas por outro lado, a Mongoni é a empresa que paga o menor valor pelo litro de leite, R\$ 0,32 em janeiro de 2007.

O representante da empresa Tirol mostra a importância de ter a participação dos produtores familiares envolvidos na produção; segundo ele, a empresa possui metas de preços, e tem que pagar mais para grandes produtores, então tira de pequenos produtores essa diferença, o que gera um equilíbrio para a empresa, já que os pequenos produtores ganham menos pela produção. Para ele, o pequeno produtor, embora produza em menor quantidade, atualmente já consegue produzir com qualidade.

A classificação interna das empresas dos produtores de leite é feita segundo a produção de cada categoria. (Tabela 15)

Tabela 15 – Classificação dos produtores pelos laticínios

LATICÍNIOS	PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES
FRIMESA	5.000 l/mês	10.000 l/mês	+ 15.000 lts/mês
TIROL	4.000 l/mês	10.000 l/mês	+ 15.000 lts/mês
LETÍCIA	500 l/mês	1.000 l/ mês	+ 1.000 lts/ mês
LÍDER	1.500 l/mês	6.000 l/mês	+18.000 lts/mês
MONGANI	500 l/mês	1.000 l/mês	+ 1.500 lts/mês

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2007.

Pela tabela, pode-se constatar que existe uma variação entre as empresas ao classificarem os produtores entre pequenos, médios e grandes. O que pode ser considerado um pequeno produtor para Frimesa e para Tirol, para a Letícia e Mongoni são, grandes produtores.

Para Marx (apud SANTOS, 1978; p.127):

O trabalho agrícola e doméstico, antes feito para a satisfação de necessidades familiares, é transformado em ramo de atividade autônomo da produção capitalista. Ainda na fase de subordinação formal, parecem coexistir o trabalhador independente e o trabalhador expropriado, para o qual os meios de subsistência já se constituem como capital, monopolizado pelo comprador da força de trabalho.

Quando os agricultores precisam recorrem às empresas com as quais trabalham para pedir o adiantamento, normalmente as empresas entregam parte do valor que o trabalhador familiar receberia no final do mês. Porém, é preciso salientar que não ocorre adiantamento algum, já que as empresas pagam o valor do produto já entregue pelo produtor, nada mais que isso. Geralmente, os produtores só recorrem a esse tipo de favor quando precisam sanar dívidas ou algum membro da família está doente.

As empresas de laticínios efetuam financiamentos para os produtores, para a aquisição de animais e de equipamentos em menor quantidade. Os critérios para seleção dos produtores é a produtividade e a capacidade que este produtor possui de saldar as dívidas. Uma particularidade levantada é que os recursos liberados para esse tipo de investimento não são para pequenos produtores.

Os financiamentos podem ocorrer de duas formas: com a liberação de recursos para o produtor ou a própria empresa adquire um lote fechado de animais e repassa aos produtores. Quando ocorre o repasse de animais, o agricultor paga as prestações, com juros embutidos, em litros de leite. O capital industrial atua diretamente no campo, viabilizando ao produtor a melhoria das raças e a aquisição de equipamentos, mas, ao mesmo tempo, prevê o retorno através dos juros e do aumento da oferta de matéria-prima. Por outro lado, enquanto agricultor estiver pagando financiamento, está amarrado à empresa, ou seja, com a produção comprometida.

Algumas empresas declaram que estão deixando de efetuar financiamentos pela diminuição de capital de giro e do lucro. Esses financiamentos não são viáveis, então querem outra estrutura e maior capital de giro. Ainda, segundo as empresas, há facilidade para os produtores conseguirem financiamento bancário.

Nesses casos, a empresa procura se distanciar das questões financeiras do agricultor, focando sua atuação na comercialização.

A assistência técnica aos produtores é oferecida nos casos das empresas Letícia e Frimesa, que possuem um veterinário e dois técnicos agrícolas. A CLAF, por sua vez, conta com um veterinário e quatro inseminadores.

O laticínio Mongoni não faz acompanhamento técnico nos estabelecimentos, segundo seu responsável, apenas possui convênio com algumas empresas agropecuárias. Esse acordo é informal, apenas são indicadas ao produtor determinadas empresas agrícolas onde poderão obter descontos na hora da compra, ao informarem que trabalham com a empresa Mongoni.

A empresa Líder não dispõe de funcionários para dar orientação técnica, pois alega que os agricultores não são fiéis às empresas, e por centavos mudam de empresa.

O laticínio Tirol possui uma agropecuária, assim, de acordo com seu dirigente, quando o produtor precisa de algum medicamento, faz o pedido por telefone; no outro dia o leiteiro entrega o produto no estabelecimento do agricultor.

As empresas, de modo geral, exigem do produtor qualidade, isso inclui leite resfriado (tanque expansão ou resfriador), baixo grau de acidez, higiene, vacinas no rebanho, teor de gordura. De acordo com as empresas, esses itens compõem a qualidade, e quanto maior a produção, maior o valor pago pelo produto. A classificação do leite, utilizada apenas para estabelecer o preço pago ao produtor, é realizada ainda no momento da coleta, após a qual todo o leite é reunido num mesmo caminhão.

Nota-se que o pagamento diferenciado é apenas mais uma forma de submeter o trabalho do agricultor familiar, pagando menos àqueles produtores que não conseguem se tecnologicizar. Num mesmo laticínio, era possível encontrar uma variação de preços entre R\$ 0,36 e R\$ 0,50 no preço do litro de leite.

Para o representante da empresa Tirol, o pequeno produtor é importante, pois com ele há uma redução de custos: para o pequeno, paga-se menos; para o grande produtor, paga-se mais. Isso permite que as empresas tenham equilíbrio nos custos.

Os representantes das empresas Frimesa e Líder afirmaram que não existe preferência por negociar com uma determinada categoria de produtores, o que importa é a qualidade. Porém, segundo um dos representantes, nos próximos

2 anos a empresa pretende negociar com produtores que entreguem no mínimo 100 litros de leite por dia, e isso estaria relacionado ao frete. Se esta tendência for seguida por outras empresas, assistiremos à exclusão de um grande número de produtores de leite, porque a maioria não atinge essa meta de produção diária, conforme mostra a tabela 16.

Tabela 16 – Média da produção mensal dos produtores entrevistados

Produtores	Nº de produtores	Média da produção mensal	Média diária da produção
0-900 l/mês	4	592 l/mês	19 l/dia
1000-2000 l/mês	11	1.372 l/mês	45 l/dia
2000-5000 l/mês	7	2635 l/mês	87 l/dia
acima de 5000 l/mês	5	9.640 l/mês	321 l/dia

Fonte: Trabalho de campo realizado, em janeiro de 2007.

Na tabela 16, podem ser constatadas algumas contradições que fazem parte do modelo capitalista em que um grande número de produtores apresenta baixa produtividade, resultado da falta de capital para investir em novas tecnologias. Em contrapartida, há um pequeno número de produtores tecnicizados e com elevada produtividade. Os 22 produtores que compõem o estrato de 0 até 5000 litros/mês produzem juntos 35.905 litros/mês, enquanto os 5 produtores que produzem mais de 5.000 litros/mês produzem juntos 48.200 litros/mês, ou seja 18% dos produtores produzem 57%.

Cerca de 67% dos produtores não se encontravam satisfeitos com o preço do leite.

Porque há muita dificuldade para tirar o leite e se ganha pouco.
 Porque as coisas para tratar as vacas estão caras, ração, remédio[...]
 Porque deveríamos ganhar no mínimo 0,45 centavos. Pois o custo de produção é alto.
 Eu acho que deveria ser um pouco mais, por causa do custo da produção, se ganhasse mais a gente poderia reformar a casa e as instalações.

As principais razões de insatisfação dos produtores com relação ao preço pago pelo produto é decorrente do aumento dos medicamentos e dos insumos gastos para manutenção do rebanho, eles consideram que há muito trabalho pouca lucratividade, o que não permite que esses produtores tenham condições dignas de vida.

Entre o grupo de produtores que se dizem satisfeitos com o preço do produto, observa-se que isso se dá em decorrência do leite aparecer como uma alternativa de subsistência ao produtor ou ainda por estes se apresentarem mais capitalizados, alcançando, assim, maior rentabilidade.

Porque dá pra viver tranqüilo, como eu trabalho na base do pasto, mas isso varia de produtor para produtor.
Porque é um dos melhores preços da região.
Porque é uma renda que tem pelo menos um salário, embora a gente sempre queira ganhar mais.

7.4 PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES

Indústrias como os laticínios precisam da matéria-prima que tem sua origem no campo. Isso requer criar novos mecanismos de subordinação da produção. Para produzir leite, hoje, o produtor rural precisa da indústria, precisa da ração, de equipamentos como resfriador, ordenhadeira.

De acordo com Oliveira (2002, p. 72):

O que estamos assistindo de fato é, pois, o processo de industrialização da agricultura que, sem necessariamente expropriar a terra do camponês, sujeita à renda da terra aos interesses do capital. A renda da terra produzida pelo trabalho familiar, camponês, não fica com quem produziu, mas se realiza parte na indústria e parte no sistema financeiro.

Para que o produtor aumente a produtividade, é importante contar com novas tecnologias e com investimento na melhoria do rebanho. Por isso, a indústria tem “apoiado” os produtores e exigido deles o cumprimento da Normativa 51, porque tem interesses em aumentar a comercialização de produtos lácteos tanto

no setor interno como externo. Nesse sentido, é importante ter um bom produtor de matéria-prima para atender ao capital.

Vê-se, por outro lado, que o produtor tem buscado de todas as formas se adaptar às exigências impostas pela indústria, por receio de ser excluído da comercialização do leite. É a sujeição do produtor ao capital.

As empresas desenvolvem liames de captação dos produtores e de manutenção desses produtores, cujo chamariz para negociação é o preço.

A freqüência com que os produtores apresentam a produção leiteira como uma alternativa para sua reprodução é grande. Referindo-se à Normativa 51, alguns produtores expressam sua preocupação com o aumento das exigências para os produtores:

Eu acho que com a normativa 51 cada vez vai ter mais exigências. A nossa preocupação é se aumentar às exigências com essa Normativa, porque o rico dá um jeito e se adapta, agora o pobre vai fazer o quê? Nós não temos recurso.

Os produtores, com relação ao mercado, visualizam de forma positiva, já que em áreas tradicionais na produção de leite, como o Estado de São Paulo, está havendo um recuo na produção.

Outro fato salientado por um grande número de produtores é a renda mensal oriunda da atividade leiteira, que dá ao produtor maior segurança, já que este não precisa esperar, como na agricultura, por uma nova safra.

As concepções de qualidade transmitidas pela indústria e pela Normativa 51 têm impregnado a vida de alguns produtores, que agora passaram a acreditar que a melhora da qualidade do leite também será benéfica ao produtor, tornando-os cada vez mais trabalhadores a serviço do capital.

Eu acredito que vai ser a única forma de subsistência do agricultor nos próximos anos; a tendência é que São Paulo e o Norte do Paraná estão eliminando o leite para investir na cana-de-açúcar. Isso deixa a gente mais confiante. Hoje, para o pequeno produtor, é como se o agricultor tivesse um salário todo mês, mas o que me preocupa é ver os grandes influenciando na atividade leiteira. Por exemplo, nós trabalhamos a vida inteira com a suinocultura e hoje temos a Sadia e a Perdigão que tomaram conta. Tínhamos cerca de 120 a 150 porcos, hoje o chiqueirão está abandonado. Penso que vai melhorar mais, porque a partir do momento que eles começarem a pagar pela qualidade, só vai vender quem tiver qualidade.

Quanto ao preço do leite, para muitos produtores, isso ainda não ficou claro, eles acreditam que as empresas de laticínios têm autonomia para fixar o preço do leite, por isso muitas delas pagam o que querem ao produtor. Entretanto, o produtor também não se acha apto, em muitos casos, em negociar esse valor, e chega até a justificar o fato de a empresa pagar mais a produtores que possuem maior quantidade de leite e são mais tecnificados. Dessa forma, o preço do leite sofre variações de acordo com a quantidade e a produtividade.

O preço do leite representa a subordinação do produtor à indústria. Tal subordinação acontece na venda do produto, no momento em que o produtor familiar precisa vender o produto e tem que se sujeitar às indústrias. Assim, parte do trabalho do agricultor familiar vai ser apropriada pelo capital industrial, por meio do preço.

É só uma parte do trabalho realizado pelo produtor de leite que volta para ele em forma de dinheiro, o restante será capturado pelo capital industrial, na esfera da circulação.

O leite é um produto que tem mercado certo, já que grande parte da população aprecia o produto. Porém, as maiores regiões consumidoras estão nos grandes centros urbanos. Desde que o governo deixou de interferir no tabelamento do leite, o mercado passou a definir o preço. Porém, havia uma desproporção entre o preço pago ao produtor e valor do produto no mercado consumidor.

No Paraná, estabeleceu-se, através do Conseleite, o preço padrão do leite que vem sendo seguido pela maioria dos laticínios. Mas ainda existem empresas que se recusam a seguir o preço estipulado pelo conselho, fazendo seu próprio tabelamento.

Não havendo tabelamento do preço, as empresas buscam aproximar o preço do valor estipulado pelo Conseleite, com uma variação de centavos por litro. Apenas uma empresa foge a esta regra, fazendo seu próprio tabelamento de compra e pagando o menor valor do mercado.

As empresas desenvolvem formas de assegurar a matéria-prima, seja através do preço, seja estabelecendo relações de comprometimento entre produtor e indústria. Por exemplo: quando um produtor “entrega” o leite a uma determinada empresa por um tempo significativo, sente-se responsável por continuar vendendo àquela empresa.

Vendo há 8 oitenta anos o leite, para empresa X, nunca tive problemas, então a gente prefere continuar nela, as outras estão exigindo muito do colono.

Outra questão é o fato de a empresa pagar em dia, ou mesmo “não ter reclamação” do leite é um fator que serve para assegurar a fidelidade do produtor à indústria, desse jeito o industrial mantém constante a matéria-prima.

Cerca de 23 produtores não sabem quem estipula o preço do leite; dos 27 entrevistados, apenas 4 indicaram a Conseleite, os demais acreditam que é o gerente da empresa. Isso também nos fornece outra indicação sobre o perfil dos produtores: a desinformação.

Dos 27 entrevistados, apenas 4 sabiam que o valor pago pelo frete do leite era de R\$ 0,05/litro, isso em janeiro 2007; 21 produtores sabiam que era cobrado o frete, mas não sabiam o valor pago; 2 não sabiam que era cobrado frete. Percebe-se que o produtor, muitas vezes, fica alheio a seus próprios interesses, por isso é mais fácil de ser manipulado.

Uma única produtora declarou ser contra a diferenciação do preço do leite entre os produtores “Se o pequeno ganhasse o mesmo que o grande seria bom, mas assim não sobra, eu sou contra isso”. Ela ainda acrescenta que não é possível o produtor se modernizar ganhando menos. Mas a maioria dos produtores não se dá conta do processo de exploração a que são submetidos, pelo contrário, até acham justo que o vizinho que investiu mais ganhe mais.

No entanto, não são todas as empresas que seguem a Conseleite. A empresa Mongoni, por exemplo, baseia-se na contabilidade da empresa para pagar o preço do leite aos produtores. Durante a pesquisa, constatou-se que era a empresa que pagava o menor preço ao produtor. Também verificamos que prefere trabalhar com pequeno produtor, o que, segundo seu representante, é porque há pouco interesse por parte das demais empresas em trabalhar com o pequeno produtor. Junta-se a isso o fato de o pequeno produtor estar descapitalizado para investir na produção, recebendo menos ainda, já que não pode melhorar a produtividade, nem possuir os equipamentos.

Não havendo contrato de compra e venda no município de São João, o que determina se o produtor irá entregar para uma ou para outra empresa é o preço.

No período em que efetuamos a pesquisa de campo, em janeiro de 2007, a diferenciação do preço pago aos produtores variava de R\$ 0,32 a R\$ 0,48. O grau de insatisfação do preço do produto foi evidente: “porque o custo de produção é alto”; “porque há muita dificuldade em tirar o leite e se ganha pouco”; “poderia ser mais, porque o leite abaixa e a ração nunca abaixa”. O produtor relaciona o valor da produção ao valor dos preços dos insumos gastos para produzir.

Os agricultores podem ser subdivididos em dois grupos distintos: um deles é o produtor de leite voltado para o mercado, que opta por investir em tecnologia e melhora do rebanho, o outro grupo caracteriza-se por usar técnicas mais rudimentares.

A sazonalidade tem diminuído no decorrer dos últimos anos no município de São João, de acordo com o secretário de agricultura do Núcleo Regional de Pato Branco, isso tem se tornado uma tendência na região, graças aos investimentos feitos pelos produtores e o investimento em pastagens.

Em alguns casos os produtores identificam a exploração que sofrem quando vão ao supermercado e observam que a garrafa de água ou de refrigerante é mais cara do que o leite. Ao fazer esses comparativos, eles falam: “como que pode ter tanta diferença? Desse jeito a gente trabalha para não ter nada, e se parar de trabalhar vai viver do quê?”. Alguns fatores que influenciam na produção do leite estão relacionados a fatores ambientais, como a estiagem, e a alteração entre as estações de verão e inverno. Segundo Santos (1978), “na mesma medida em que o capital financeiro assegura a reposição dos meios de trabalho a cada ciclo agrícola, está abrindo o caminho para uma das formas de expropriação do sobretrabalho camponês pelo capital industrial”.

O número de produtores que age na informalidade é pequeno diante do número de produtores que vende a produção diretamente para a indústria. Entre produtores que vendem a produção diretamente ao consumidor, a grande maioria afirma que o fazem por conseguirem melhores preços; enquanto a indústria não paga mais que R\$ 0,70, vendendo direto ao produtor consegue-se ganhar mais de R\$ 1, 00 o litro. A informalidade, neste caso, serve mais como garantia de obtenção de um preço melhor.

Os produtores não têm se voltado para a hipótese de agregar valor à produção individualmente. A CLAF começa a desenvolver essa idéia entre os produtores, com a instalação da indústria de recebimento, que futuramente pretende passar a empacotar o leite e produzir derivados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho referente à cadeia produtiva do leite no município de São João foi possível vivenciar a complexidade que existe neste setor produtivo. Num primeiro momento, foram levantados dados sobre as relações políticas que permearam o setor por mais de 40 anos, quando o governo federal estabelecia o preço nominal do leite ao produtor e ao consumidor. Esta medida política em nenhum momento garantiu uma remuneração condizente ao produtor, principalmente porque a economia brasileira vivia com surto inflacionário o que não dava estabilidade aos produtores.

Os esforços realizados pelos produtores para aumentar à produtividade, não bastou, para desenvolver com eficácia o setor leiteiro, pois havia falta de recursos para investir em melhoria do rebanho, técnicas produção. Somado a isto havia um descompasso entre as diferentes regiões do Brasil quanto à produtividade, fator que se mantém até os dias atuais.

O Paraná é um estado tradicional na produção leiteira, tem como uma das suas principais características um grande número de produtores familiares. O município de São João encontra-se inserido na região sudoeste paranaense e tem se apresentado como uma região promissora para a atividade leiteira em função do número de produtores familiares, da produção e do número de empresas interessadas na comercialização.

Constatou-se que o aumento da produtividade do leite na região é fruto, tanto de fatores relacionados com a produção externa como interna, principalmente porque houve um aumento do consumo interno e por outro lado áreas que se destacavam na produção como São Paulo mudaram de atividade, com isso propiciou o desenvolvimento de novas áreas produtoras, voltadas para suprir esta demanda.

Portanto, para entender a realidade da cadeia produtiva do município de São João formulamos este estudo, que tem como sua principal abordagem a relação entre produtores e indústria.

O processo de colonização de São João foi marcado pelo pequeno estabelecimento rural, fato este que se mantém até os dias atuais. Considerando o nosso universo de pesquisa os 27 produtores tinham áreas de até 30 hectares, ou

seja pequenos estabelecimentos. O pequeno estabelecimento tem contribuído para que as famílias optem por produzir leite, já que este não requer grandes áreas.

Através dos objetivos elaborados buscou-se analisar a cadeia produtiva do leite em São João, partindo de um estudo de caso que abrangeu produtores de leite, empresas de laticínios e organismos ligados direta e indiretamente com a produção leiteira. Durante a análise procuramos fazer a ligação entre os diferentes setores envolvidos na atividade produtiva e de comercialização.

Constatou-se que atividade leiteira na região ainda é recente já que empresa mais antiga ligada ao setor no município de São João surgiu na década de 1990.

A Normativa 51 procurou impor padrões de qualidade e produtividade aplicados à produção leiteira, isso levou os produtores a recorrerem a empréstimos e financiamentos para aumentar a produtividade. Os financiamentos serviram para suprir a falta de recursos dos produtores e sendo destinados tanto para a compra de animais, como de resfriador e tanque de expansão. No entanto as agências bancárias não foram às únicas a desenvolver esta atividade, pois o capital industrial utiliza de mecanismos para financiar os produtores, tanto para a compra de animais, como de instrumentos de trabalho. Em ambos os casos, os produtores que tem maior facilidade de obter crédito são os grandes produtores e médios.

Foi possível analisar que valor do litro do leite é primordial para definir a relação produtor x indústria. Por outro lado à idéia de cooperativa vem ganhando novos adeptos preocupados em aumentar a produção e a renda.

Quanto aos resultados obtidos constatou-se que a produção leiteira é um dos elementos primordiais para permanência do homem no campo, já que permite a este ter uma renda fixa mensal. Mesmo assim as exigências impostas aos produtores de aumentar a produção e de se adaptar as regras impostas pelas empresas e pela Normativa 51, levam os agricultores abrir mão de melhorar seu padrão de vida para aumentar a produção e continuar inseridos no mercado vendendo o leite. Por outro lado o leite tem se apresentado como uma opção de renda, para que estes, continuem se reproduzindo enquanto produtores familiares.

O crescimento da atividade no município despertou interesse de diferentes empresas devido a oferta de matéria-prima que tornou-se escassa nos últimos anos em decorrência da crescente demanda por produtos tanto mercado interno como externo.

A análise da interferência das políticas referentes à cadeia produtiva do leite foi fundamental para entender a atual expansão da produção leiteira no Brasil tanto no contexto histórico como atual.

A relação entre produtores e indústrias não possui um caráter formal ou seja o contrato de compra e venda da matéria prima o que se constatou é que existe um compromisso moral que os produtores desenvolvem com as empresas que facilitam empréstimos e adiantamentos.

A CONSELEITE tem sido uma importante intermediária de preços entre os produtores e indústrias sendo decisiva para a expansão do comércio entre empresas e produtores.

Enfim a realização deste trabalho foi importante para que pudéssemos fazer algumas considerações sobre a produção leiteira em São João. A atividade leiteira é importante para o município de São João porque envolve um grande número de produtores familiares. A produtividade aumenta a cada ano, pois os investimentos em melhoria do rebanho e em instrumentos de trabalho auxiliam no aumento da produção.

A instalação de novas indústrias fez com que houvesse um aumento do número de produtores, ocasionando assim o aumento da produção leiteira. O preço do leite é o fator decisivo para que os agricultores optem por uma empresa.

O aumento da produção leiteira foi fundamental para amenizar o fluxo migratório campo X cidade migração. O crescimento do número de famílias envolvidas na atividade é reflexo da renda mensal, que tem ocasionado maior estabilidade aos produtores rurais.

Embora os produtores trabalhem com atividades integradas nos estabelecimentos como, por exemplo, leite e milho, o leite se tornou o principal produto para comercialização e garantia para manutenção da família.

Dentro do contexto apresentado, podemos afirmar, que embora o produtor de leite continue sendo explorado pelo capital industrial, ainda a atividade leiteira se sobressai as demais garantindo a permanência do agricultor sanjoanense.

O município de São João possui potencial para continuar aumentando a produtividade, seja ela para o mercado interno ou exportador. No entanto não há garantias que os preços continuem estáveis já que a produção vem crescendo mundialmente.

Ainda assim, mesmo subordinado a indústria o preço pago ao produtor em 2007 tem servido de estímulo para aumentar a produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1981/Mestrado_Abramovay.doc> Acesso em: 12 dez. 2007.

ALVES, José. **A dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: Uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente.

ALVIM, Rodrigo S. **Oportunidade para a produção de leite no Brasil**. Disponível em: <www.cna.org.br/site/down_anexo.php?q=E15>. Acesso em: 10 jan. 2008.

ASSIS, Airdem Gonçalves et al. Sistema de produção de leite no Brasil. **Embrapa Gado de Leite**, Juiz de Fora, n. 85, 2005. Circular Técnica. Disponível em: <www.cnp.gl.embrapa.br/livraria/publicacoes/CT85>. Acesso em: 12 dez. 2007.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. Instrução Normativa n. 51 de 18 de setembro de 2002. Dispõe sobre regulamentos técnicos aplicados ao leite cru e pasteurizado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 2002. Seção 1, n.183, p.13-22.

_____. Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regulamentos técnicos de produção, identidade, qualidade, coleta e transporte de leite**: Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002. Disponível em: <www.baldebranco.com.br/estatistica.htm>. Acesso em: 12 dez. 2007.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Legislação**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/legislacao/>. Acesso em: 9 jul. 2007.

CARNIEL, Ivano Luiz. **Perfil da produção primária nos municípios da microrregião de Pato Branco-PR**. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CARTEL. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001. p. 151.

CLEMENTE, Evandro César. **A formação e dinâmica da cadeia produtiva do leite na região de Jales – SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Agro-industriais) - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Presidente Prudente.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. Leite e derivados: a divisão do mercado entre as empresas e suas estratégias de competição. **Boletim do Deser**, Curitiba, n. 111, p. 25-29, maio 2000. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 19 set. 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMPRAPA. **Produção, industrialização e comercialização (produção)**. Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br/producao/producao.php>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Cartilha do leite**: impactos da nova legislação do leite sobre a produção na agricultura familiar: subsídios para discussão. Data: 09/04/ 2003. Disponível em: <http://www.deser.org.br/search_results.asp?criterio=cartilha+do+leite>. Acesso em: 16 jul. 2007.

_____. **Cartilha do leite**: Impactos da nova. legislação do leite sobre a produção na agricultura familiar: subsídios para discussão. Curitiba, Disponível em: <http://www.deser.org.br/publicacoes/cartilha_leite.zip> Acesso em: 21 jan. 2007.

GARCIAS, Paulo Mello. Alianças estratégicas e coordenação no agribusiness do leite no Paraná. In: CUNHA, Marina Silva da et al. **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 213-256

GOMES, Iría Zononi. **A revolta dos posseiros 1957**. Curitiba: Criar, 1986.

GUIMARÃES, Vânia Di Addario. Produtor pode ter remuneração mais justa com o preço referência. **Folha de Londrina**, Londrina, Folha Rural, 22 fev. 2003.

INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS, São Paulo, v. 11, n. 65, set./out. 2006.

INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS, São Paulo, v. 12, n. 68, mar./abr. 2007.

INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS, São Paulo: Fonte Comunicações e Editora, v. 3, n. 16, jul. /ago. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

KOEHLER, João Carlos. **Caracterização da bovinocultura de leite no estado do Paraná**. Curitiba: SEAB/DERAL, 2000.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: ASSESOAR, 1978.

LEITE & DERIVADOS, Guarulhos: Divulgacao da Pesca Maritima, v. 6, n. 36, set./out. de 1997

MARTINS, Geraldo. **Produção familiar e crédito rural em Ibiporã- Pr**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco às terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **O poder do atraso**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1979, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Águas de São Pedro: UNESP, 1979.

MEIRELES, Almir José. O leite e a economia brasileira. **Revista Balde Branco**, São Paulo, v. 39, n. 480, p. 48-52, nov. 2004.

OCEPAR. Cooperativas do Paraná vão investir mais de R\$ 1 bilhão. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, v. 3, n. 32, p. 16-18, Jun. 2007. Paraná.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Itatiaia, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: CNPq/UFRJ, 1980. p. 04-64.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2001. p. 465-534

_____. A questão agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4., 1981, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1871. p. 20

PARANÁ. Assembléia Legislativa. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos**. Curitiba, 2002a.

PARANA. Assembléia Legislativa. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite**. Curitiba, 2002b.

PEREIRA, Alexandre Igor de Azevedo. Gado. **Jornal do Comércio OnLine**, Recife, nov. 1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1999/1010/deo1010.htm>. Acesso em: 12 dez. 2007.

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão - PR**. 2006. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RONSANI, Anamaria Juliani; PARRÉ, José Luiz. **Variação estacional da produção e do preço do leite no estado do Paraná 1980 à 1999**. 2006. Disponível em: <www.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/303/21>. Acesso em: 28 jun. 2007

SANTOS, Joelma Cristiana. **O sistema agroindustrial do leite no município de Presidente Prudente – SP**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Régis Ricci. **O capital monopolista e agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_jeag.html>. Acesso em: 12 maio 2005.

SÃO JOÃO. Prefeitura Municipal. **Relatório**. São João, 1998.

SARAVIA, Enrique. **Estado e empresas estatais: criação e crescimento: o papel das empresas estatais como instrumento de política pública**. 2004. <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/dest/palestra_enrique_Saraviaesta dos.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2007.

SILVA, Jerry Augusto da; TSUKAMOTO, Ruth Youko. A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 2, 2001.

SILVA, Valquiria da; FURLANETO, Fernanda de Paiva Badiz. **Produção paulista de lácteos na balança comercial do setor**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=2313>>. Acesso em: 10 out. 2007.

SOUZA, Mariluce Paes de. **Governança no agronegócio: Enfoque na cadeia produtiva do leite**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EDUFSCar, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 15-36.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**: Revista do Migrante, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 15-32, jan./abr. 2000.

VARELA, Antunes. **Direito das obrigações**: conceito, estrutura e função da relação. Rio de Janeiro: Forense, 1977. v. 1.